

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

 **Avante!**

Ano 58 - Série VII - N.º 779
30 de Novembro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

1 A 4 DE DEZEMBRO DE 1988 • PORTO

 **Avante!**
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O número do «Avante!» da próxima semana será inteiramente dedicado ao XII Congresso e estará à venda na **segunda-feira**, 5 de Dezembro logo **de manhã**. As organizações que façam o levantamento directamente na tipografia poderão realizá-lo no Domingo, dia 4, às horas habituais a que o fazem nas quartas-feiras; a distribuição pelos Centros de Trabalho será feita Domingo à noite nos moldes habituais das quartas-feiras devendo as Organizações providenciar para assegurar a recepção nos CTs.

Um marco na vida e na história do PCP

Enfrentar no presente os rudes perigos e ameaças contra o regime democrático nascido nas alvoradas de Abril, superar as dificuldades do processo democrático do nosso país nas condições de uma feroz ofensiva da direita restauracionista governante e ao mesmo tempo perspectivar as grandes linhas de acção para todo um período ainda nublado de indefinições que se estende ao médio prazo neste limiar do Século XXI, contribuir decisivamente para a construção do futuro do nosso povo e do nosso país numa realidade envolvente em plena transformação — eis a rude e complexa tarefa que incumbe ao XII Congresso do PCP que amanhã, no Porto, inicia os seus trabalhos.

Palavras como «enfrentamento», «superação», «perspectiva», «construção» têm para os comunistas um sinónimo comum: luta.

Um Congresso de luta, eis o que começa amanhã no Porto.

A criação, a vida e a trajectória histórica do nosso Partido são indissociáveis da luta. A luta é a nossa condição, a nossa razão de ser.

Que luta?

Luta contra e luta por.

Luta contra a exploração e a opressão sob todas as suas formas; luta contra a injustiça social; luta contra a miséria, contra a fome, contra o atraso social e cultural do nosso povo — e luta pela emancipação dos trabalhadores e dos explorados; luta pela dignificação do trabalho, luta por um novo humanismo centrado na satisfação das necessidades basilares do ser humano e das suas aspirações mais nobres; pelo direito à saúde, à habitação, à cultura, ao lazer; luta pelo progresso, por uma sociedade mais justa, fraterna, livre e democrática.

As grandes propostas políticas deste Congresso de luta por uma Democracia Avançada no limiar do Século XXI inspiram-se naqueles grandiosos lemas de acção.

E por isso o nosso XII Congresso constituirá um marco na história gloriosa do Partido Comunista Português.

Para o XII Congresso do PCP se viram nestes dias as atenções, as esperanças e a confiança dos comunistas e dos seus amigos e aliados fora e dentro do País.

Esperamos todos que o XII Congresso represente o triunfo da unidade política, da coesão ideológica,

da afirmação de uma inquebrantável vontade de todo o nosso Partido, de todos os comunistas portugueses para intervirem decisivamente no processo revolucionário do seu País.

Também se centram nos trabalhos do Palácio de Cristal do Porto que amanhã se iniciam, as atenções, as esperanças e o diversionismo dos inimigos e detractores do PCP.

O que foi escrito e falado nas últimas semanas e nos últimos dias para atacar e desfigurar o PCP vale por um monumento do anticomunismo mais irracional e caviloso.

Colunistas, comentadores e «analistas» de uma comunicação social hostil ao PCP têm desenvolvido, nos mais variados tons, toda uma tese de definhamento do PCP, de denegação do nosso projecto e do nosso esforço reais de modernização, de carácter verdadeiramente democrático dos métodos de discussão e de votação no seio do Partido, da escolha dos seus dirigentes, do livre debate de ideias e do direito de discordar, garantidos pela profunda democracia interna do PCP.

Contra o Partido Comunista Português — que toda essa gente considera ultrapassado, isolado, fraco, ancilosado — toda uma montanha de palavreado, de calúnias, de insinuações baratas, de inverdades, todo o estafado arsenal ideológico da contra-revolução se levanta.

De facto liquidar a força e influência do PCP, o seu papel determinante na contenção da ofensiva contra-revolucionária, abastardar o seu carácter de classe e os seus princípios ideológicos são objectivos indisfarçáveis e uma confessada esperança dos inimigos e detractores no nosso Partido. O nosso XII Congresso dar-lhes-á certamente a resposta necessária, afirmar-se-á como a viva contestação dos «profetas da desgraça».

Exactamente o XII Congresso do PCP constituirá uma vigorosa afirmação da nossa força e da nossa justa linha de combate contra os planos da direita, reafirmará o carácter de classe do nosso Partido, dos princípios marxistas-leninistas que o norteiam na abordagem das realidades e problemas do nosso tempo.

Os arautos de uma falsa «renovação» e «modernização» do PCP ressuscitam velhas e estafadas elucubrações do oportunismo internacional que a História e a vida reduziram à sua verdadeira insignificância e vacuidade.

Aos que criticam sem base a ausência de democracia interna do PCP, aos que agitam a irrealista exigência da «não participação dos 200 000 membros do Partido» nas grandes definições polí-

ticas do XII Congresso, sugerimos que se debruçam um pouco sobre a ampla democraticidade dos debates na fase preparatória do Congresso, e o significado real da participação mais ou menos activa dos membros do Partido nas centenas e centenas de reuniões e assembleias plenárias das organizações de base, intermédias e superiores do Partido, nas quais estiveram presentes num número superior ao de todos os filiados no PS.

Detenham-se, escutem e reflectam então sobre a incontestável realidade do PCP.

A força e a indispensabilidade da intervenção política do PCP na luta contra o restauracionismo do Governo PSD/Cavaco Silva, contra as medidas e projectos da direita governante de subversão institucional a curto prazo (a que o PS insensatamente se associou com a assinatura do acordo político de revisão constitucional com o PSD), a determinação dos comunistas na luta pela viabilização de uma alternativa democrática ao persistente domínio da direita, marcarão indubitavelmente a Resolução Política do Congresso para o período imediato.

Do mesmo modo a reafirmação do carácter de classe e dos princípios ideológicos do Partido — que o inspiram na sua análise da realidade nacional e internacional objectiva — marcarão as suas decisões organizativas e de Direcção, o seu novo Programa e as suas propostas políticas a médio prazo.

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o PCP abordará no seu XII Congresso os agudos problemas do mundo do trabalho à luz das novas realidades.

Profundas alterações se estão produzindo na composição social da classe operária portuguesa, na sua distribuição e concentração geográfica no país.

Vê-las única e fundamentalmente na base das modificações tecnológicas seria uma visão redutora da realidade.

É incontestável que os progressos tecnológicos e científicos nos domínios da produção material e das ideias proporcionaram modificações de enorme alcance na qualificação profissional, técnica e cultural dos trabalhadores portugueses, nos níveis da remuneração e do emprego, no comportamento e na mentalidade de vastos sectores da classe operária.

Resumo

23
Quarta-feira



No centro de instrução da Ajuda, da GNR, um cabo dispara e mata quatro elementos desta força, ferindo outros 15 ■ O ministro da Indústria e da Energia anuncia formalmente a intenção governamental de privatização das empresas públicas do sector químico ■ A EDP corta a energia a parte do concelho de Valongo, alegando dívidas acumuladas pela Câmara Municipal local ■ Termina no Estoril a 34.ª Assembleia anual da Associação do Tratado do Atlântico. O general Bernardino Gomes assume a presidência deste organismo da NATO ■ Os reformados afirmam, em concentração frente à Assembleia da República, que os aumentos das pensões decretados pelo Governo são de garrote social e de agonia lenta ■ Miklos Nemeth é eleito para o cargo de primeiro-ministro na Hungria, em substituição de Karol Grosz ■ O presidente sul-africano indulta os «seis de Shaperville», que horas antes tinham perdido o último recurso contra a sentença de pena de morte ■ A OLP anuncia que vai solicitar a admissão do Estado Palestiniano nas Nações Unidas.

24
Quinta-feira

Termina em Lisboa, uma reunião de três dias do Comité Central do PCP. Uma reunião destinada a preparar os trabalhos do Congresso ■ Os Sindicatos da Frente Comum da Função Pública confirmam a realização de uma greve nacional da função pública, Administração Central e Local para o próximo dia 7 de Dezembro ■ Lagos, Vila do Bispo e Aljezur são os concelhos mais atingidos pelo forte temporal que atinge o Algarve ■ Termina a greve de zelo dos magistrados ■ O Presidente da República condecora a Ordem dos Médicos, que comemora o seu 50.º aniversário, com a Ordem de Santiago ■ O Conselho de Ministros decide abrir ao capital privado o Banco de Fomento Nacional, o Banco Borges e Irmão e a Companhia de Seguros COSEC ■ Terminam, em Nova Iorque, as conversações técnicas entre a delegação de Angola, Cuba e África do Sul, alcançando-se um acordo sobre o processo de paz para o Sudoeste africano ■ Os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional brasileira decidem pôr fim à greve iniciada há 17 dias.

25
Sexta-feira

O Comité Central do PCP revela à imprensa as conclusões da sua reunião de três dias ■ Depois de analisar a proposta governamental de Orçamento de Estado para 89, a Federação dos Professores (FENPROF) conclui que «afinal, a Educação não é uma prioridade para o Governo» ■ O presidente francês inicia uma visita oficial de dois dias à União Soviética



■ O governo racista de Pretória anuncia que Nelson Mandela não voltará para a prisão quando sair da clínica onde se encontra a reconvalescer de uma tuberculose.

26
Sábado

Uma em cada 10 famílias lisboetas vive em habitações degradadas numa situação de pobreza que começa a alastrar às camadas médias. Esta, a conclusão de um estudo da Cáritas, divulgado pela agência Lusa ■ O Primeiro-Ministro desloca-se ao Porto e a Barcelos. Na primeira cidade, inaugura um hospital, o da Prelada. Na segunda, inaugura uma nova ponte sobre o rio Cávado ■ Grupos «minoritários» no PS decidem não lançar a candidatura de Manuel Alegre ao cargo de secretário-geral deste partido apoiando Jaime Gama ■ Os Estados Unidos recusam o visto de entrada no



país ao líder da OLP. Yasser Arafat deveria deslocar-se a Nova Iorque para discursar na Assembleia Geral das Nações Unidas ■ As autoridades sul-africanas libertam incondicionalmente — e por motivos de saúde — o dirigente do ANC Harry Gwala, e o presidente do Congresso Panafricano, Zephania Mothopeng ■ O presidente francês anuncia a existência de um

«desbloqueamento» entre o Leste e o Oeste sobre o desarmamento convencional.

27
Domingo



A deputada comunista Odete Santos acusa o Governo de querer «usar o poder discricionário» e o «compadrio» na atribuição de frequências para as rádios locais ■ A ilha de S. Miguel, nos Açores, sente 34 sismos de fraca intensidade durante toda a madrugada ■ O interior do prédio n.º 20 da avenida Filipe Folque, em Lisboa, desaba. Não se registaram vítimas ■ O bastonário da Ordem dos Médicos considera que a assistência médico-hospitalar está a atingir o «ponto de rotura» no nosso país, e começa «a não conseguir prestar os cuidados de saúde que a população exige e a que tem direito» ■ A OLP anuncia que solicitará às Nações Unidas que se pronunciem sobre a recusa norte-americana de conceder o visto a Yasser Arafat ■ O Congo anuncia oficialmente que a fase final das conversações quadripartidas sobre a África do Sudoeste decorre esta semana em Brazzaville.

28
Segunda-feira

A ministra da Saúde, Leonor Beleza, dá três anos de vida ao Hospital Júlio de Matos, em Lisboa. Beleza falava aos jornalistas sobre a reorganização dos serviços de psiquiatria e saúde mental. ■ O Executivo Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores judiciais confirma nova greve para 9 de Dezembro ■ A paralisação dos trabalhadores da via fluvial da CP tem uma adesão na ordem dos 100 por cento; os barcos do Barreiro param entre as 7.30 e as 10.30 h ■ A ONU tomará as disposições necessárias para ouvir o presidente do Comité Executivo da OLP, Yasser Arafat, garante em Nova York o presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, o argentino Dante Caputo ■ «The Observer» noticia que o Primeiro-Ministro iraniano Mir H. Mussavi foi obrigado a demitir-se do cargo, estando sob prisão do-



miliária ■ Os membros da tripulação da nave Soyuz-TM7 entram na estação orbital soviética MIR depois de uma atracagem realizada com êxito logo à primeira tentativa. ■

Mas outros fenómenos se produziram na sociedade portuguesa contemporânea que alteraram radicalmente o panorama social do País. A emigração em massa, a desapareição de manchas industriais tradicionais, os despedimentos de grandes contingentes de trabalhadores, o urbanismo, modificaram de maneira profunda o *facies*, a composição e a dispersão regional do mundo do trabalho no contexto português, fenómenos que a integração na CEE ainda acentuará.

Incapazes de compreender o sentido e o carácter dessas alterações os adversários do PCP situam-nas na falsa perspectiva da desapareição da classe operária e da gradual diminuição do seu peso na sociedade portuguesa.

Os projectos do novo Programa e da Resolução Política sobre que vão pronunciar-se os delegados ao XII Congresso assentam sobre outros pressupostos. Não somente é falsa a tese da queda do peso da classe operária no panorama social português, como a sua participação no processo produtivo e na luta pela democracia e pelo progresso social se elevam em termos qualitativos.

E ao situá-la justamente na composição social e na luta do povo português o PCP leva ao seu XII Congresso a reafirmação do papel determinante da classe operária portuguesa e dos seus organismos representativos, a sua intervenção decisiva nas grandes transformações sociais e políticas em perspectiva, a sua capacidade para reunir à sua volta outras classes e camadas que com ela se intensificam na construção de uma sociedade mais justa, fraterna, livre e democrática, na luta por uma Democracia Avançada no limiar do Século XXI e pelo socialismo em Portugal.

Por outro lado, o XII Congresso, os seus documentos básicos, a sua Resolução Política, reafirmarão a força, a vitalidade e a actualidade do marxismo-leninismo como método de análise e guia para a acção dos comunistas portugueses.

Ao contrário do que pretendem e insinuem os inimigos e adversários do PCP, o marxismo-leninismo não é nem nunca foi um manual de receitas acabadas, um formulário desligado da vida e do tempo, mas um instrumento imprescindível para o reconhecimento da realidade objectiva, das suas mutações, das suas leis — tem sido e continuará a ser uma decisiva arma de luta.

O XII Congresso inscreve-se numa ardorosa batalha ideológica. E a esta também o Congresso de amanhã no Porto dará a sua resposta.

Viva o XII Congresso do PCP!

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Llvreira,
SARL Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57-2.º —
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 —
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos
6-B — 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88

Semana

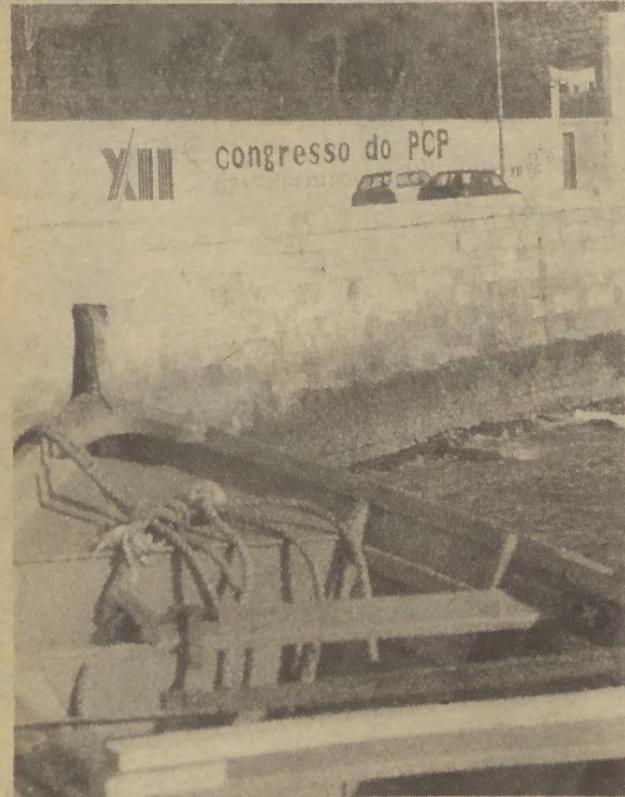
Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 779

30 de Novembro de 1988

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente




**congresso
PCP**

edições
Avante!

A DIFERENÇA DE UMA VISÃO CIENTÍFICA DO MUNDO

Interesse nacional

Das entidades abstractas, o chamado «interesse nacional» é sem dúvida das que têm costas mais largas e não há praticamente nada que se lhe não possa pôr às cavalitas. Com um pequeno pormenor: apenas o poder (ou quem o detém) a consegue invocar com força suficiente para lhe chegar ao lombo, largando-lhe em cima e à vontade o que mais conveniente for.

A originalidade do «interesse nacional» consiste numa incomparável capacidade de transfiguração: no curto espaço que, no seu caso, medeia entre o conceito e a aplicação prática ele consegue, neste País, transformar-se em adversário dos interesses — sem dúvida mais específicos mas também menos abrangentes — do grosso dos cidadãos, individual ou colectivamente considerados.

A História mostra que há poderes capazes de utilizar a capacidade transfiguradora desta entidade até ao absurdo. O regime fascista, por exemplo, punha às costas do «interesse nacional» todos os actos e todos os silêncios da sua administração, impondo em seu nome tudo o que calhava, desde a guerra colonial à proibição de pisar a relva, da censura prévia à normalização dos capacetes motociclistas, da privação de liberdades e garantias dos cidadãos à instituição do papel selado, das prisões políticas à licença de uso e porte de isqueiro.

Nessa altura toda a explicação se esgotava em si própria à simples invocação do interesse nacional, retirando qualquer legitimidade à pergunta, quanto mais à resposta. Entretanto se algum audacioso se atrevesse a pedir que lhe explicassem, ao menos, o que era isso, no mínimo iria de roldão para a esquadra mais próxima onde lhe esclareceriam rapidamente tudo. À bordoadada e, é claro, em nome do interesse nacional.

Após o 25 de Abril o interesse nacional tornou-se surpreendentemente interessante; num ápice passou de entidade abstracta a realidade concreta, saindo às ruas do País apregoado nas bocas das gentes que, ombro a ombro como só o povo sabe fazer, o aclamavam e reclamavam como coisa sua. Foi espantoso e bonito de ver, a tal ponto que o País desatou a mudar tão profundamente e tão depressa que parecia mesmo que o interesse nacional fora definitivamente regenerado, regressando às mãos e à voz do seu povo.

Mas neste País de vocações marítimas, diásporas apaixonantes e impérios compulsivos, as malhas que o tecem não se desfazem facilmente. Daí que o «interesse nacional» fosse mais uma vez repescado para as aspas do nosso descontentamento, preso na rede dos que, de vocações marítimas, conhecem a arte de apanhar nas águas turvas.

Assistimos assim ao regresso de muitas e desvairadas coisas outra vez feitas em nome do interesse nacional, mas de novo adversárias do interesse e do conhecimento do grosso dos cidadãos.

Sucessivos governos de direita, com fachada socialista ou não, começaram a desmembrar a Reforma Agrária espoliando, sucessivamente, as UCPs/Cooperativas e os pequenos agricultores que momentaneamente serviram de placa giratória para o regresso ao latifúndio, desemprego e miséria num terço da superfície agrícola continental. Isto como exemplo grande. A partir daqui a dificuldade de ilustração está na escolha: o afundamento da indústria naval para encomendar fretes marítimos ao estrangeiro, o estrangulamento da frota pesqueira para importar peixe congelado, a compra de sucata militar estrangeira para camuflar pequenos negócios pessoais e grandes dependências nacionais, a destruição das pequenas e médias empresas para reabrir as portas ao capital monopolista, a expansão do desemprego, da repressão e da miséria a coberto duma modernização com barbas centenárias.

Tudo isto tem sido e continua a ser feito em nome do «interesse nacional». Invocado em voz grossa e bicos de pés, sisudamente ou com sorriso distante conforme a rábula social pretendida, mas sempre em tom tão definitivo que, cada vez mais, lhe está subjacente se não a ameaça, pelo menos o apontar de grave inconveniência em caso de insistência interpelante.

Há algo, entretanto, que os continua a perturbar: a voz e a luta das massas trabalhadoras que se recusam a acarretar, via «interesse nacional», tantos e tão pesados interesses privados.

Visto a esta luz, compreende-se melhor a sempre curiosa confluência de postura anti-PCP — o Partido que é inquestionável vanguarda da luta e defesa dos interesses dos trabalhadores deste País — protagonizada por gente que é a direita, que é de direita e que... finge combater a direita em nome duma esquerda de ficção.

Eles sabem bem — e a sua actuação denuncia-o melhor que a contradição diária entre a parlapatice e os actos concretos — que para vergar a luta das massas trabalhadoras seria necessário desarticular também o PCP. Por isso combater o PCP também faz parte do seu projecto de manter o interesse nacional entre aspas.

Pois que não se iludam. A gente, todos, há-de tirar-lhas.

■ H.C.

Assembleia da República

Grandes opções do Plano

«Certezas» do Governo e da maioria não resistem às críticas da Oposição

Aprovado na generalidade com os votos favoráveis do PSD e os votos contra de todas as restantes bancadas e deputados independentes, encontra-se neste momento na Comissão de Economia, Finanças e Plano, e até ao próximo dia 12, o Orçamento do Estado para 1989 com vista à discussão e votação na especialidade do capítulo relativo às despesas.

Para trás ficaram já mais de 13 horas de debate na generalidade que ocuparam a totalidade dos trabalhos parlamentares da semana passada, no decorrer do qual voltaram a definir-se dois campos distintos, simultaneamente reveladores de concepções diferentes quanto ao exercício do Poder em democracia: de um lado, uma maioria e um Governo, assumidamente arrogantes e sobranceiros, auto-suficientes, cheios de certezas, incapazes de acolher toda e qualquer sugestão ou crítica; do outro, pese embora a diversidade de posicionamentos e de perspectivas, uma oposição que não se demite do seu papel, procura fazer valer de forma construtiva as suas opiniões, apresenta propostas concretas tendentes a minorar ou a alterar aspectos que considera mais gravosos do Orçamento.

Com esta postura se apresentou pois a debate o Grupo Parlamentar do PCP, uma intervenção a todos os títulos responsável, evidenciando-se das exposições

proferidas por cada um dos deputados chamados a intervir, a preocupação de proceder a uma análise rigorosa da situação e de confrontar o Governo e a maioria com propostas concretas, precisas e quantificadas, de molde a reduzir os efeitos de um Orçamento que do seu ponto de vista é «péssimo» e «lesa os interesses dos trabalhadores e de Portugal».

E à medida que as intervenções corriam, também as críticas provenientes de todos os quadrantes se iam avolumando, críticas e dúvidas que incidiram muito particularmente — como previramos no último «Avante!» — nas inconstitucionalidades de que enferma o Orçamento, na falta de justiça, na distribuição e aumento da carga fiscal, no acentuar da distribuição arbitrária de benesses, no carácter excessivamente restritivo das despesas e no camuflar das reais opções governativas.

Questões como o desemprego, a política de rendimentos e preços, as contas externas ou a inflação, foram assim com grande vivacidade chamadas a debate por iniciativa dos deputados comunistas, assistindo-se a partir de então ao abrir de algumas brechas no edifício de «certezas» dogmaticamente erguido pela maioria e pelo Governo.

Nas páginas seguintes o leitor compreenderá porquê.



Durante três dias, os deputados centraram as suas atenções no Orçamento do Estado e nas Grandes Opções do Plano. Após a discussão e votação na especialidade, a decorrer até dia 12 na Comissão de Economia, Finanças e Plano, o Orçamento volta a plenário para apreciação das receitas e votação final global

e Orçamento do Estado 1989

Maior carga fiscal mais injustiça social

«O Orçamento do Estado para 1989 é um Orçamento que assenta em falsidades, um Orçamento de aumento da carga fiscal e de agravamento da injustiça social, um orçamento excessiva e distorcidamente restritivo nas despesas, um orçamento que lesa ilegalmente as autarquias locais, enfim, um Orçamento que mantém e prolonga inconstitucionalidades declaradas». Respigado da intervenção de Octávio Teixeira, este excerto reflecte em síntese a apreciação global da bancada comunista à proposta de lei, submetida, na passada semana a exame do plenário. Proposta de lei que não esteve só no decorrer deste debate, tendo sido acompanhada de uma outra — as Grandes Opções do Plano — igualmente objecto de contundentes críticas, acabando por ser apelidadas as duas propostas de «documentos desconexos, assentes em sofismas, escamoteamentos, obscurantismo e desrespeito pelas normas constitucionais.»

Octávio Teixeira, a quem coube a primeira intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PCP, numa longa exposição de quase duas dezenas de páginas dactilografadas, sem divagações, tratou de comprovar de forma inapelável, com factos e números, a justeza daquela apreciação.

E começou precisamente pelas GOPs, acusando o Governo de as apresentar para apenas cumprir formalmente uma obrigação constitucional, mas, na prática, impedir que essas propostas de lei possam servir de base para a «apreciação e discussão, pela Assembleia da República, da estratégia económica do Governo, das suas principais medidas e das linhas essenciais da sua política económica e financeira para o futuro próximo».

Com efeito, na perspectiva de Octávio Teixeira, as GOPs omitem aquilo que deveria ser o seu cerne, ou seja, «as efectivas grandes opções do Governo e a análise da evolução da conjuntura económica». Nele não estão referidas, pois, as «verdadeiras grandes opções do Governo, a sua verdadeira estratégia a curto e médio prazo», consubstanciadas naquilo que Cavaco Silva chama de reformas estruturais, isto é, na política dos pacotes» (designadamente o laboral, eliminação da reforma agrária e o das privatizações).

Por outras palavras, ainda segundo aquele deputado comunista, as GOPs calam que as verdadeiras grandes opções do Governo são «a concentração e centralização de capital, a reconstrução, com a intervenção activa do Estado, dos grandes grupos capitalistas, assente na exploração crescente de mão-de-obra barata, na multiplicação dos subsídios financeiros e dos benefícios fiscais, na transferência de empresas públicas e nacionalizadas para os grupos capitalistas, na penetração acrescida e sem restrições do capital estrangeiro».

Mas vejamos em concreto

alguns aspectos da evolução económica. Como assinalou Octávio Teixeira, «os autoelogios do Governo podem enganar muita gente desprevenida mas não alteram a realidade».

E a realidade, no que se refere ao desemprego, é que muito embora o Governo apregoe que a taxa de desemprego terá baixado para os 7,3 por cento, ficando com isso muito contente, tal não esconde, porém, «o facto real de centenas de milhares de portugueses viverem o drama da procura de emprego sem o encontrar — e de nem sequer terem acesso ao subsídio de desemprego — e de muitas outras centenas de milhares trabalharem em condições cada vez mais precárias».

Quanto aos rendimentos, pese embora o alarde do Executivo em torno do aumento do salário real nos últimos três anos, isso não ilude também um facto que as próprias GOPs não deixam desmentir, facto esse de que Octávio Teixeira se socorreu, lembrando que «desde o início de 1986, os salários reais subiram, apenas, cerca de metade do aumento conjugado dos ganhos nos termos de troca e na produtividade». Isto é, salientou ainda, «a propaganda do Governo não pode escamotear uma questão central da sua política económica e social: a contínua diminuição dos salários na distribuição funcional do Rendimento Nacional e o correspondente aumento da participação dos lucros».

Em matéria de contas externas, o saldo positivo da Balança de Transacções Correntes, apresentado pelo Governo como um «resultado espectacular da sua política económica», não passa também da opinião de Octávio Teixeira de uma grosseira usurpação de «galões» que não lhe pertencem, devendo-se tal facto exclusivamente «à evolução de conjuntura externa — que nos últimos três anos poupou ao País centenas de milhões de contos na importação de petróleo e produtos agrico-

las e no pagamento de juros de dívida externa — e aos fluxos líquidos das Comunidades Europeias, sem os quais, já este ano, teríamos regressado ao ciclo de défices da BTC».

Ainda neste domínio, aquele deputado comunista alertou para o facto de o Governo escamotear o que considerou o «Insustentável agravamento da Balança Comercial» cujo défice «aumentou perigosamente desde a tomada de posse do Governo PSD, numa manifestação de agravamento dos desequilíbrios externos estruturais».

Se o panorama até aqui tem sido pouco animador, evidenciando a distância que separa a realidade das manifestações de auto-satisfação governativas, em matéria de inflação as coisas complicam-se ainda mais e o menos que se pode falar é de um «completo desastre». Essa é pelo menos a opinião da bancada comunista, sustentada no facto de que sendo a inflação uma «componente importante e prioritária» da «estratégia de progresso controlado e assumida no Programa do Governo», como este próprio afirma, então, levando em conta que esta componente prioritária sofreu o «despiste que sofreu», o mínimo que se poderá dizer é que a estratégia económica do Governo entrou em «manifesto descontrole».

Do ponto de vista de Octá-

vio Teixeira existem ainda no entanto outras razões fortes para não se omitir o «desastre do Governo em matéria de inflação». Uma, precisou, é o seu «efeito negativo nos salários reais de muitas centenas de milhares de trabalhadores»; a outra, em virtude da não desaceleração da inflação, prende-se com os seus reflexos nas contas externas, na desvalorização cambial e nas taxas de juro, na ameaça de agravamento do défice comercial e na continuação da desvalorização deslizante do escudo.

Passando depois a analisar o Orçamento do Estado, documento que em seu entender «não difere», na sua natureza, da proposta das GOPs, sendo ainda «propositadamente confuso e sem réstea de transparência», Octávio Teixeira acusou-o de assentar em falsidades.

Fundamentando a sua afirmação, referiu que a primeira dessas falsidades é desde logo a taxa de inflação prevista. «Ao apontar uma meta assente num voluntarismo irrealista — explicou — o Governo tem por objectivo único subordinar as negociações salariais a um referencial inferior ao efectivamente previsível, prosseguindo a diminuição do peso dos salários na distribuição do rendimento. Mas, simultaneamente, a inverdade da inflação esperada distorce substancialmente o OE, subavaliando as receitas fiscais e dando uma



falsa ideia da evolução das despesas».

Mas o Orçamento do Estado traduz também um aumento da carga fiscal, reconhecido de resto pelo Governo, que prevê um aumento das receitas fiscais de 21,4 por cento para 22,4 por cento, estando ainda patente, de acordo com as palavras de Octávio Teixeira, «uma política de agravamento das injustiças fiscais, sobrecarregando os rendimentos do trabalho e privilegiando os rendimentos de capital tributando mais pesadamente os menores rendimentos e aliviando os rendimentos mais elevados».

Quando às despesas, Octávio Teixeira foi peremptório em afirmar que «o crescimento global esconde realidades diferentes e preocupantes», querendo com isso dizer que descontados que sejam os aumentos resultantes dos encargos com a dívida pública e com as contribuições para as Comunidades Europeias, «as despesas orçamentais crescem a uma taxa de pouco mais de

5 por cento», inferior à própria taxa de inflação, o que até poderia ser correcto, mas não é, dado que o «decréscimo real», contrariamente ao divulgado pelo Governo, «atinge mais pesadamente as despesas de desenvolvimento, o PIDDAC, que evolui a uma taxa inferior à das restantes despesas».

Por último, no que respeita ao défice orçamental, «a Inverdade que caracteriza as receitas e algumas despesas — as palavras são de Octávio Teixeira — retiram sentido útil a que sobre ele nos debruçemos». Ainda assim, o deputado comunista não quis deixar de referir acerca do seu financiamento, o facto de o Governo «estar a recorrer crescentemente ao crédito interno bancário para financiar o sector público administrativo» e, por outro lado, contra todas as regras orçamentais, legais e constitucionais, estar a sacar uma «dupla cobertura financeira para cerca de 15 milhões de contos das despesas orçamentadas no PIDDAC».

Opções do Governo são pelo capital

Omissão quanto às verdadeiras escolhas do Governo, opção pelos grandes detentores de rendimentos com agravamento da injustiça fiscal e manutenção de conhecidas posições de arrogância e soberania, eis, em síntese, as três grandes conclusões retiradas pelo deputado comunista Carlos Carvalhas do debate realizado em plenário em torno das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado.

Um debate que permitiu trazer a lume, graças à acção dos deputados da oposição e designadamente dos comunistas, algumas das opções do Governo que este não quis explicitar nas propostas de lei que apresentou à Assembleia.

Foi justamente por este aspecto que Carlos Carvalhas iniciou a declaração final que produziu em nome da bancada comunista, faz amanhã oito dias, dividindo essas opções ocultas ou disfarçadas nos diplomas apresentados pelo Governo em seis pontos:

«1.ª a da aceleração da concentração e centraliza-

ção de capitais; 2.ª a de facilitar a recuperação de fortunas e privilégios especialmente entre a base social que apoia o Governo; 3.ª a de travar o consumo global, nomeadamente, através da redução do consumo popular e dos rendimentos do trabalho; 4.ª a de subestimar receitas e camuflar sacos azuis para serem utilizados nos dois períodos pré-eleitorais de 1989; 5.ª a de colocar em todos os postos de influência aqueles que se distinguem, não pela competência e honestidade, mas pela cor laranja e fidelidade caquística; 6.ª a de acentuar

a ingerência nas autarquias e de continuar a política de destruição das realidades socioeconómicas criadas com o 25 de Abril.»

«Estas é que são as Grandes Opções que o Governo procura esconder com uma prolixa roupagem verbal e com a apresentação de metas que não têm nenhuma credibilidade», garantiu Carlos Carvalhas, citando a propósito, a título de exemplo, que a inflação — a variável estratégica definida pelo Governo — terá este ano um aumento de mais de 50 por cento do que o previsto, enquanto que a taxa de crescimento em volume das importações «terá um desvio superior a cem por cento».

Detendo-se depois na segunda conclusão por si tirada — a de que o Orçamento serve no fundamental os grandes detentores de rendimentos e está assente na

justiça fiscal e num conjunto de sofismas e falsidades — aquele deputado do PCP chamou a atenção da Câmara para, entre outros, o «tratamento privilegiado dado aos rendimentos de capital em sede de IRS», para o «alargamento da isenção do imposto de selo a todas as incorporações de reservas das empresas», a «prorrogação dos benefícios fiscais às sociedades de capital de risco e de fomento empresarial».

Quanto aos sofismas e falsidades, sem pretender ir mais longe, Carlos Carvalhas convidou a Câmara a reflectir apenas na taxa de inflação prevista para 1989 — «os tais seis por cento que ninguém acredita e que só serve para o Governo usar como tecto salarial ou para o senhor ministro manipular os orçamentos dos seus pares», disse — salientando



Grandes opções do Plano

por outro lado, relativamente às falsidades, o caso da subavaliação das receitas, como sucede com a receita do IVA (lesando directamente as autarquias) e com o próprio IRS subavaliado em mais de 15 milhões de contos.

Alvo de críticas seria ainda, finalmente, a já costumeira atitude sobranceira e arrogante com que o Executivo se apresentou a este debate, trazendo consigo uma «proposta fechada», «ditando ordens inclusive à sua

maioria, reincidindo em reconhecidas inconstitucionalidades, dizendo o que previamente aceita e não aceita, como se fosse ele a votar o Orçamento».

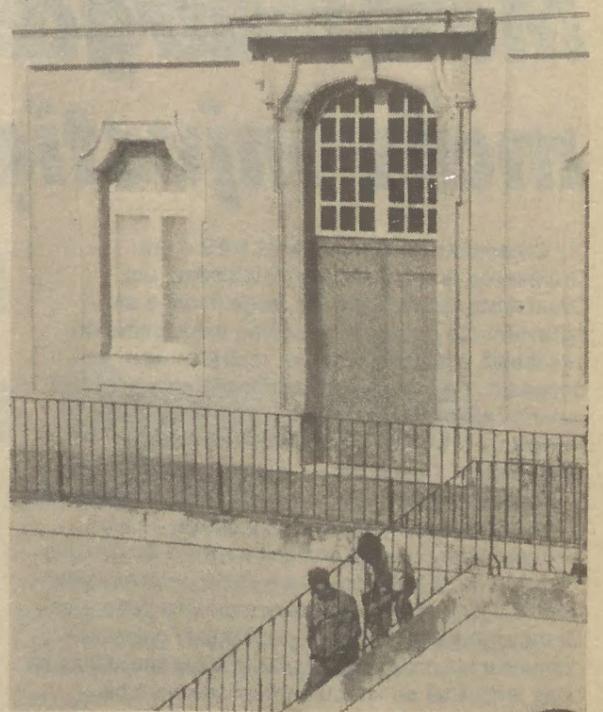
Feita a leitura do debate, Carlos Carvalhas dedicou ainda uma boa parte da sua intervenção a analisar alguns aspectos da condução da política económica. Particular atenção foi dada aos factores externos que considerou serem até ao momento «extremamente favoráveis», e graças aos quais, em seu en-

tender, tem sido possível ao Governo «não só fazer demagogia como encobrir o agravamento estrutural da economia portuguesa».

Contudo, apesar desses factores externos favoráveis, salientou, ao fim de três anos «o trabalho precário aumentou, os salários em atraso mantêm-se na ordem dos milhares», o trabalho infantil «é uma realidade do quotidiano», a pobreza expande-se e a queda do desemprego fica a dever-se no fundamental ao «cozinhado

dos critérios estatísticos definidos pelo Governo.»

Para Carlos Carvalhas, ainda em matéria económica, a grande preocupação do Governo «não é a modernização da economia, mas a entrega do riquíssimo património público para as mãos de meia dúzia de famílias», acentuando a este respeito que o «leilão e o negociado já começaram e lembrando que há até estrangeiros que afirmam com todo o desprante que Portugal está à venda».



Segurança Social e Habitação

9, 10 ou 14 contos mensais dão para viver condignamente?

No campo da habitação e da segurança social é também manifesta no Orçamento de Estado 1989 a falta de vontade política do Governo no sentido de resolver quer as graves carências existentes quer a melhoria das condições de vida das camadas da população mais desfavorecidas.

Esta, uma das conclusões a tirar da análise efectuada pela deputada comunista Ilda Figueiredo à política governamental e ao Orçamento em matéria de Segurança Social e Habitação. Um diagnóstico que, relativamente ao primeiro caso, nos fala das 700 mil habitações que ainda estão por construir para suprir as carências, do crédito que não há ou é difícil de obter, das queixas dos empresários da Construção e Obras Públicas, do alijar de responsabilidades do Executivo, da transferência de responsabilidades para as autarquias sem as correspondentes contrapartidas financeiras, em suma, um diagnóstico que

nos alerta para o fracasso da política governamental também nesta área.

E a verdade é que não se vislumbram melhorias, a avaliar, por exemplo, na prevista contenção ao crédito, incluindo o crédito para habitação, ao mesmo tempo que o Governo insiste em considerar que a solução para o problema habitacional passa apenas pelo recurso à aquisição de casa própria, «apoiado num único instrumento financeiro, o crédito, baseado em esquemas a que só têm acesso camadas restritas da população».

Por outro lado, no que foi objecto de cerrada crítica por parte de Ilda Figueiredo, o Governo continua a não assumir as responsabilidades que lhe cabem no plano da habitação social e depois de «ter liquidado as insuficientes medidas que existiam para o lançamento de uma política de acesso à habitação compatível com os rendimentos dos cidadãos e suas famílias

e de ter retirado às cooperativas os apoios, tentar remeter para as autarquias locais a responsabilidade do lançamento de programas habitacionais».

Na opinião de Ilda Figueiredo os resultados desta política «estão à vista», agravando-se os «os dramas do quotidiano de milhares de famílias que vivem nas barracas dos aglomerados urbanos da região de Lisboa e do Porto» enquanto «aumenta a degradação e a ameaça de ruína de milhares de habitações das zonas antigas das cidades».

Entretanto, de acordo com a análise da deputada do PCP às propostas para 1989, tudo indica que esta política vai prosseguir exactamente nos mesmos moldes, sendo previsível, segundo as suas contas, que as verbas disponíveis não venham a dar sequer para duas mil habitações.

Mas se esta situação é dramática para a generalidade dos portugueses, como não será para quem vive de reformas de 9, 10 ou 14 contos mensais, para quem depende de um salário incerto e de um emprego precário? Reflectindo sobre a questão, Ilda Figueiredo afirmou que a política governamental quanto à Segurança Social não permite vislumbrar uma «melhoria da situação» e acusou o Executivo de manter a «inscrição de verbas claramente insuficientes para pagar aos beneficiários pensões minimamente dignas».

«Basta ter em conta que o valor médio das pensões (incluindo todos os regimes) é de apenas 13 000 escudos — observou — para ter de concluir que os aumentos anunciados mantêm as pensões e reformas a níveis incompatíveis com a satisfação das necessidades mínimas dos reformados, pensionistas e idosos».

Agricultura

Diminui o investimento do Estado e acentuam-se as desigualdades

A prosseguir esta política a «agricultura portuguesa jamais conseguirá competir com a agricultura comunitária agravando-se o nosso grau de dependência e as assimetrias e desigualdades sociais», advertiu o deputado Lino de Carvalho ao analisar as matérias do Orçamento mais directamente relacionadas com o sector agrícola.

Um Orçamento que, do seu ponto de vista, pese embora os «enigmas e inverdades» que o recheiam, não consegue esconder a diminuição do esforço de investimento do Estado na agricultura, a incapacidade do Governo de absorver e aplicar com eficácia os fundos comunitários destinados à modernização do sector, as baixas taxas de execução na realização dos diferentes programas de investimento, o acentuar da dependência agro-alimentar do País, enquanto, simultaneamente, diminui o rendimento dos agricultores e assalariados rurais e se alarga o fosso entre a nossa agricultura e as agriculturas da Comunidade.

Para o deputado comunista esta é com efeito a realidade nua e crua que se vive no sector e que o presente Orçamento, tudo o indica, tenderá a agravar, desmentindo deste modo, a seu ver, os próprios objectivos anun-

ciados anteriormente pelo Executivo, os quais, recorde-se, segundo as suas palavras, apontavam para a «competitividade» dos nossos produtos, para a obtenção de «níveis satisfatórios de auto-abastecimento em produtos agrícolas» e de «rendimentos aceitáveis para os agricultores».

De acordo com os números inscritos no Orçamento, esmiuçadamente analisados por Lino de Carvalho, torna-se evidente que os fluxos financeiros da Comunidade «não passam de previsões», sendo igualmente certo na sua perspectiva que o Governo está a poupar na agricultura e a diminuir o esforço de investimento com os consequentes «custos» para a modernização do sector.

O que se verifica no grau de realização do PIDDAC, cifrado em 60 por cento, constitui na opinião de Lino de Carvalho um exemplo esclarecedor. «Em programas fundamentais para o futuro da agricultura portuguesa — precisou — a taxa de execução é preocupante e, em alguns casos, confrangedora: o programa chamado de «modernização das explorações agrícolas» é de 41,5 por cento; o PEDAP, incentivos, 43,6 por cento; a recuperação dos regadios tradicionais, 4 por cento; o programa visando o melhora-



mento das estruturas vitícolas, 28,4 por cento».

Fundamentando as suas afirmações, o deputado comunista chamaria ainda a atenção do hemiciclo para as circunstâncias de as verbas inscritas no PIDADC/89 com previsão de despesas (20,8 milhões de contos) serem menos 40 por cento do que as programadas no Orçamento de 1988 (34,1 milhões de contos), havendo também a registar que as dotações globais previstas até 1992 descem de 200 milhões de contos para 185,6 milhões de contos.

Mas no entender da bancada comunista não se trata apenas de incapacidade já revelada pelo Governo para pôr em execução «programas coerentes que absorvem os fundos comunitários» e promovam o desenvolvimento agrícola, tal como de resto já se verificaram com as ajudas de pré-adesão. Em causa, estão também as «assimetrias e desigualdades» provocadas por uma desadequada aplicação dos fundos, como o atestam, de acordo com os exemplos citados por Lino de Carvalho, o facto de somente 8,5 por cento dos investimentos realizados nas explorações ao abrigo da Reg. 797 terem ido para infra-estruturas e melhoramentos fundiários

enquanto 48,5 por cento foram para máquinas agrícolas.

Por outro lado, referiu ainda, também no âmbito da Reg. 797, desde Setembro de 1986, somente 2,9 por cento foram destinados às pequenas explorações, verificando-se em contrapartida que são as regiões onde predominam os grandes proprietários aqueles que estão a absorver «o grosso dos fundos» sem qualquer correspondência no ritmo de crescimento do PAB.

«O Alentejo e o Ribatejo (onde as UCPs/Cooperativas não têm acesso aos fundos) absorvem 50 por cento das ajudas comunitárias no âmbito do 797, enquanto que Trás-os-Montes somente está a absorver 11 por cento e a Beira Interior 5 por cento», garantiu aquele deputado comunista.

Em conclusão, cingindo-nos às palavras de Lino de Carvalho, «é notório que o Governo e o MAP estão a ser incapazes de dinamizar uma política agrícola» de molde a «enfrentarmos sem receios o Mercado Único», sendo igualmente notório que «o assalto aos fundos comunitários está a beneficiar fundamentalmente os grandes proprietários e as grandes empresas do sector agro-industrial».

e Orçamento do Estado 1989

Educação

O panorama desolador da «prioridade das prioridades»

«O presente debate orçamental tem assentado num enorme equívoco. Pretende o Governo fazer crer que as áreas de maior incidência social teriam relevo na Proposta de Orçamento para 1989. É preciso dizer para acabar com a mistificação que tais declarações nada têm a ver com a realidade. Bem pelo contrário. Se há sectores que são gravemente prejudicados com este Orçamento, eles situam-se precisamente na área social». Nestes termos, sem rodeios nem peias, se dirigiu à Câmara a deputada comunista Lurdes Hespanhol. Secundando aquelas palavras com que abriu o seu discurso, de imediato, sem perda de tempo, alguns factos e argumentos vieram inapelavelmente confirmar, a justeza da afirmação.

E não foi preciso ir muito longe. Lurdes

Hespanhol, deteve-se apenas na questão educativa, uma das áreas propagandeadas como prioritária pelo Governo, na cultura e na investigação científica.

«É estranho e mesmo escandaloso que o ministro da prioridade das prioridades nem sequer venha a este debate explicar o Orçamento do seu Ministério», começou por dizer a deputada do PCP numa alusão à ausência de Roberto Carneiro.

Uma ausência, no entanto, fácil de explicar. «Como seria possível a um tal ministro — observou — vir aqui explicar que afinal a prioridade das prioridades até decresce em termos orçamentais relativamente ao ano anterior? Como seria possível explicar a redução da despesa pública



com o Ministério da Educação de 13,06 por cento em 1988 para 12,53 por cento em 1989 e continuar a dizer que o sector educativo é uma prioridade?»

E prosseguiu:

«Como seria possível a um tal ministro vir aqui explicar que tendo reconhecido há um ano a situação degradada da função docente, se propunha continuar a agravar esta degradação no ano de 1989!

«Como seria possível (e creível) vir aqui dizer que o investimento com a Educação cresce quando se verifica uma travagem (Indesmentível) nesse investimento?»

«Que credibilidade poderiam ter as suas palavras quando os projectos de desenvolvimento do sistema educativo ainda se encontram na gaveta?»

«Que dizer de um Ministério que não divulgou elementos essenciais para análise do seu Orçamento?»

Colocado o dedo na ferida, Lurdes Hespanhol tratou de demonstrar a seguir que o Orçamento não serve e que a sua aplicação

contribuirá para o agravamento dos problemas existentes, comprometendo designadamente a realização da reforma educativa, quer por continuar a ignorar o papel dos profissionais da educação na concretização de novos objectivos no Sistema Educativo, quer pela manifesta carência de meios e de verbas para responder às necessidades.

Depois de enumerar um conjunto de propostas do PCP elaboradas com vista a minorar a situação criada pelo Executivo, Lurdes Hespanhol abordou de seguida a questão da cultura e da investigação científica.

Também neste domínio, a seu ver, o panorama é desolador». Explicando porquê, recordou que os valores previstos no primeiro caso estão «muito aquém da necessária e urgente dignificação e valorização da cultura nas suas diversas vertentes» enquanto que no sector da investigação científica o mínimo que este Orçamento poderá significar é a «estagnação», facto que do seu ponto de vista «põe em causa esta componente indispensável para o desenvolvimento do País».

Saúde

Falta em verbas o que sobra em promessas

A Saúde, badalada pelo Governo como uma das suas prioridades, constitui outro sector onde a frieza e a realidade dos números desmentem todas as declarações de «boa vontade» e a «bondade» do Orçamento.

O deputado comunista Vidigal Amaro da tribuna, afirmou-o peremptoriamente e comprovou-o, socorrendo-se para o efeito e apenas dos números e dados fornecidos pelo Governo.

Começando desde logo pelo crónico défice do Orçamento previsto para o Serviço Nacional de Saúde, Vidigal Amaro afirmou que se ele no ano em curso aumentou 11 milhões de contos para o ano que vem não se prevêem melhoras, a avaliar pela percentagem do Orçamento do Estado transferida para a Saúde que é das mais baixas de sempre, apenas 9,7 por cento contra 10,3 por cento do ano anterior.

Não menos «chocante», no entender daquele deputado comunista, é também o aumento previsto para com a comparticipação dos medicamentos (2,3 por cento), previsão que apenas se pode perceber pela efectiva intenção de reduzir a comparticipação do Estado, o mesmo é dizer que «os doentes vão ser obrigados a ter que pagar mais».

Quanto às ARSs, o panorama não se apresenta melhor, sendo de prever que em virtude do reduzido aumento de apenas 6,21 por cento das verbas para o seu funcionamento, não se venha a verificar uma melhoria da prestação dos cuidados primários, a cargo dos Centros de Saúde, «obrigando os doentes

a recorrer aos hospitais e muito especialmente aos serviços de urgência».

Mas é sobretudo no plano dos investimentos que os números contidos no Orçamento revelam claramente quanto a «saúde é maltratada», sendo a este respeito significativa, na óptica daquele deputado comunista, a verba orçamentada em PIDDAC de 6,8 milhões de contos, valor este muito inferior aos 9,1 milhões de contos previstos no OE de 1988.

Esta redução não será porventura alheia às provas de «boa gestão» dadas pelo Ministério da Saúde, como a atesta o facto de no ano em curso apenas se prever a execução de 4,8 milhões de contos dos 8,4 inicialmente orçamentados, segundo o Mapa VII, PIDDAC.

Talvez por este motivo, algumas das obras previstas sejam adiadas ou pura e simplesmente eliminadas, lembrando Vidigal Amaro a propósito, como exemplos desta situação, dos Centros de Saúde de Mira, Meda, Marinha Grande, Rio Maior, Grândola, Nelas, Ribeira da Pena, Estremoz, Paços de Ferreira e Vinhais entre outros.

No que respeita à construção de novos hospitais a situação parece ser algo idêntica, sobrando em promessas o que falta em verbas. Com efeito, conforme tratou de demonstrar, os valores orçamentados para a construção dos novos hospitais de Matosinhos (80 mil contos), Amadora-Sintra (250 mil), Viseu (20 mil), Tomar (4 mil), Vale de Sousa (4500 contos) e Feira (4 mil) revelam também aqui «bem quão longe andam as promessas da realidade».



Juventude

A opção pelos analgésicos

Outra das áreas onde visivelmente o Orçamento não abriu mão no sentido de acudir aos problemas existentes foi a juventude. Reflectindo aquilo que tem sido a orientação governativa neste sector, o Orçamento para 1989 dá mostras com efeito de uma enorme falta de vontade política no sentido de solucionar problemas como a falta de empregos ou de habitações, de encaminhar a reforma educativa, viabilizar os projectos de associativismo juvenil ou fazer cumprir leis fundamentais como o planeamento familiar e a educação sexual.

É que, como salientou a deputada Paula Coelho, ao intervir em nome da bancada comunista, as questões da juventude não se esgotam «nos spots publicitários com ou sem altas voltagens ou nos folhetos publicitários mais ou menos curtidos. São peças agradáveis mas não passam de analgésicos para um sector que reclama importantes intervenções cirúrgicas. É como apagar incêndios a baldes de água ou melhor é ir para a selva de canivete».

Mantendo o estilo bem humorado, Paula Coelho preencheu uma boa parte da sua intervenção, em face das «preocupações» do Governo pela jovem geração, com um conjunto de agradecimentos:

«Agradecer os presentes bem amargos que nos trazem nesta quadra natalícia.

«Agradecer-vos pelos empregos que continuam a não haver, pelos postos de trabalho ao mês, à semana, ao dia, ou mesmo à hora, pela perpetuação da falta de perspectivas de realização pessoal e profissional.

«Agradecer-vos a prioridade que não deram à educação, [que a todo o custo querem dar ao sector privado] as menos escolas, o mais difícil e selectivo acesso, as propinas que escandalosamente querem aumentar e as instalações desportivas que não construíram, pelas quais querem

agora responsabilizar as autarquias, agradecer-vos pelos cálculos em que os decréscimos no investimento são transformados em acréscimos, as quebras em subidas, a míngua em fartura»

E prosseguiu:

«Agradecer-vos a manutenção da falta de habitação própria para os jovens, as dificuldades ao crédito, o lavar de mãos desta responsabilidade, situações bem reais no nosso dia-a-dia, apesar das tentativas falhadas do Ministério Cadilhe, de tentar dizer que o preto é branco.

«Agradecer-vos, senhor ministro, pelo encerramento das rádios locais que frustra a actividade profissional e a criatividade de milhares de jovens, que um pouco por todo o País se empenharam nesses projectos. O mais escandaloso é que vai ser pela mão do ministro da Juventude que essa decisão vai ser concretizada (já nem sequer a juventude o ministro salva)».

Mas Paula Coelho não se ficou pelos agradecimentos. Dirigindo-se directamente aos membros do Executivo presentes, não deixou escapar a oportunidade e convidou-os a um breve exercício de memória:

«Recordar-vos o esforço que não fizeram e que pelos vistos pretendem continuar a não fazer para alterar todo este estado de coisas, forçando os jovens a tentar encontrar na droga ou mesmo na criminalidade as respostas que lhes são negadas pelas entidades responsáveis.

«Lembrar-vos que continuam por aplicar leis fundamentais como o planeamento familiar e a educação sexual, chegando-se ao ponto de ameaçar com a prisão os jovens que não tendo possibilidade de acesso a métodos de planeamento e educação sexual, se vêem confrontadas a tomar opções dolorosas como a interrupção voluntária da gravidez».

PCP

O programa do Governo Regional da Madeira

Submissão à política de Cavaco e às imposições da CEE

Aspectos da situação política e social no arquipélago, questões de organização do Partido e uma tomada de posição pública sobre o Programa do IV Governo Regional preencheram a ordem de trabalhos duma recente reunião do Executivo da DORAM do PCP. Sobre aquela última matéria, a Direcção do Partido na Madeira comenta e esclarece:

O Programa do Governo para os próximos 4 anos pode-se definir como um amontoado de «boas intenções», onde cabem todas as promessas de resolução das necessidades da população madeirense, sem que exista minimamente qualquer planificação ou hierarquização de objectivos e sem que exista também qualquer tipo de consideração sobre a forma de atingir aqueles objectivos.

Por isso, o programa, em traços gerais, repete os objectivos que já constavam dos programas de governo

de 1980 e 1984 e que nunca foram concretizados.

«Boa vontade»?!

A novidade deste programa consiste na total dependência e submissão ao Governo da República e à CEE, já que praticamente tudo o que o Governo Regional se propõe fazer depende exclusivamente daquelas instâncias, sendo claro que não tem qualquer proposta para fazer face às necessidades de financiamento, limitando-se a depositar vagas esperanças na hipotética boa vontade do Governo da Repúli-

ca, apesar da experiência dos últimos anos já ter demonstrado que essa boa vontade não existe, em vez de exigir que os órgãos de soberania assumam as suas responsabilidades constitucionais para com a região.

Quanto à CEE, o programa esconde deliberadamente que o acesso aos fundos estruturais é extremamente difícil de obter. A falta de disponibilidades financeiras da Região para liquidar a sua parte nas despesas, é uma das causas, lembra a DORAM do PCP, que acrescenta:

O programa esconde também os imensos problemas para a economia da região derivados da adesão à CEE, como seja a ameaça de pilhagem da ZEE, a ameaça à produção de banana, ou as dificuldades na exportação de bordados, tapeçarias e obras de vimes.



Região Autónoma da Madeira: Governo de Jardim apresentou um programa sem novidades. Ou talvez com uma novidade: o reforço da submissão a Cavaco e à CEE

O Programa do Governo mostra claramente a real dependência a que a RA da Madeira chegou, e a falta de vontade política do Governo Regional em exigir e defender na prática os direitos da região e a sua autonomia.

O executivo da DORAM do PCP considera que exis-

tem alternativas a esta política.

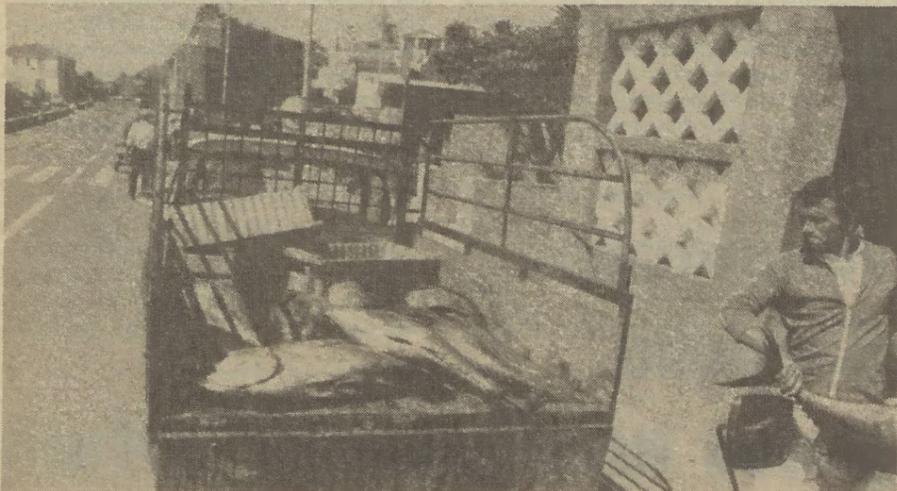
A Região deve exigir que a Assembleia da República defina claramente as regras de financiamento às regiões autónomas, de forma a cobrir os custos de insularidade e a permitir os investimentos necessários à superação do

atraso e dificuldades de desenvolvimento das regiões.

Impõe-se, também, encontrar uma efectiva resolução para o problema da astronómica dívida da Região que o Governo Regional criou.

A actual situação exige a renegociação dos aspectos dos acordos de adesão que lesam gravemente os interesses regionais de forma a que a região possa utilizar a sua Zona Económica Exclusiva e lhe seja dada preferência, por parte dos países da CEE, na aquisição dos produtos tradicionais da região, bem como a elaboração de planos integrados de desenvolvimento que permitam aproveitar devidamente as verbas resultantes dos fundos estruturais.

Por estes objectivos temos lutado e continuaremos a lutar na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, conclui o executivo da DORAM.



Alberto João Jardim e o PSD regional não têm coragem para explicar os imensos problemas que caracterizam a economia da Região, nomeadamente os originados pela adesão à CEE. Existe ou não a ameaça de pilhagem da Zona Económica Exclusiva (ZEE), a ameaça à produção da banana, as dificuldades na exportação dos bordados, tapeçarias e vimes?



—Notícias dos Açores—

Ilha das Flores diz não ao abandono

Várias questões de interesse local estiveram em análise numa recente reunião da Comissão da Ilha das Flores do PCP, na Região Autónoma dos Açores.

Entre outros assuntos, o organismo de direcção do Partido naquela ilha chamou a atenção para os entraves verificados em relação à transmissão das emissões da RTP através do feixe hertziano dos CTT, considerando as recentes actuações dos responsáveis no tocante a este assunto reveladoras do desprezo, da mesquinhez e do abandono a que desde há 12 anos a ilha das Flores tem sido votada pelo poder regional.

Prova disso é também a maneira obscura e pouco séria como está a ser encarado o problema da saúde, nomeadamente não sendo aberto concurso para o preenchimento das vagas no quadro médico do Hospital, existindo de facto médicos interessados neste concurso e levando a que apenas seja possível actualmente assistência médica mínima e indispensável graças ao esforço meritório e a todos os títulos

notável e do elevado sentido de responsabilidade profissional do único médico em serviço no hospital de St. Cruz das Flores», sublinha o *telex* que a CI das Flores fez chegar ao «Avante!».

Mais adiante, acrescenta: Não pode também a CI das Flores do PCP deixar de salientar o que se passa com a largamente propagandeada indemnização aos sinistrados da Ponta da Fajã, indemnização esta desde sempre reclamada pelo PCP. Apesar de bastante escassa, é ainda mais preocupante que o Governo Regional não tenha perspectivado o realojamento dos sinistrados fora da zona de perigo.

É caso para perguntar se o Governo Regional entende que este realojamento só deve ser após a derrocada total sobre a localidade, ou se o realojamento prometido pelo Governo a esta população, foi no sentido de sepultá-la mesmo no local, sob a

derrocada?

A Comissão de Ilha das Flores do PCP está confiante que o povo das Flores saberá dar a estas atitudes a resposta clara que as mesmas merecem, como aliás já o provou nas eleições regionais.

A CI das Flores salienta e saúda as iniciativas de diversos grupos de cidadãos no sentido de exigir do Governo rápida solução para os mais prementes problemas que a nossa ilha enfrenta, e manifesta uma vez mais o interesse, a vontade e o total empenhamento do seu deputado regional eleito por esta ilha e bem assim dos autarcas no sentido de tudo fazerem, no uso das suas competências, pela resolução rápida destas questões.

Finalmente, a CI das Flores salienta o facto de nas Teses propostas pelo Comité Central para o XII Congresso ser realçado de modo particular, nomeadamente no ponto 7.4.8, o empenhamento do Partido no desenvolvimento e progresso da ilha das Flores, correspondendo assim à confiança que o elei-

torado deste círculo depositou na lista da CDU.

Paulo Valadão na Assembleia Regional

Realizou-se no passado dia 18 de Novembro a sessão preliminar de instalação da Assembleia Regional dos Açores, eleita em 9 de Outubro, durante a qual foram verificados os mandatos dos deputados e eleita a Mesa da Assembleia. No dia 21, o Ministro da República em representação do Presidente da República presidiu à sessão solene de abertura dos trabalhos do Parlamento.

Entretanto, no dia 17, o deputado regional do PCP, Paulo Valadão, anunciou em conferência de Imprensa realizada nas instalações do Partido na sede da Assembleia Regional as linhas de orientação que nortearão o trabalho a desenvolver.

Nas questões de ordem geral o camarada Paulo Valadão informou que a representação parlamentar do PCP,

tal como fez na 3.ª legislatura, desenvolverá todos os esforços no sentido de contribuir para a dignificação política da Assembleia Regional, através de um funcionamento correcto, do debate das questões concretas e de uma efectiva e rigorosa actividade legislativa regional.

O deputado do PCP informou, em concreto, que se vão iniciar de imediato diversos trabalhos a levar a cabo pelas comissões sectoriais específicas da CDU — Açores em colaboração com o deputado do PCP no sentido de serem transformados em propostas os pontos constitutivos do compromisso eleitoral regional da CDU.

O deputado Paulo Valadão anunciou a realização de diligências no sentido do plenário da Assembleia Regional realizar um maior número de reuniões com vista a que as diversas iniciativas demorem na sua análise e debate apenas o tempo imposto pela tramitação a que estão sujeitas. Informou também que seria entregue de imediato na Mesa uma proposta de resolução com vista à criação de

uma comissão eventual para a revisão constitucional, encarregada de debater questões que se prendem com a autonomia no quadro da revisão constitucional.

Para além de outras iniciativas e direcções de trabalho, o camarada Paulo Valadão informou os jornalistas a propósito da interligação constante que a representação parlamentar do PCP manterá com as estruturas do Partido de todas as ilhas e regionais.

Quanto a questões e situações próprias do círculo eleitoral por onde foi eleito — a ilha das Flores — o deputado regional do Partido anunciou que levará à Assembleia, com grande permanência e intensidade, os muitos problemas que existem.

Durante a conferência de Imprensa, o camarada Paulo Valadão referiu-se em concreto à possibilidade de desde já a RTP e os CTT poderem promover, pelos feixes já montados, a transmissão da emissão da RTP nas Flores e Corvo, e exigiu a abertura de concurso para as vagas do quadro médico existente no Hospital de St. Cruz.

PCP

MDF

Situação agrava-se

● Executivo da DORSA do PCP toma posição

«Os trabalhadores da MDF têm vindo ao longo dos anos a lutar pela defesa dos seus postos de trabalho e pela manutenção e desenvolvimento da empresa. Esta luta tem tido uma dimensão que após o 25 de Abril chegou mesmo a atingir o dramatismo. Os trabalhadores da MDF e os seus organismos representativos, tiveram várias vezes de enfrentar ofensivas brutais contra os seus mais elementares direitos: despedimentos; salários e subsídios em atraso; liquidação de direitos adquiridos.»

As palavras são do Executivo da Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP, que no passado dia 16 divulgou uma tomada de posição sobre o momento actual da conhecida empresa do Tramagal. Aí se refere a dado passo:

«Tem sido uma luta difícil mas persistente, tendo inclusive os trabalhadores apresentado uma proposta para a viabilização da empresa, uma luta que tem servido de exemplo aos outros trabalhadores do distrito.

A MDF tem servido também para que alguns políticos e partidos políticos que vão desde o PS ao PPD/PSD, venham fazendo promessas em campanhas eleitorais ("vão resolver os problemas da empresa") para após instalados no governo, sozinhos, acompanhados ou juntos, tomarem medidas soberbamente conhecidas dos trabalhadores e que têm agravado ainda mais a situação da empresa.»

PCP com os trabalhadores

Prossegue o Executivo da DORSA:

A situação difícil que actualmente a empresa atravessa não é da responsabilidade dos trabalhadores, mas sim do patronato e da sua gestão ruinosa, do aproveitamento e corrupção de gestores e da política de direita dos sucessivos governos.

O PCP esteve desde o princípio com os trabalhadores da MDF, sempre apoiou as suas lutas, levando as suas posições à Assembleia da República e a outras instituições. O PCP continua a

apoiar a luta dos trabalhadores da MDF.

O patronato e os sucessivos governos têm tentado resolver os problemas da empresa através de despedimentos (mais de 750) e dos salários em atraso (cerca de 300 mil contos), mas como é natural isto não tem resultado e a situação da empresa agrava-se, as dificuldades avolumam-se e os dinheiros

MDF: imagens de uma empresa e de uma luta com tantos anos como a Revolução de Abril

que os organismos oficiais têm dado para a empresa esfumam-se.

As organizações representativas dos trabalhadores têm-se manifestado abertas ao encontrar de soluções para o futuro da empresa na defesa dos seus postos de trabalho. Mas o diálogo neste capítulo é um «monólogo».

«IAM», ficção jurídica

Entretanto — acrescenta o Executivo da DORSA — foi criada uma nova empresa no seio da MDF com capital



Um símbolo do Tramagal e da indústria portuguesa

desta (85%) e dos seus administradores e quadros superiores. Trata-se da IAM (antiga divisão auto), com instalações e máquinas da MDF. Ao mesmo tempo, está em preparação a criação de outra unidade empresarial na área da fundição.

Afinal, que se pretende com tudo isto?, interroga a Direcção Regional do PCP,

que levanta as seguintes questões:

1. Não pagar as dívidas de salários em atraso aos trabalhadores?

2. Em caso de despedimento, não pagar as indemnizações devidas aos trabalhadores? Embora se diga que mantêm os direitos adquiridos, nomeadamente a antiguidade, onde estão os bens da empresa que garantam esse pagamento em caso de encerramento?

3. Provocar mais um despedimento colectivo?

4. Sacar dinheiro à CEE? Tal como diz a resolução

aprovada pelos trabalhadores em 27 de Outubro, a nova empresa (IAM) não passa duma ficção jurídica. O Executivo da DORSA do PCP apoia os trabalhadores da MDF em mais uma luta em defesa dos postos de trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso.

Aquela Direcção Regional apela ainda à unidade de todos os trabalhadores da empresa em torno da manutenção do vínculo do pessoal da divisão «auto» da empresa Metalúrgica Duarte Ferreira, SA.



Uma imagem de 1974



Uma das muitas acções de luta e protesto dos trabalhadores (esta captada em Fevereiro de 1984)



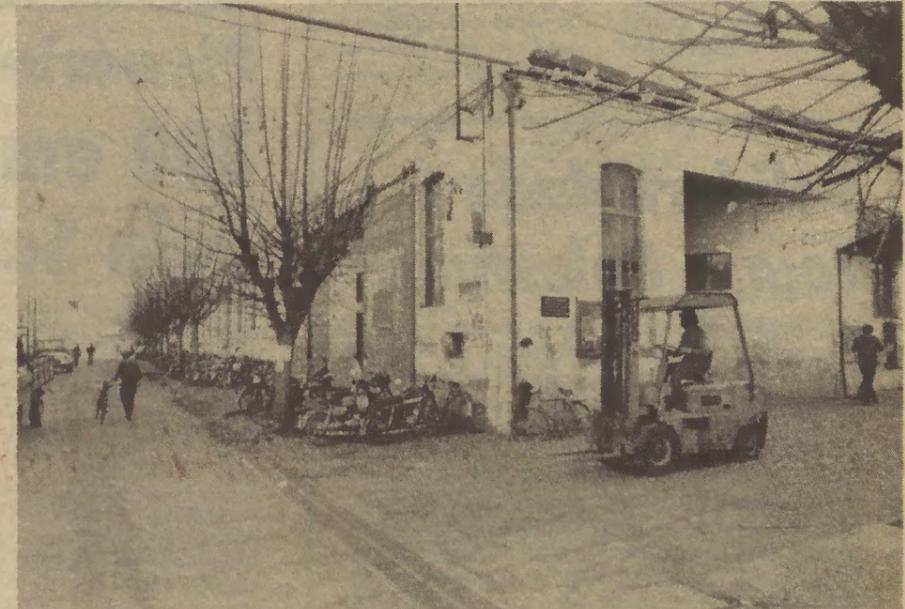
Foto de Março de 1978. Uma luta difícil mas persistente



Linha de montagem. Na MDF os salários em atraso atingiram cerca de 300 mil contos



Um plenário do ano passado (Janeiro)



Que se pretende com a manobra de criação duma nova empresa (a IAM), antiga divisão «auto» recheada com instalações e máquinas da MDF?

Trabalhadores

Reformas e pensões Manifesta-se em Lisboa profundo descontentamento nacional

Reformados, pensionistas e idosos de todo o País manifestaram-se quarta-feira da semana passada em Lisboa contra os ínfimos aumentos das reformas e pensões. Organizada pelo MURPI (Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos), a acção de luta concentrou-se principalmente em frente da Assembleia da República e destinou-se não só a protestar como a reclamar do Governo e dos restantes órgãos do Poder e de forma prioritária o seguinte:

Pensão mínima do regime geral: 18 mil escudos; outras pensões (e acima da mínima) mais 5 mil escudos;

pensões dos rurais: 15900 escudos; pensão social: 15900; cônjuge a cargo: 6 mil escudos; grande invalidez: 15600 escudos; indexação semestral das pensões, complementos e suplementos, ao aumento do custo de vida e (ou) dos salários; assistência médica e medicamentos gratuita a todos os reformados e pensionistas, cujas pensões sejam iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional; apoio domiciliário eficiente a pessoas idosas, inválidas e encamadas, retidas no lar; alteração da lei das rendas (fixação do valor da renda tendo em conta a capacidade

de económica do agregado familiar); proibição de acções de despejo a quem não possa pagar a renda por dispor só de pensão de reforma como forma de subsistência; a participação do MURPI, aos vários níveis da Segurança Social, em tudo o que diga respeito aos reformados, pensionistas e idosos; reconhecimento do MURPI como parceiro social, e tempo de antena na rádio e televisão.

O MURPI, através da sua Coordenadora Nacional, apela à acção unitária, e recorda que representa a nível nacional «centenas de organizações e muitos e muitos mil-

lhares de reformados e pensionistas».

As reivindicações que apresentou na rua, durante a concentração do dia 22, devem, em seu entender, entrar em vigor já em Dezembro.

A Coordenadora Nacional do MURPI considera socialmente justos os valores reivindicados, «pois é importante referir que, por exemplo, a pensão mínima do regime geral, para acompanhar o poder de compra que tinha em 1975, quando era de 2 mil escudos, teria de corresponder hoje a 21 mil escudos, quando ela será, como sabemos, somente de 14600 escudos».



Velo gente de todo o País



«Respeitar o Outono da vida» foi (e é) um compromisso de Abril



A idade não abate a firmeza e a vontade de lutar

Professores sem receber

À semelhança do que sucedeu no ano lectivo de 87/88, os professores requisitados pela Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação da Universidade de Lisboa, quinta-feira da semana passada, ainda não tinham recebido os vencimentos dos meses decorridos desde Setembro findo. Logo em 29 desse mês, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) contactou o secretário de Estado do Ensino Superior e o secretário de Estado adjunto do ministro da Educação.

Para protestar veementemente, «a mesma situação, o SPGL recorda que no ano lectivo passado, perante a mesma situação, os professores afectados só receberam aqueles vencimentos em Abril de 1988.

A situação não pode repetir-se. O departamento do Ensino Superior daquele Sindicato, após várias diligências, continua a desconhecer quando serão pagas — e se serão pagas — aquelas remunerações.

Ao que parece, trata-se de «problemas burocráticos» por solucionar. Mas o facto é que «a mesma situação — sublinha o SPGL — vem a verificar-se há vários anos». Será que o Governo encontrou o meio de «obrigar os trabalhadores docentes à poupança forçada?» — pergunta o Sindicato.

A Federação do sector (FENPROF), que encabeçou como se sabe uma greve nacional no passado dia 18, encontrava-se entretanto com a Comissão de Educação da Assembleia da República e com o secretário de Estado da Educação.

No primeiro daqueles encontros, a FENPROF reafirmou que «sem os professores a reforma educativa não passará de um amontoado de legislação sem aplicação prática».

Recebida no dia 22 pela Comissão da AR para a Educação, a delegação da FENPROF abordou principalmente com os deputados as implicações das reivindicações dos professores no Orçamento do Estado. Segundo Carvalho Vieira, do Secretariado Nacional da FENPROF, um dos problemas colocados à Comissão da AR foi o de que «apesar de ser reconhecido que os professores são a trave-mestra da reforma (do sistema educativo) e que a dignificação da função social do professor passará também por vencimentos justos e condignos, apesar de tudo isso, não estão contempladas verbas no OE/89 que permitam, mesmo a título transitório, que os professores possam ver os seus magros salários actualizados já a partir de Janeiro de 1989».

No que respeita à reunião com o secretário de Estado, também no dia 22, a FENPROF fez nomeadamente saber que esse encontro «veio comprovar a justeza das acções que têm vindo a ser desenvolvidas pelos professores».

O Secretariado Nacional da FENPROF, através de Vasco Graça, refere-se principalmente às «recentes greves e à manifestação do passado dia 18».

O encontro com o secretário de Estado, pelos resultados que (não) deu, justifica a posteriori aquelas acções de luta e testemunha quanto à «gravidade das Intenções do Governo» no que respeita à «revalorização material da profissão docente», adianta a Federação.

Num trecho de um extenso comunicado sobre o assunto respeitante sobretudo ao Orçamento do Estado, Vasco Graça do Secretariado Nacional da FENPROF, sublinha:

O Ministério da Educação «prevê, assim, manter a situação de um discurso demagógico e inconsequente em que o Primeiro-Ministro e o ministro da Educação reconhecem publicamente a degradação em que se encontra a profissão docente, declaram prioritária a reforma educativa e, entretanto, nada fazem de concreto».

Jornada do Chiado

Conforme o «Avante!» anunciou no número da semana passada, mantinha-se antontem marcada para hoje, quarta-feira 30, uma jornada de protesto dos trabalhadores da zona do Chiado atingida pelo incêndio de 25 de Agosto. As centenas de trabalhadores afectados nos seus empregos consideraram «dramática» a sua situação, ao reunirem em plenário no passado dia 15 na Casa do Alentejo.

Os trabalhadores e os seus sindicatos representativos, designadamente o CESL (Comércio e Serviços do distrito de Lisboa) reclamam uma audiência do Governo, através dos seus representantes sindicais.

A jornada, que constará, segundo foi aprovado no dia 15, de «uma grande acção de esclarecimento da opinião pública» e de uma vigília junto dos órgãos do poder destinada a apoiar a garantia dos salários devidamente actualizados (o subsídio atribuído termina em Dezembro), a continuação dos contratos de arrendamento e de trabalho e, entre outras reivindicações, a possibilidade de prestarem serviços a outras entidades, enquanto os estabelecimentos estiverem encerrados.

O Governo continua a furtar-se ao diálogo sobre este caso com os representantes sindicais dos trabalhadores.

Solidariedade com a Palestina

Ao associar-se solidariamente às comemorações internacionais de ontem, 29 de Novembro, dia do «povo mártir da Palestina», que se revestem este ano de «um significado duplamente importante», a CGTP-IN, que enviou na passada quinta-feira «uma mensagem de saudação à sua congénere palestina», participou no Dia Internacional de Solidariedade com a Palestina através de uma iniciativa com outras forças democráticas, efectuada na passada quinta-feira na Casa do Alentejo em Lisboa, e exortou «uma vez mais o Governo português a assumir as suas responsabilidades», reconhecendo «o novo Estado árabe» e «a representação diplomática da OLP em Lisboa».

A Enatur deve negociar

O conselho de administração da Enatur, única empresa pública do sector turístico-hoteleiro, que emprega 1100 trabalhadores em todo o País, foi convocada pelo Conselho Nacional da Federação sindical do sector (FESHOT) para iniciar hoje, dia 30, as negociações que deverão conduzir à actualização das condições colectivas de trabalho. A FESHOT mobiliza entretanto os trabalhadores para apoiarem essas negociações.

A Enatur, que tem faltado, segundo a Federação reve-

lou, a «compromissos assumidos e assinados», incluindo «a atribuição aos trabalhadores de um complemento de pensões de reforma», é proprietária e entidade gestora da rede nacional de pousadas. Embora constantemente instada pelos sindicatos, a empresa ainda não respondeu à proposta de actualização das condições de trabalho, não comparecendo inclusivamente a uma reunião de negociações já marcada.

Ainda segundo a FESHOT — Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de

Portugal —, a Enatur é a empresa pública com «o nível de remunerações salariais mais baixo», com o período de trabalho normal mais elevado, a que menos regalias sociais concede; embora tenha obtido nos últimos anos «significativos e crescentes resultados líquidos de exploração e ganhos de produtividade».

A FESHOT convocou também o patronato hoteleiro da Região Autónoma da Madeira para iniciar o mesmo tipo de negociações no próximo dia 12 de Dezembro.

Plenários nos casinos 300 empregos a «arrumar» pela Sointal

Os salários em atraso foram apresentados como ameaça contra trabalhadores que não queiram rescindir os seus contratos com a Sointal, empresa que explora o jogo nos casinos do Algarve e que manifestou aos delegados sindicais a sua intenção de reduzir em 300 postos de trabalho o seu quadro de pessoal.

Numa reunião dos dirigentes da empresa em Lis-

boa com os sindicalistas foi-lhes afirmado que é necessário reduzir para 400 «o número de trabalhadores efectivos» daquela unidade empresarial a quem o Governo concedeu a exploração dos casinos algarvios.

A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT), ao protestar através da sua Comissão Executiva contra as pretensões da Sointal, «repudia esta pressão ilegal e ilegiti-

ma» sobre os trabalhadores. Entretanto a FESHOT requeria ao Governo que retire a concessão da zona de jogo à Sointal.

Ao mesmo tempo era tornado público que o Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria e Similares do Algarve promovia a realização de plenários nos casinos «para acertar com os trabalhadores as formas de contrariarem a pretensão da Sointal».

Proposta alentejana sobre desertificação

• Menos 300 mil contos do que em 1988

Ao analisar em 22 do corrente a situação económica e social do distrito, a direcção (Conselho Distrital) da USDE — União dos Sindicatos do Distrito de Évora manifesta a sua estranheza por as primeiras jornadas sobre desertificação promovidas pela CCRA (Comissão Coordenadora da Reforma Administrativa) se efectuarem sem a participação do movimento sindical. A direcção da USDE protesta, por outro lado, contra a redução — menos 300 mil contos que em 1988 — da transferência para o distrito de Évora de verbas do PIDDAC, através da proposta

de Orçamento do Estado, que o Governo acaba de apresentar na Assembleia da República.

Essa verba considerada insuficiente é de 997 mil contos. Mas, de acordo com a distribuição das verbas orgadas, só 890 mil «são para as chamadas infra-estruturas ligadas ao desenvolvimento económico do distrito».

Sublinha a USDE: «Torna-se claro que o Governo do prof. Cavaco Silva não está

interessado no verdadeiro desenvolvimento da Região, quando irrisoriamente atribui 50 mil contos para estudos sobre o Alqueva».

Depois de protestar ainda por serem ignoradas várias redes viárias, apenas se tomando em conta as de Montemor a Vendas Novas e de S. Manços à Vidigueira, a direcção da USDE mostra-se preocupada com a situação, mas não deixará de intervir — afirma — para a resolução dos problemas que afectam os trabalhadores e as populações.

Desenvolvimento desintegrado

Quando às jornadas de desertificação, a USDE, embora manifeste o seu apreço pelas iniciativas realizadas pela CCRA, discorda da estratégia de desenvolvimento delineada. Para o distrito de Évora e para o Alentejo em geral, aquela Comissão aponta para «um desenvolvimento desintegrado, que nada tem

a ver com a potencialização harmoniosa dos recursos naturais existentes».

Depois de lembrar que qualquer medida de desenvolvimento económico não pode passar sem «a participação empenhada e competente dos trabalhadores do distrito de Évora», que naturalmente fazem parte dos recursos insubstituíveis da Região, o Conselho Distrital da USDE defende a criação de um plano integrado de desenvolvimento (PID) que incluía «programas específicos de desenvolvimento da

chamada zona dos mármore: Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal».

O CD da USDE, que faz ainda outras considerações e propostas interessantes, apoia todo o projecto, que leve ao desenvolvimento integrado e harmonioso do distrito, e não «pseudo-medidas de desenvolvimento» que, no seu entender, mais não visariam do que «dar cobertura a uma estratégia de poder ao serviço de interesses político-partidários», conclui.

Pára a CP no Tejo

Os barcos entre Lisboa e o Barreiro pararam antontem, entre as 7 e 30 e as 10 e 30, cumprindo-se, assim, a primeira parte da nova greve aprovada em plenário geral de trabalhadores no dia 22. Se o conselho de gerência mantiver «a sua intransigência em relação a este conflito» — afirma a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses — os barcos voltarão a parar hoje, 30 de Novembro, no mesmo período de três horas da parte da manhã. A FSTFP anunciou que a adesão à greve de 28 foi total.



Expo-luta do STAL

Quarta-feira da semana passada, no seguimento de várias acções de luta juntamente com os outros trabalhadores da Função Pública, o STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local — Autarquias) montou em Lisboa, na Praça da Figueira, uma exposição fotográfica e documental acompanhada por um estúdio móvel de som. O objectivo foi dar a conhecer melhor à opinião pública as razões da luta do STAL e dos seus filiados perante um Governo que não quer ouvir as legítimas reivindicações salariais e de outra ordem apresentadas pelo STAL e pelos outros sindicatos, relacionadas designadamente com a proposta governamental do Orçamento do Estado para 1989.

Mantém-se acção no dia 7 Greves no Estado

Os sindicatos acusam o Governo de «manobras dilatórias» e da tentativa de impor os aumentos que entender à Frente Comum de Sindicatos da Função Pública. Salários que reponham o poder de compra e reestruturação das carreiras contam-se entre as principais reivindicações dos trabalhadores do Estado (TFPs)

Mantinha-se sem alteração à hora do fecho do «Avante!» a decisão da greve dos trabalhadores da Função Pública a nível nacional. A FCSFP (Frente Comum) afirmava quinta-feira passada que continuava válida a decisão de greve para dia 7 aprovada no plenário de sindicatos efectuado em 16 do corrente.

Por seu turno, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública — FNSFP — sublinhava no mesmo dia que os problemas dos TFPs não têm audição em nenhuma comissão parlamentar da Assembleia da República.

Numa folha distribuída em público, a Frente Comum acusa o Governo de não ter alterado as suas posições após duas reuniões com os representantes sindicais em 8 e 15 do corrente. Para a FC as previsões governamentais foram «desmentidas» e «o Governo enganou deliberadamente os trabalhadores», sobretudo no que respeita aos aumentos salariais do ano corrente.

Para que o mesmo não suceda em 1989, a FC reclama e sublinha principalmente a reivindicação segundo a qual o Governo deve alterar a sua posição de intransigência, apresentando aos sindicatos «uma contraproposta que demonstre boa fé negociadora».

GREVE

7-DEZEMBRO-88

Administração Central e Local

NÃO!

6% OUTRA VEZ

CARREIRAS REVALORIZADAS SIM!

EMPREGO ESTÁVEL SIM!

PROFISSÃO DIGNA SIM!

PCP

PIDDAC 89

Para o distrito de Évora 0,6%...

O distrito de Évora está a ser marginalizado pelo Governo Cavaco — esta uma das conclusões que os jornalistas puderam retirar da matéria informativa que preencheu uma recente conferência de Imprensa promovida pela Comissão Distrital do PCP, e na qual estiveram presentes membros do seu Secretariado, deputados eleitos pelo círculo e eleitos do Poder Local democrático. Os comunistas de Évora comentaram assim o perfil e as incidências para o distrito alentejano do OE e do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 1989:

É um escândalo!

Confirmando os receios já expressos quando da conferência de Imprensa que os deputados do PCP realizaram em 11 de Outubro, o Orçamento de Estado e o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central/PIDDAC para 1989 reflecte o manifesto propósito do Governo de continuar a discriminar o distrito de Évora e de não promover quaisquer medidas significativas que assegurem o seu desenvolvimento.

É um escândalo que, no PIDDAC/89, o Governo de Cavaco Silva só preveja investir no distrito de Évora 0,6% (1 038 044 contos) do total das Despesas da Administração Central, inferior em 17,4% em valores nominais e 25% em valores reais em relação às já magríssimas verbas (1 256 117 contos) que constavam do OE para 1988 e que já não atingia senão 0,9% do PIDDAC/88.

É um escândalo que muitas das poucas obras e investimentos previstos no PIDDAC/88 para o distrito de Évora não tenham sequer sido iniciadas: é o caso do Centro de Saúde de Estremoz (cuja construção vem sendo prevista em OE e sucessivamente adiada há mais de três anos); da protecção e beneficiação do Castelo de Montemor-o-Novo; do Aproveitamento dos Minutos; das Escolas Preparatória e Secundária de Montemor e Vendas Novas, entre outras.

É um escândalo que importantes e necessários projectos de desenvolvimento para o distrito e para a região continuem a ser ignorados como é o caso de Alqueva.

A própria denominada Acção de Intervenção para a Zona dos Mármorez não aparece sequer referida nem com qualquer verba à sua disposição para 1989, apesar da CCRA (Comissão Coordenadora Regional) ter afirmado e escrito que em Maio do próximo ano a respectiva OID seria aprovada e assinada o respectivo contrato de financiamento. Então se assim fosse onde estão orçamentadas as necessárias contrapartidas nacionais?

Marginalização

Este processo de marginalização do distrito de Évora é inaceitável e exige que todos os sectores sociais e forças políticas que defendem o seu desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das suas populações intervenham convergindo na exigência de uma política de investimentos do Estado que promova o desenvolvimento do distrito.

Da nossa parte, PCP e na sequência das recentes jornadas para o desenvolvimento económico e social do distrito iremos apresentar na Assembleia da República, através dos deputados eleitos pelo distrito em sede de discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 1989, um conjunto de propostas adicionais ao PIDDAC/89, que constam da lista anexa a este texto e que totalizam 1 981 425 contos e que resultaram das reuniões que, após o conhecimento do Orçamento, mantivemos com os municípios do Distrito através da respectiva Associação, com a União dos Sindicatos e o Sindicato dos Professores da Zona Sul e com a Comissão de Coordenação da Região Alentejo.

Propostas

Realçamos, dentre elas, as propostas para o relançamento de Alqueva e de financiamento dos estudos preparatórios para o lançamento de uma Operação Integrada de Desenvolvimento para o distrito, duas acções estratégicas visando o desenvolvimento da região e do distrito e que o Governo teima em não realizar e em ignorar.

Desde já propomos aos deputados do PSD eleitos pelo nosso distrito que, junto do seu partido, que detém a maioria absoluta na Assembleia da República, viabilizem



Os comunistas de Évora propõem e explicam no concreto apoios para o desenvolvimento regional e concelhio

a aprovação destas propostas.

Para além delas, o Grupo Parlamentar do PCP irá apresentar também uma proposta de reforço em 1 milhão de contos das verbas para as Universidades e 1,6 milhões de contos de reforço do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as Autarquias a fim de ser cumprido o preceituado na Lei de Finanças Locais.

As propostas que apresentamos, a serem aprovadas, implicariam o aumento das

doações do PIDDAC para o distrito, passando para 1,7%, o que, não correspondendo ainda às necessidades existentes, constituirá contudo um valor mais compatível com as exigências de desenvolvimento sentidas e mais equilibrado com as verbas previstas para os distritos do litoral.

A verdade é que em vez de termos uma política que rectifique as assimetrias regionais, o Governo agrava ainda mais essas assimetrias não canalizando para as zo-

nas do interior os esforços e as verbas que a situação impõe.

Da nossa parte, Comissão Distrital de Évora do PCP, comunistas na Assembleia da República e nas Autarquias, continuaremos a empenhar-nos no sentido de conseguirmos para o nosso distrito o desenvolvimento a que temos direito e propondo aos órgãos de comunicação social, sobretudo os locais e regionais, que ao tema prestem a atenção que ele justifica.

As propostas adicionais avançadas pelos comunistas

Propostas de incidência regional ou distrital

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

- Empreendimento de Fins Múltiplos de Aproveitamento do Rio Guadiana/Alqueva. Dotação para 1989 com vista aos trabalhos de reinício das obras — 1 milhão de contos. (Nota: o valor global do empreendimento está, actualmente, orçado em cerca de 55 milhões de contos. Defendemos que o projecto evolua para a forma de PNIC—Programa Nacional de Interesse Comunitário).
- Operações Integradas de Desenvolvimento Regional — Reforço da verba para estudos com vista à elaboração de OID para o Distrito de Évora: 25 mil contos.
- Reforço das verbas para a construção de sedes para as juntas de freguesia recém-criadas: 10 mil contos.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- Arranque das obras de beneficiação da EN-2 e EN-251 (Lisboa-Estremoz), nos troços dentro do Distrito: 50 mil contos.

Propostas de incidência concelhia

ARRAIÓLOS

- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA — Obras de recuperação e beneficiação do Edifício do Tribunal de Arraiolos: 15 mil contos.

ÉVORA

- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA — Protecção de monumentos no Centro Histórico de Évora (Templo Romano e Muralhas) e apoio à investigação arqueológica/Cromen dos Almendres: 20 mil contos.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO — Recuperação de 16 quarteirões da Rua da Mouraria no Centro Histórico de Évora: 86 425 contos.
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Projecto para terminal rodoviário na ci-

dade de Évora, com o objectivo de libertar do Centro Histórico as actuais instalações da RN e estas poderem vir a ser recuperadas para efeitos de construção de um Pavilhão de Congressos: 50 mil contos; arranque das obras do pavilhão desportivo polivalente, resultante do protocolo já assinado entre CM Évora, Direcção-Geral de Desportos e Universidade de Évora, com as responsabilidades financeiras distribuídas igualmente pelas três entidades: 100 mil contos.

MONTE-MOR-O-NOVO

- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS — Instalação de nova Repartição de Finanças: 50 mil contos.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA — Arranjos exteriores do Palácio da Justiça: 15 mil contos.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO — Construção do Quartel dos Bombeiros — 1989: 50 mil contos; 1990: 100 mil contos.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — Escola Preparatória (construção) — 1989: 80 mil contos; 1990: 120 mil contos.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA — Obras de beneficiação e protecção do Castelo de Montemor-o-Novo — 1989: 20 mil contos; 1990: 20 mil contos; 1991: 10 mil contos.

MORA

- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS — Instalação da Repartição de Finanças: 30 mil contos.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — Pavilhão Gimnodesportivo da Escola C+S (projecto e arranque das obras): 20 mil contos
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA — Conservação da Igreja das Brotas: 5 mil contos; Projecto de reconstrução da Torre das Águias (1.ª fase): 5 mil contos.

PORTEL

- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA — Projecto para a instalação de tribunal de comarca: 10 mil contos.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO — Quartel dos Bombeiros Voluntários (projecto e arranque das obras): 10 mil contos.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — Pavilhão Gimnodesportivo da Escola C+S (arranque): 20 mil contos.
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Estação Rodoviária (projecto e arranque): 20 mil contos

REDONDO

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — Ampliação da Escola C+S: 20 mil contos; Pavilhão Gimnodesportivo da Escola C+S (arranque): 20 mil contos.

VENDAS NOVAS

- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO — Ampliação das instalações dos Bombeiros Voluntários: 10 mil contos.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — Construção da Escola Preparatória — 1989: 80 mil contos; 1990: 120 mil contos; Construção da Escola Secundária — 1989: 80 mil contos; 1990: 120 mil contos.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE — Centro de Saúde (projecto): 10 mil contos.
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Variante à EN que atravessa a vila de Vendas Novas (projecto e arranque): 50 mil contos; Estação da RN (projecto e arranque): 20 mil contos.

Total das propostas

- Alqueva: 1 000 000 contos
- Outras: 981 425 contos
- Total 1 981 425 contos



António Mendes e Silvina Miranda, da Comissão Distrital de Évora do PCP, Lino de Carvalho e Vidigal Amaro, deputados comunistas, e Abílio Fernandes e Teresa Ribeiro, presidentes das CMs de Évora e Vendas Novas, respectivamente, foram os participantes na conferência de Imprensa realizada na última segunda-feira no Centro de Trabalho do Partido na cidade do Templo de Diana

PCP

O distrito de Braga, o OE e o PIDDAC

Novos investimentos vistos por um canudo?

Atentas à realidade regional, aos problemas e aspirações das localidades e das populações, as organizações do PCP têm vindo a analisar criteriosamente as consequências do Orçamento do Estado (OE) e do PIDDAC (Programa de Investimentos da Administração Central) para o próximo ano de 1989. Na página anterior, deixámos o comentário e as propostas dos comunistas de Évora. Aqui avançamos a posição da Comissão Distrital de Braga, que também se encontrou com os órgãos da Comunicação Social para análise desta matéria e das suas incidências naquele distrito minhoto.

Numa apreciação global, o Orçamento de Estado para 1989 proposto pelo Governo caracteriza-se pelo forte agravamento da carga fiscal e da injustiça fiscal (penalizando mais os que vivem do seu trabalho); pela restrição ao consumo das classes e camadas mais desfavorecidas, em contraste com novas protecções e isenções fiscais para os rendimentos especulativos e ganhos de capital; por verbas insuficientes para investimento e para enfrentar as carências nas áreas sociais; por uma previsão irrealista da taxa de inflação, muito inferior à real, com o que o Governo pretende repetir a «esperteza» deste ano, com que pretendeu diminuir os salários reais dos trabalhadores e conquistar ganhos extra, não controláveis no OE, em matéria de carga fiscal.

Neste quadro, o PIDDAC (Programa de Investimentos da Administração Central) tem um aumento de valor global relativamente ao ano em curso de 16,45%, inferior portanto ao aumento global previsto das receitas do Estado (18,05%).

E quanto às autarquias locais, o propagandeado aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro é comido pela projectada transferência de novos encargos e competências.

É neste quadro geral

que se insere a apreciação das implicações para o distrito de Braga das propostas contidas no OE e no PIDDAC para 1989, que a seguir desenvolvemos, acompanhada de propostas alternativas, fruto do estudo a que a Comissão Distrital de Braga do PCP submeteu aqueles documentos e do levantamento igualmente realizado quanto a carências essenciais do distrito em diferentes áreas.

Só 2,6%...

O PIDDAC/89 propõe para o distrito de Braga investimentos discriminados de cerca de 3 milhões e 900 mil contos, o que significa em relação ao total nacional do PIDDAC sectorial apenas 2,6% dessa verba global, importância muito inferior ao peso relativo do distrito de Braga, do ponto de vista da sua importância económica e do seu peso populacional, no conjunto do País.

Mesmo se considerarmos, além das verbas especificadas para o distrito, a estimativa de outros valores não discriminados (o plano de investimentos para a rede viária e a projecção para 1989 dos valores estimados no PIDDAC/88 alusivos a instalações escolares e ao património cultural e mo-

numental), a percentagem de investimentos programados para o distrito relativamente ao todo nacional não ultrapassa os 4%, não alterando a conclusão referida. É aliás, prova clara da tentativas do Governo de fuga ao controlo democrático da Assembleia da República e da opinião pública, o facto de, ao contrário do ano passado, não ter fornecido desta vez mapa discriminativo dos investimentos programados por distrito.

As verbas previstas para o distrito de Braga referem-se, fundamentalmente, à continuidade de projectos em curso e não comportam valores significativos para o ano de 1989 quanto a novos investimentos.

Autarquias prejudicadas

Pelos elementos fornecidos, os investimentos em novos projectos para 1989 não devem sequer atingir os 10% dos investimentos globais para o distrito.

Quanto às verbas previstas no FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) para transferência para as autarquias locais do distrito de Braga, o aumento global previsto relativamente ao ano anterior (+17,5%) é ilusório, porque:

- O Governo pretende transferir para as autarquias novos encargos e competências, sem previsão de contrapartidas definidas (compensação dos impostos sobre os trabalhadores; contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Montepio dos Servidores do Estado; encargos com a construção, conservação e apetrechamento de estabelecimentos escolares do ensino básico e secundário), que por si absor-

vem parte substancial das verbas referidas, situação agravada ainda com o facto de o Governo e a sua maioria parlamentar terem recusado a proposta do PCP para uma transferência suplementar para as autarquias decorrente do aumento de 1,5% (extraordinário) decidido para os vencimentos dos trabalhadores face à taxa de inflação verificada;

- O aumento previsto não recupera, portanto, a situação criada com o facto de a transferência para as autarquias em 1988 não ter acompanhado, sequer, a perda resultante da inflação verificada, como já há um ano foi denunciado.

Diminuições e insuficiências

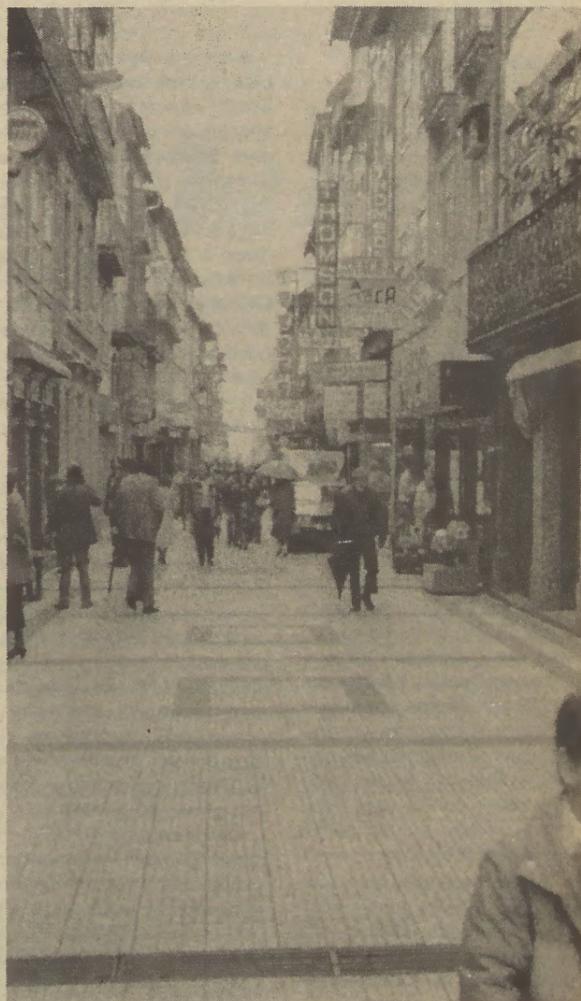
Do exame especializado do PIDDAC/89 e do conjunto do OE, quanto ao distrito de Braga, chamamos a atenção para as seguintes questões:

- Verificam-se diminuições inexplicadas de verbas (ou mesmo o seu desaparecimento) relativamente a investimentos já previstos para 1989 no PIDDAC aprovado há um ano, de que são exemplos: Hospital de Braga — previstos no PIDDAC/89 menos 45 000 contos que no PIDDAC anterior para o mesmo ano; Hospital de Barcelos — previstos menos 64 025 contos; Centro de Saúde Distrital de Braga — desaparece a verba antes prevista de 16 950 contos; Centro de Saúde Dist. de Guimarães — menos 29 000 contos; Tribunal de Trabalho de Famalicão (absolutamente urgente!) — desaparece a verba inscrita para 89 no PIDDAC anterior de 40 000 contos!

- Verifica-se insuficiência



As incidências do OE e do PIDDAC para o próximo ano de 1989 no distrito de Braga foram expostas aos jornalistas numa recente conferência de imprensa realizada pela Comissão Distrital do PCP no CT de Braga. Neste encontro com a Comunicação Social participaram os camaradas Henrique de Sousa, José Antunes (ambos da Distrital e do CC) e José Manuel Mendes, deputado



Muitos projectos, muitas aspirações justas do distrito de Braga ficaram de fora do OE e do PIDDAC/89 que Governo e deputados do PSD aplaudem em S. Bento

clara de verbas a investir em 1989 quanto a projectos essenciais e de natureza urgente: é sabido que os valores previstos para obras de beneficiação na EN 310 (que serve a importante zona industrial do Pevidém) e EN 201 (Braga/Prado/Ponte de Lima, que já foi objecto de justíssimo protesto das Juntas de Freguesia da zona envolvente), 10 000 contos em cada caso no próximo ano, são ridículas pela premência e magnitude das obras necessárias; os 10 000 contos previstos para o novo Tribunal Judicial de Braga, de urgência conhecida, são claramente insuficientes e contradizem promessas e declarações ministeriais recentes; há diminuição, relativamente aos investimentos previstos em 1987 e 1988, do investimento em 1989 para o combate à poluição das águas na Bacia Hidrográfica do Ave (170 000 contos, valor menor que em qualquer dos outros anos referidos) o que, face à persistência e agravamento conhecidos dos problemas de poluição na zona, mostra a distância entre a

demagogia de promessas e declarações e a realidade dos programas concretos (declarações recentes do Presidente da Câmara de Guimarães reconhecendo, a este respeito, que as verbas consignadas só em percentagem reduzida têm sido aplicadas por falta de projectos, são especialmente preocupantes!); etc.

- Não estão discriminadas e ignora-se ainda, portanto, em que medida estão consideradas, verbas: para a protecção do património monumental do distrito (Mosteiro de Tibães, Convento de Santa Maria do Bouro, Museu D. Diogo de Sousa e Alberto Sampaio, etc.) correspondentes a projectos já lançados; para a conservação e renovação de instalações escolares do ensino básico e secundário (e recorde-se, a este respeito, que o levantamento por nós realizado revela carências gravíssimas no distrito, a exigirem vultuosos investimentos — em Braga, é urgente nova escola preparatória, ou C+S, que permita descongestionar a André Soa-



Nas contas do Governo para 89, também foram «esquecidos» os transportes urbanos de Braga

res; em Joane, impõe-se nova escola que substitua os pavilhões pré-fabricados de madeira da actual preparatória, com 14 anos de vida e completamente degradada; em Amares, é urgente uma nova escola preparatória que substitua a situação escandalosa da actual; em Barcelos, a Escola Preparatória rebenta «pelas costuras»; a velha Escola Prep. em Fimalcção ainda funciona, apesar doutra nova a funcionar, em pré-fabricados de madeira degradados; é geral a ausência de pavilhões, mesmo nas escolas novas, para a prática da disciplina de Educação Física, obrigando a situações caricatas e dramáticas como a da Escola C+S do Pevidém, onde crianças percorrem 1,5 Km para ir praticar ginástica a uma pavilhão numa empresa, tendo obrigado o Conselho Directivo a fazer seguro face à penosidade e perigosidade do percurso e os pais a assinarem termo de responsabilidade; etc.

Projectos congelados

• Não estão considerados investimentos em projectos novos ou apoios necessários e publicamente reconhecidos como indispensáveis ao distrito, para o seu desenvolvimento:

— Não está prevista qualquer verba que traduza uma vontade e uma decisão política, que tardam, relativamente ao lançamento do projecto para um novo Hospital, sediado em Braga, que sirva toda a região, descongestionando os Hospitais Centrais do Porto, e indispensável também para responder ao facto de que o Hospital de S. Marcos atingiu o limite da sua capacidade de expansão;

• Não estão previstas verbas para apoiar a protecção dos Centros Históricos de Braga e Guimarães;

• Não constam verbas que traduzam a existência de um programa, que reputamos urgente, para atacar a grave poluição do Rio Cávado e da sua Bacia Hidrográfica, onde recentemente se verificou mais um desastre ecológico noticiado, situação que, a não ser combatida, compromete cada vez mais a capacidade de abastecimento generalizado de água de boa qualidade num distrito que tem ainda dos mais baixos índices do País na distribuição de água canalizada;

• Não constam verbas para a conservação e modernização das Linhas do Tâmega e Fimalcção-Póvoa (o que confirma a vontade política deste Governo, que tem sacudido a responsabilidade da impopularidade da medida para a CP, de fechar as linhas da chamada rede secundária em favor dos transportes rodoviários), como também não estão consignadas verbas para a modernização da Linha do Minho, apesar de tal estar previsto no Plano de Modernização dos Caminhos de Ferro, o que reputamos essencial ao desenvolvimento da nossa região, através da melhoria do corredor ferroviário Minho/Galiza/resto da Europa.

E o Vale do Ave?

• Quanto ao plano de investimentos para a rede viária, é completamente ignorada a variante às EN 101 e 201, com a nova Ponte em Prado, obra para a qual já existe projecto e indispensável, por nós defendida e por muitas Juntas de Freguesia já publicamente reclamada; é igualmente ignorada a prometida variante de Gualtar à EN 103, indispensável também ao harmonioso desenvolvimento da cidade de Braga;

• Não está prevista qualquer verba no PIDDAC, na área das intervenções regionais, para apoiar os custos das acções preliminares em curso quanto à Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave, que seria desejável, apesar das críticas que sustentamos quanto ao modo fechado e comandado sobretudo pela lógica dos interesses empresariais como os respectivos estudos preparatórios estão a ser elaborados, com reduzida ou praticamente nula participação das instituições e forças sociais da região;

• Não se verifica a existência de verbas que demonstrem a existência de um programa de construção de um número significativo de novas extensões de Centros de Saúde que possibilitem responder à situação escandalosa de superlotação, congestionamento de muitos Centros e degradação da qualidade de serviço prestada, apesar dos esforços dos profissionais da saúde, e de que é exemplo negativo o número muito elevado de utentes inscritos por médico de família, que atinge a média, no concelho de Guimarães de cerca de 1900 inscritos/médico.

Assimetrias mais aprofundadas

Em conclusão — o PIDAC e o OE/89, quanto ao distrito de Braga:

• Não respondem a projectos essenciais para o desenvolvimento ou para a satisfação de algumas das carências fundamentais do distrito (na rede viária, na rede ferroviária, na protecção do ambiente, na educação, na saúde, na justiça), constituindo sobretudo um plano de continuidade quanto a projectos em curso;

• São, nos valores que é possível detectar e conhecer, de injustiça relativa pela desproporção entre o peso real do distrito no todo nacional e o programa mais reduzido de investimentos proposto;

• Mesmo nos valores para o distrito traduzem ainda o aprofundamento das assimetrias internas de desenvolvimento, ao concentrar a quase totalidade dos investimentos nos concelhos mais importantes e sendo muito escassos os investimentos previstos para o interior;

• Mantêm-se, ao mesmo tempo, discriminações inaceitáveis, como é o caso de não estar prevista a atribuição de qualquer subsídio aos TUB/SM, mantendo-se assim uma desigualdade de tratamento relativamente a outros serviços públicos de transportes (STCP, Carris).

Novo CT da DORS Criatividade não tem fronteiras

Num encontro realizado na passada sexta-feira com os órgãos da comunicação social, a campanha de fundos em curso na Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP foi um dos temas abordados pela DORS, e nestes termos:

1. A Campanha de Fundos prossigue. As organizações do Partido correspondem com o seu esforço para esta tarefa de importância significativa para os comunistas e os democratas do distrito de Setúbal.

2. Há um ano atrás, referimo-nos num encontro com a imprensa, que contaríamos com a criatividade das organizações para levarmos a cabo tal trabalho.

Na altura afirmamo-lo com confiança e agora, um ano depois estamos prontos a reafirmar que os objectivos gerais traçados foram conseguidos.

O edifício aí está a erguer-se a consolidar as suas estruturas.

3. Para tal contribuíram as múltiplas iniciativas realizadas em 1988, das quais destacamos:

• 18 festas no distrito realçando-se — Festa da Amizade/Almada, Festa Amiga/Pinhel Novo, Festa da Fraternidade/Grândola e Festa da Terra e do Mar/Sines, nas quais participaram, solidariamente com a campanha de fundos, muitos milhares de pessoas.

• Festa do «Avante!», em que o distrito teve uma participação significativa e original.

• Mais de duas dezenas de bailes com a participação de milhares de pessoas.

• Dezenas de excursões salientando a que se realizou à Hungria.

• Cerca de um dezena de pavilhões nas festas populares realizadas em todo o distrito.

• Ofertas e contributos de muitos camaradas e amigos do Partido.

4. Não existindo fronteiras para a criatividade já se programam as iniciativas para o ano de 89 que passarão pela arte até ao desporto.

Já que estamos aqui gostaríamos que visitassem os Mercados de Natal em todos os Centros de Trabalho do distrito onde encontrarão sempre uma agradável oferta para as festas que se aproximam.

No ano que vem, que deverá ser conforme o que afirmamos no postal, cá estaremos para vos dizer como decorrem as «coisas».

Assembleia dos comunistas do Barreiro Mulheres em peso na nova CF do Partido

Com a participação de cerca de duas centenas de delegados, decorreu recentemente a oitava Assembleia da organização dos comunistas da freguesia do Barreiro.

A apresentação do relatório e plano de objectivos, a célula da autarquia, a frente dos reformados, a proposta de nova Comissão de Fre-

guesia do PCP, o movimento associativo, a ligação ao Partido, o funcionamento do Centro de Trabalho e a situação social na freguesia do Barreiro foram temas em destaque no decorrer desta assembleia.

A nova CF, eleita com uma abstenção, é constituída por 14 camaradas, 57 por

cento dos quais são mulheres.

O relatório apresentado desenvolve dois temas centrais — a caracterização social e política da freguesia do Barreiro e a organização local do Partido.

O reforço, dinamização e alargamento de várias frentes de trabalho (drecção, recru-

tamento, cursos, imprensa do Partido, quotização, assembleias, iniciativas) estão devidamente contempladas no plano de objectivos aprovado pela assembleia, que aprovou a criação de uma comissão específica para a realização de iniciativas dentro do Centro de Trabalho, dinamizando a actividade política e cultural.

Solidariedade com os trabalhadores da Eurofil

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira, do PCP, manifestou-se solidária com os trabalhadores da «Eurofil», exortando-os a manterem a determinação e a unidade da luta, para garantirem a manutenção dos 862 postos de trabalho e o pagamento dos mais de 320 mil contos de salários em atraso.

Referiu, nomeadamente, a Concelhia do PCP, que a si-

tuação vivida na empresa não é mais do que um reflexo do agravamento da situação social, resultante da acção concertada do patronato e do Governo PSD/Cavaco Silva, ao pretender-se despedir os trabalhadores para mais facilmente entregar a «Eurofil» a um grupo alemão.

Alertou ainda para o facto de esta política anti-social só po-

der ser enfrentada lutando, tanto mais que o direito ao trabalho e ao salário, são direitos consagrados na Constituição da República portuguesa. E acrescentou que a marcha que os trabalhadores da «Eurofil» fizeram para Lisboa, no passado dia 2, funcionou como um importante esclarecimento da opinião pública sobre a situação dos 862 trabalhadores da Eurofil

com mais de 320 mil contos de salários em atraso.

A Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira, manifestou, por último, a sua inteira disponibilidade para através das mais variadas instâncias, da Assembleia da República ao Poder Local, exercer a sua influência no sentido da defesa solidária e de classe dos interesses e direitos.

Caça Prosseguir o debate

«O PCP, na sequência do Encontro Nacional sobre a Caça realizado no passado dia 5 de Novembro na Voz do Operário, em Lisboa, decidiu prosseguir e ampliar mais o debate sobre esta matéria com vista à apresentação de propostas de alteração à actual lei da caça por forma a que esta vá ao encontro dos interesses dos caçadores e do interesse nacional.

Das conclusões do referido Encontro Nacional salientam-se alguns aspectos essenciais:

• O reforço do movimento associativo e da organiza-

ção dos caçadores é fundamental para que estes venham, como devem, a desempenhar papel importante em todas as questões relativas à caça.

• A actual lei não serve os interesses dos caçadores. Nomeadamente a criação de zonas de caça associativas só deveria ser permitida às associações de caçadores e deverão ser criadas condições legais e outras para que todas as associações de caçadores o possam fazer.

• As zonas de caça turísticas, de acordo com a actual

lei, destinam-se a servir interesses estranhos aos caçadores. Reconhece-se que poderão desempenhar papel importante no aproveitamento de potencialidades turísticas, mas a sua área deverá ser limitada e a sua criação condicionada ao parecer favorável das autarquias e dos conselhos cinegéticos.

• Os conselhos cinegéticos deverão vir a ter condições efectivas de funcionamento (instalações, apoio financeiro, etc.) e maior poder de actuação. O seu parecer deverá ser vinculativo, nomeadamente para a criação de

zonas de regime cinegético especial.

• É necessário actuar rapidamente para que se evite a criação de facto de uma situação altamente lesiva para os caçadores portugueses.

«O PCP irá de imediato solicitar ao Tribunal Constitucional a anulação de algumas disposições da lei da caça e do regulamento que são claramente inconstitucionais, nomeadamente sobre o âmbito geográfico das associações de caçadores», sublinha um comunicado divulgado à opinião pública.

Internacional

Seis de Sharpeville livres da força pela solidariedade

Pieter Botha, presidente da África do Sul, indultou na passada quarta-feira os «seis de Sharpeville», ao aceitar o pedido de clemência e de comutação das respectivas penas de morte por enforcamento.

A decisão de Botha foi divulgada poucas horas depois da mais alta instância judiciária sul-africana, o Tribunal de Apelação, ter rejeitado um segundo pedido de reabertura do processo apresentado pelos advogados de defesa.

Condenados à morte em Dezembro de 1985, por alegada e nunca provada participação no linchamento do maior-adjunto de Sharpeville em 1984 na sequência de manifestações populares contra o aumento das rendas de casa, os «seis de Sharpeville» — cinco homens e uma mulher — salvaram-se da força graças à intensa campanha de solidariedade internacional desencadeada em seu

favor, a que se juntaram inclusive as autoridades britânicas e norte-americanas, os mais fiéis aliados do regime de Pretória.

Em Março último, Pieter Botha tinha recusado um pedido de clemência, alegando não pretender interferir no processo judicial. Mas a pressão internacional conseguiu evitar a execução da sentença e permitiu aos advogados de defesa apresentar um pedido de reabertura do processo, com o argumento de que uma das principais testemunhas de acusação, Joseph Manete, tinha prestado falsas declarações devido a pressões da polícia.

Apesar de ter sido suspensa a execução da sentença, o juiz Wessels Human, que a havia pronunciado, recusa em Junho a reabertura do processo, considerando não haver «a mais pequena sugestão» de que as forças policiais tivessem pressionado

as testemunhas. Em Setembro, a defesa desenvolveu nova tentativa junto do Tribunal de Apelação, mas o parecer do juiz Pieter Rabie vem dar razão ao juiz Human, o que provoca a intervenção de Botha.

Segundo anunciou um porta-voz governamental sul-africano, as penas de morte dos «seis» foram comutadas em penas de prisão que vão de 18 a 25 anos e o indulto presidencial abrange mais cinco condenados à morte.

Ninguém dúvida de que a decisão de Botha se fica a dever à pressão internacional e ao evidente esforço sul-africano para dar do regime de «apartheid» uma imagem mais moderada e conforme com as propostas reformistas da minoria branca no Poder. É neste âmbito que se integra igualmente o anúncio feito nos últimos dias de que o dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, não voltará à prisão depois de receber alta do hospital onde se encontra há vários meses.

Segundo declarações oficiais, Nelson Mandela passará a um regime de residência

fixa, com possibilidade de receber visitas de familiares. Para a generalidade dos observadores, esta medida aponta para a próxima libertação do dirigente negro, o mais antigo preso político do mundo.

Presos políticos libertados

No passado sábado, as autoridades sul-africanas libertaram, incondicionalmente, dois presos políticos. Trata-se do dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC), Harry Gwala, de 68 anos, e o presidente do Congresso Panafricano (PAC), Zephania Mothopeng, de 75 anos.

Harry Gwala, a exemplo de outros dirigentes do ANC, havia sido condenado a prisão perpétua em 1976.

Os dois presos políticos foram libertados devido ao precário estado de saúde em que se encontram. O regime racista de Pretória procura assim evitar manifestações de protesto da maioria negra, inevitáveis caso os dois dirigentes viessem a morrer na prisão.

Paquistão dividido quanto a futuro governo

O presidente paquistanês interino deve anunciar amanhã, segundo as últimas informações, o nome do próximo primeiro-ministro, após uma série de consultas às forças políticas sobre as possibilidades de formação de um governo de coligação. A generalidade dos analistas prevê que a nomeação recaia sobre Benazir Bhutto, a líder do Partido Popular Paquistanês que nas últimas eleições conquistou 92 dos 215 lugares no parlamento.

A demora na nomeação (as eleições realizaram-se em 16 de Novembro) deve-se às pressões da Aliança Democrática Islâmica (ADI), o segundo maior partido paquistanês, que recusa a possibilidade de vir a ter um governo dirigido por uma mulher. Em conferência de imprensa realizada em meados da semana passada, em Islamabad, Benazir Bhutto acusou os responsáveis governamentais da ADI de recorrerem a «um processo de intimidação, chantagem e coacção» sobre os parlamentares independentes, fundamentais para a formação de uma maioria que apoie o governo.

A ADI, disse Benazir Bhutto, está a empregar fundos, telefones e carros do Estado e a enviar responsáveis da Polícia e administradores distritais a casa de deputados para os pressionar.

Na mesma conferência de imprensa, numa aparente radicalização das suas posições para captar as simpatias dos sectores mais conservadores do Paquistão, Benazir Bhutto declarou que o seu governo continuará a política de apoio aos movimentos guerrilheiros afegãos, seguida pelo falecido presidente Zia Ul-Haq. Esta posição está longe de contribuir para a pacificação do país e da região, já que o dirigente soviético Mikhail Gorbachev afirmou há dias em Moscovo que se os EUA e o Paquistão não respeitarem os acordos de Genebra sobre o Afeganistão os soviéticos não terão outra escolha senão prolongarem a sua presença naquele país.

O dirigente soviético afirmou ainda que a atitude face aos referidos acordos será uma forma de Moscovo avaliar a atitude norte-americana perante outros confrontos regionais, considerando que «há muitos conflitos em que deveríamos cooperar», mas sem deixar de sublinhar que «há um limite para o que teremos de suportar».

Filipinas em estado de alerta

No passado fim-de-semana o exército filipino foi colocado em estado de alerta na sequência de apelos a um levantamento militar por parte de apoiantes do ex-ditador Ferdinand Marcos que organizaram uma marcha sobre Manila.

Os manifestantes percorreram a capital em caravana automóvel, ostentando cartazes exigindo o regresso de Marcos e distribuindo panfletos apelando ao exército para tomar o poder. Entre outras coisas, os panfletos prometiam recompensas até 20 mil contos pela captura dos principais apoiantes da presidente Corazón Aquino.

Acordo na OPEP

O Irão decidiu aceitar o novo acordo da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) sobre o tecto de produção e quotas estabelecido em Viena após uma semana de difíceis debates.

O acordo dá «luz verde» à redução de 20 por cento na produção de petróleo, o que significa um inevitável aumento dos preços do «ouro negro» nos mercados internacionais.

O Irão concordou ainda em aceitar que a sua quota de produção seja igual à do Iraque (2,64 milhões de barris por dia), ao contrário do que defendia inicialmente, isto é, uma maior produção.

Para a OPEP, trata-se de uma importante vitória, já que as quotas de extracção de petróleo para o próximo ano são fundamentais para o estabelecimento dos preços no mercado internacional. Este mês, a produção geral de petróleo pelos países membros da OPEP variará entre 22 e 23 milhões de barris por dia, contra 17,5 milhões no primeiro trimestre do corrente ano, o que implica uma queda acentuada nos preços. Para o próximo ano, a OPEP vai limitar a produção a 18,5 milhões de barris por dia.

Acções armadas em El Salvador

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional de El Salvador anunciou a semana passada o reinício das acções armadas, suspensas unilateralmente no período da sessão da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, realizada naquele país. Os confrontos reacenderam-se nos departamentos de S. Vicente e Cabanas, tendo as forças governamentais sofrido mais de meia centena de baixas entre mortos e feridos.

Saudação ao PAICV

O Comité Central do PCP enviou ao Conselho Nacional do PAICV a seguinte saudação:

Queridos camaradas,

Por ocasião da realização do III Congresso do PAICV, o Comité Central do Partido Comunista Português envia, as suas mais calorosas saudações ao Conselho Nacional do PAICV e, por seu intermédio, a todos os militantes e ao povo da República de Cabo Verde.

Saudamos as importantes transformações ocorridas em Cabo Verde no sentido de construir uma nova sociedade orientada para o progresso social, só possível graças à conquista histórica da independência em Julho de 1975.

Os comunistas portugueses são solidários com os esforços do PAICV para combater o atraso socioeconómico de Cabo Verde resultante do passado colonial e edificar uma nova sociedade livre, democrática e de progresso social.

O vosso Congresso realiza-se num momento particularmente importante do ponto de vista da necessidade e da possibilidade de operar uma viragem na situação internacional favorável à coexistência pacífica e ao desarmamento nuclear.

Para os comunistas portugueses, o alívio da tensão internacional está visível nas negociações em torno dos conflitos regionais, as quais têm permitido avanços significativos, como é claramente o caso da África Austral, com a retirada das tropas sul-africanas de Angola e a perspectiva da aplicação da resolução 435 das Nações Unidas, a fim de garantir a independência da Namíbia.

Para tornar esta tendência irreversível, os comunistas portugueses defendem a mais ampla cooperação entre todas as forças do progresso social.

Em Portugal, lutamos pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do regime democrático consagrado na Constituição e que abre ao povo português amplas perspectivas, apesar das ameaças que pairam sobre a Constituição caso se confirme a violação dos princípios constitucionais a que deve obedecer a referida revisão.

O PCP prepara também o seu XII Congresso, o qual constituirá, sem dúvida, o maior acontecimento para os comunistas portugueses e um grande acontecimento na vida nacional.

Queridos camaradas,

Fazendo votos para que o III Congresso do vosso partido seja coroado dos maiores êxitos, expressamo-vos a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade, solidariedade e cooperação com o PAICV, no interesse dos dois Partidos e povos e igualmente no interesse do reforço das relações entre Portugal e Cabo Verde.

Viva o III Congresso do PAICV

Viva a Amizade entre o Povo Português e o Povo Cabo-verdiano

Viva a Amizade entre o Partido Comunista Português e o PAICV

Unidade de esquerda no Chile

O Partido Amplo da Esquerda Socialista (PAIS) foi formado a semana passada no Chile, tendo o respectivo processo de legalização sido entregue no Serviço Eleitoral chileno.

Integrando comunistas, socialistas, esquerda cristã, radicais socialistas democráticos e esquerda revolucionária (MIR), o PAIS visa conjugar os esforços das principais forças de esquerda chilena e pôr à prova a lei dos partidos aprovada pelo regime de Pinochet.

O Serviço Eleitoral, que esta semana terá de se pronunciar sobre a legalização ou não do novo partido, não deixará de tentar inviabilizar a iniciativa, já que a Constituição do Chile, imposta pela ditadura, proíbe todos os partidos que se reclamem do marxismo.

Foi tendo em consideração estas limitações que os fundadores do PAIS escolheram cuidadosamente os nomes que integram as suas estruturas dirigentes, de forma a evitar fornecer ao regime qualquer pretexto para a sua ilegalização.

Assim, nenhum dos principais dirigentes dos partidos coligados figura na direcção da nova organização. Para secretário-geral foi escolhido Ricardo Solari (do Partido Socialista de Clodomiro Almeyda), e para vice-presidentes Francisco Rivas, do mesmo partido, Manuel Riesco (Partido Comunista) e Humberto Marto-

nes (radical).

A presidência do PAIS é assumida por Luis Maira, um ex-democrata-cristão que foi deputado durante o governo de Unidade Popular de Salvador Allende e se exilou no México após o golpe de Pinochet.

«Procuramos a velha aspiração dos trabalhadores, uma sociedade mais justa, mais humana, que é definitivamente a sociedade socialista», afirmou recentemente Luis Maira, em entrevista a um jornal espanhol.

De salientar que a formação desta coligação de esquerda surge num momento que se vive no Chile um período de fortes contradições, resultantes da derrota de Pinochet no plebiscito de 5 de Outubro e quando a generalidade das forças políticas exige a realização de eleições legislativas antecipadas e alterações constitucionais. Enquanto Pinochet ameaça com a anulação dos resultados do plebiscito, importantes figuras da Junta Militar, como o almirante José Merino, vêm a público afirmar expressamente a necessidade de respeitar o voto popular.

De acordo com o calendário imposto por Pinochet, devem realizar-se eleições presidenciais no próximo ano. A conjugação de esforços, num momento em que se afirma já que o ditador não será candidato, será um factor fundamental para mais um passo decisivo para a liquidação da ditadura.

Internacional

EUA impedem Arafat de discursar na ONU

A recusa norte-americana em conceder um visto de entrada nos EUA ao dirigente palestino Yasser Arafat, que pretendia discursar na Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, está a provocar uma onda de protestos a nível internacional e em particular no mundo árabe, pondo cada vez mais em causa o empenhamento dos EUA em contribuir para a paz no Médio Oriente.

A recusa de Washington foi divulgada no passado sábado, pelo próprio secretário de Estado, George Shultz, que leu à imprensa um documento de duas páginas «justificando» a decisão. Segundo o texto, os Estados Unidos «têm provas segundo as quais elementos da OLP participaram em acções terroristas contra americanos e outras pessoas», considerando a administração norte-americana que «enquanto presidente da OLP, Arafat é responsável pelas acções destas organizações».

Washington fundamenta a recusa de visto nos estatutos da ONU, de 1947, segundo os quais «os EUA se reservam o direito de impedir a entrada a quem represente uma ameaça para a sua segurança».

É curioso assinalar que, até ao momento, apenas um Estado se manifestou a favor da decisão dos EUA: Israel. Importa igualmente ter presente que os EUA e Israel foram os dois únicos Estados que rejeitaram abertamente a proclamação, em 15 de Novembro, do Estado independente da Palestina, invocando as mesmas «razões» agora apresentadas pela administração Reagan.

Entretanto, o Estado independente da Palestina foi já reconhecido por cerca de 60 países.

Os protestos do mundo árabe a mais esta prepotência norte-americana não se fizeram esperar. O ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio, Esmat Abdel-Maguid, afirmou que ao impedir Yasser Arafat de discursar peran-

te a ONU os EUA lançam dúvidas sobre o seu empenhamento na paz no Médio Oriente e, em manifestação de protesto, adiou a sua programada deslocação à ONU.

Também o chefe da diplomacia iraquiana anunciou o cancelamento da sua visita à ONU, em protesto contra a decisão dos EUA, que considerou «escandalosa» e uma «grave violação» dos acordos firmados com as Nações Unidas.

O secretário-geral da Liga Árabe, Chadli Klibi, condenou igualmente a decisão norte-americana, dizendo que ela «pode ser considerada como uma vontade deliberada de impedir que se ouça neste recinto internacional (na ONU) uma voz que desde há anos não deixa de se bater pela paz de acordo com o direito internacional».

Entretanto, a OLP, a Jordânia e o Egipto manifestaram-se a favor da transferência de Nova Iorque para Genebra do debate da Assembleia Geral da ONU sobre a questão palestina. Indo mais longe, a Líbia propôs que a sede da ONU seja

transferida «para um país que respeite os seus compromissos internacionais».

Recorda-se que o dirigente palestino, Yasser Arafat, pretendia na sua intervenção na Assembleia Geral pedir a admissão do recém-criado Estado palestino na ONU, onde a OLP já participa com o estatuto de observador.

Embora se desconheça ainda quais as repercussões que a decisão norte-americana provocará num futuro próximo, é de salientar que a diplomacia palestina não está de braços cruzados, antes mostrando-se empenhada em conjugar todos os apoios internacionais para a resolução da sua causa. Insere-se neste âmbito, por exemplo, a carta de Yasser Arafat a todos os chefes de Estado da Europa Ocidental, pedindo o seu apoio para a convocação de uma conferência de paz sobre o Médio Oriente.

Na sua carta, o dirigente da OLP apela para que os dirigentes ocidentais manifestem dessa forma o seu apoio à causa palestina e o seu repúdio pela política de ocupação e agressão pro-



Repressão israelita contra os palestinianos, com o apoio cúmplice dos EUA

guida por Israel.

Esta questão é tanto mais importante quanto aumentam em Israel as preocupações sobre a agudização dos conflitos nos territórios ocupados,

inevitável se se concretizar, como tudo aponta, a coligação do Likud de Shamir com os partidos fundamentalistas hebraicos defensores da expulsão da população árabe.

Saudação do PCP ao PC do Uruguai

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Uruguai, por ocasião do seu XXI Congresso, que se realiza de 7 a 11 de Dezembro, a seguinte saudação:

Queridos Camaradas:

Em nome de todos os comunistas portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite-vos as suas mais calorosas e fraternais saudações, por ocasião do XXI Congresso do Partido Comunista do Uruguai.

Os dezoito anos decorridos desde o vosso XX Congresso são a prova eloquente de que o PCU constitui uma força indispensável para a democracia e o progresso social do Uruguai. Na abnegada luta contra a ditadura, na qual os comunistas uruguaios deram prova de grande coragem e determinação, como defensor incansável dos interesses e aspirações da classe operária, dos trabalhadores e do povo uruguio, como combatente determinado por uma sociedade democrática, de justiça e progresso social.

Desejamo-vos grandes êxitos nas batalhas em que estais empenhados, designadamente no referendo contra a lei da impunidade e a importante batalha eleitoral que a Frente Ampla enfrentará em 1989.

No momento em que vos enviamos esta nossa mensagem solidária, também o nosso Partido se prepara para realizar, de 1 a 4 de Dezem-

bro próximo, o seu Congresso.

Trata-se de um grande acontecimento na vida do nosso Partido, que está a mobilizar a massa de militantes num amplo debate democrático sobre a evolução da situação política e a actividade do PCP desde o X Congresso, em 1983, e sobre as tarefas que se colocam ao Partido para enfrentar a violenta ofensiva visando restaurar o capitalismo monopolista que a Revolução de Abril destruiu, defender os interesses dos trabalhadores, do povo e do País, e alcançar uma alternativa democrática.

O projecto do novo programa do PCP, «Portugal: uma democracia avançada no limiar do século XXI», que será submetido à apreciação do Congresso, abre à luta da classe operária, das massas trabalhadoras, de todas as classes e camadas antimonopolistas do nosso país, uma perspectiva clara e mobilizadora.

Em resultado da resistência e da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e, em particular, da inovadora e activa política de paz da URSS, inseparável da «perestroika», a situação internacional apresenta reais possibilidades de viragem no sentido do desarmamento, do desanuviamento e da coexistência pacífica. Mas o impe-

rialismo, cuja natureza de classe não mudou, não desistiu dos seus objectivos de supremacia militar e revanche social o que impõe o prosseguimento de vigilância e de luta de todas as forças do progresso social e da paz, o fortalecimento da sua cooperação entre os Partidos comunistas. A defesa e o reforço da unidade do movimento comunista internacional é, na opinião do Partido Comunista Português, indispensável para responder com êxito aos desafios de uma realidade internacional em constante transformação, plena de perspectivas revolucionárias, mas particularmente exigente em relação à resposta dos partidos comunistas e à sua capacidade de elaboração colectiva.

Queridos Camaradas:

Desejando os maiores sucessos ao vosso XXI Congresso, o PCP reafirma a sua vontade de reforçar e estreitar as tradicionais relações de amizade e solidariedade existentes entre os nossos partidos.

Geograficamente distantes, mas unidos pelos mesmos interesses e objectivos de classe e pelo marxismo-leninismo, os comunistas portugueses e uruguaios são irmãos de combate na luta pelo socialismo e o comunismo!

Viva o XXI Congresso do PC do Uruguai!

Viva a amizade entre o PCU e o PCP!

Viva o Internacionalismo Proletário!

70.º Aniversário do PC da Grécia

O Partido Comunista da Grécia comemora, de 30 Novembro a 2 de Dezembro, o seu 70.º aniversário. O PCP estará presente nas celebrações desta importante data através do camarada Carlos Fraião, membro suplente do Comité Central, que participará ainda num simpósio subordinado ao tema «A contribuição do Partido e a experiência dos seus 70 anos de actividade. A necessidade presente e futura da sua existência».

A assinalar este acontecimento, o CC do PCP enviou ao CC do Partido Comunista da Grécia a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,

Por ocasião do 70.º Aniversário da fundação do Partido Comunista da Grécia, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do PCG, e por seu intermédio a todos os comunistas, as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Ao longo dos 70 anos da sua existência o PCG mostrou ser o mais consequente e abnegado defensor dos interesses dos trabalhadores e do povo da Grécia, tornando-se a vanguarda revolucionária indiscutível da classe operária e de todos os trabalhadores do seu país, uma grande força nacional, democrática e progressista imprescindível ao avanço da Grécia pelo caminho da liberdade, da independência nacional, do progresso social e do socialismo.

A história da Grécia contemporânea é inseparável da acção dos comunistas gregos e do seu Partido, da sua fidelidade aos ideais libertadores da classe operária, do seu amor à Pátria, da sua posição internacionalista. O seu

papel determinante na luta heróica do povo grego contra as forças de ocupação nazi durante a 2.ª Guerra Mundial e contra a intervenção imperialista da Grã-Bretanha para sufocar o processo democrático, ficará para sempre assinalado como um marco glorioso na história da Grécia e do movimento operário e comunista internacional. Também na luta contra a ditadura dos coronéis e, uma vez conquistada a liberdade, na luta pela consolidação e desenvolvimento da democracia, em defesa da soberania nacional, contra o envolvimento da Grécia na política agressiva do imperialismo pela retirada das bases militares dos EUA de território grego, contra a subordinação da Grécia aos ditames supranacionais da CEE, pelo progresso social e a paz, o PCG, estreitamente ligado às massas populares, desempenhou e desempenha um papel determinante.

A história do PCG, no passado e no presente, confirma inteiramente o Partido Comunista como força indispensável à defesa dos interesses e aspirações da classe operária e dos trabalhadores, à defesa dos interesses do povo e da pátria, à prossecução dos ideais de justiça e progresso social, à transformação revo-

lucionária da sociedade. A vitória do PCG sobre o oportunismo e o revisionismo que visavam esvaziar o Partido do seu carácter de classe, revolucionário e internacionalista, encerra ricos ensinamentos para o movimento comunista e operário internacional. Queridos camaradas,

De todo o coração desejamos ao PCG os maiores sucessos na sua acção. Isto é do interesse não apenas da classe operária e do povo da Grécia, mas de todo o movimento comunista, do qual o PCP se considera parte integrante e cuja unidade considera necessário defender e reforçar para responder com êxito aos desafios de uma realidade internacional em constante transformação, plena de perspectivas revolucionárias, mas particularmente exigente em relação à resposta dos partidos comunistas e à sua capacidade de elaboração colectiva.

Alegremo-nos profundamente que entre os nossos dois partidos existam sólidas relações de fraternal amizade, cooperação e solidariedade recíproca; é nossa vontade agir para que se reforcem sempre mais, com base no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário, no interesse da unidade do movimento comunista internacional e dos ideais comuns do socialismo e da paz.

Viva o 70.º Aniversário do PCG!

Viva a amizade e a solidariedade entre o PCP e o PCG!

Viva o internacionalismo proletário!

Internacional

URSS procura soluções para os confrontos étnicos e alerta para perigos de manipulação

Os confrontos étnicos entre azerbaijanos e arménios, ocorridos a semana passada na República soviética do Azerbaijão, e de que resultaram pelo menos cinco mortos e mais de uma centena de feridos, levaram já ao afastamento dos primeiros secretários do partido na cidade azerbaijana de Kirovabad e na região de Nakhichevan.

A decisão, anunciada pelo porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros azerbaijano, Musa Mamedov, foi tomada numa sessão de emergência efectuada no passado sábado para discutir os graves confrontos entre arménios e azerbaijanos.

As cidades de Kirovabad e Nakhichevan, no Azerbaijão, e de Stepanakert, em Nagorni-Karabakh, foram entretanto submetidas a regime de recolher obrigatório, na tentativa de evitar o eclodir de novos confrontos étnicos. Segundo afirmou o dirigente soviético Mikhail Gorbachev, em entrevista a jornais franceses, deverá realizar-se «proximamente» um encontro de dirigentes soviéticos com delegações das duas Repúblicas, para debater «a melhor maneira de encontrar uma solução» para os actuais diferendos.

Aumentam, por outro lado, as suspeitas de que a violência étnica está a ser fomentada por sectores que visam pôr em causa a actual política de abertura soviética. Em entrevista ao «Pravda», o general Yuri Shatalin, responsável pelas forças policiais dependentes do Ministério do Interior, afirmou que os recentes acontecimentos obe-

deceram a «cenários bem premeditados e preparados com minúcia», por «aventureiros políticos» e «elementos nacionalistas» que procuram através do agravamento das tensões étnicas prejudicar a «perestroika».

«A herança da estagnação», disse o general, é uma arma poderosa nas mãos dos demagogos, dos aventureiros, da máfia e dos burocratas».

Também o jornal do exército, «Estrela Vermelha», partilha a mesma opinião, escrevendo que «aventureiros manipulam os documentos do partido e do governo numa tentativa de virar as massas contra o partido e as outras nacionalidades». O jornal assinala ainda o facto de a milícia local ter ficado «passiva» perante os confrontos, deixando aos soldados a tarefa de tentar restabelecer a calma.

Preocupações sobre o futuro da «perestroika» e o re-

sultado das reformas económicas, do sistema político e da democratização foram igualmente expressas no vespertino «Izvestia», num comentário sobre os últimos acontecimentos em algumas das Repúblicas Federadas da URSS.

Segundo Yuri Feofanov, importa não esquecer que «as alterações em curso não têm por objectivo a anarquia, mas sim um estado de direito» e que «a lei fundamental do país será aperfeiçoada, alterada e especificada em muitos sentidos, mas tudo deve ser feito numa base jurídica e não anárquica».

«Os problemas enfrentados pela Federação, escreve, são complexos e a sua solução errónea pode acarretar consequências dolorosas. As emoções são uma via condutora, por um lado, ao voluntarismo e, por outro lado, ao arbítrio. Em termos práticos, isto traduzir-se-á numa recusa da liberdade, pela qual comecemos a avançar. Enquanto as leis existirem, elas devem vigorar e ser cumpridas por todos, sem qualquer excepção».

Decisões da Estónia declaradas inconstitucionais

O Presidium do Soviete Supremo da URSS declarou entretanto a inconstitucionalidade da decisão tomada recentemente pelo Soviete Supremo da Estónia sobre o uso do direito de veto sobre as leis federais.

Num momento em que os confrontos étnicos assumem graves proporções na URSS, cabe lembrar as recentes declarações de Mikhail Gorbachev: «... é inadmissível que as possibilidades abertas pela "perestroika", democratização e transparência sejam usadas para agravar a tensão e, particularmente, incentivar a inimizade entre diversas nações e nacionalidades. Não temos o direito de admitir que os elementos anti-sociais e anti-perestroika desenvolvam a sua actividade dentro dos processos profundos e verdadeiramente populares, incluindo num domínio sensível como é o das relações entre as nacionalidades»

de decisão tomada recentemente pelo Soviete Supremo da Estónia sobre o uso do direito de veto sobre as leis federais.

De acordo com a Tass, o presidente do Presidium, Mikhail Gorbachev, disse ter-se chegado «à conclusão de que a decisão tomada pelo Soviete Supremo da Estónia está em profunda contradição com a Constituição da União Soviética e deve ser rejeitada, por não ter força legal». Na ocasião, o dirigente soviético disse ainda que, no entanto, «muitas alterações» defendidas pelos Sovietes Supremos das Repúblicas Bálticas tinham sido aceites no âmbito do debate em curso sobre as alterações à Constituição e a nova lei eleitoral.

Recorda-se, a propósito, que o Presidium do Soviete Supremo está reunido desde ontem para ultimar e votar as novas leis, que segundo as

últimas informações merecem a ampla participação do público, expressa em cerca de 120 mil cartas. De acordo com o chefe do departamento do secretariado do Presidium, Iuri Koroliov, «as opiniões expressas nas cartas são as mais diversas», referindo-se «tanto a críticas como emendas, conselhos, recomendações e propostas absolutamente novas. Há os que repudiam os projectos de lei ou propõem adiar o seu debate, mas a maioria das cartas contém repercussões positivas que apoiam as reformas políticas propostas pelo PCUS».

Sublinhando que, apesar de tudo, as cartas recebidas não são tão representativas quanto isso, face aos 285 milhões de soviéticos, o porta-voz do Presidium lembrou que «a verdadeira vontade do povo será expressa pelos 1500 deputados do Parlamento soviético».

«Os 4 mil trabalhadores dos transportes colectivos do Porto (oficinas, movimento e escritório) deram um belo exemplo de combatividade e unidade ao fazerem greve nos dias 30 e 31 de Outubro (nas oficinas) e recorrendo à «cera» os trabalhadores do movimento».

Quando no dia 30 de Outubro os 400 operários da estação da Carreira receberam o salário verificaram, com surpresa, que eram mencionados 30 dias em vez dos 26 habituais, mas o salário era o mesmo. A concretizar-se a manobra da Administração, na folha de pagamentos passariam a receber o 7.º dia, mas o salários seria o mesmo, o que na prática resultaria na diminuição do salário diário.

O descontentamento foi imediato, gerando-se vários ajuntamentos a discutir o problema. Após o almoço, os operários começaram a concentrar-se junto do relógio. Surge então a palavra de ordem para ninguém trabalhar da parte da tarde, decisão que é unanimemente aceite. Os operários reclamam a presença do director, mas como um dos engenheiros diz que ele está no estrangeiro, reafirmam a sua decisão de não trabalhar e apresentam as suas reivindicações: pagamento do 7.º dia e ainda o pagamento integral dos dias perdidos por doença.

Quando os operários das estações de Massarelos, Boavista e Areosa souberam o que estava a passar na Carreira, também eles decidiram que ninguém trabalhasse, o que foi seguido por todos.

Os trabalhadores do movimento, informados do que se passava, decidem solidarizar-se: (...) resolvem fazer «cera», traduzida em marcha lenta, o que provoca engarrafamentos monstruosos por toda a cidade, nomeadamente na zona da Boavista, Baixa, Constituição e na linha de Ermesinde.

A administração chamava, entretanto, a Pide.

No dia 31 os operários das diferentes estações decidem continuar a greve. O pessoal do movimento mantém-se solidário a fazer «cera». À volta das instalações circulam carros da PSP cheios de agentes. Os trabalhadores não se intimidam, reclamam a presença do director e elegem uma comissão para conversações com a administração. Depois do almoço, os operários sabem pela sua comissão que a administração se comprometera a dar uma solução até ao dia 2. Ante esta promessa, resolvem retomar o trabalho (...).

«Greves e «cera» dos trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto — «Avante!», VI Série, n.º 448, Dezembro 1972).

AVANTE! MILETARIOS DE JOVENS DE INTER-AM-VOI

Orgão Central do Partido Comunista Português

«No Estádio das Antas durante o desafio de futebol Porto-Académica, e em vários outros pontos da cidade e arredores, foram distribuídas tarjetas e outros documentos alusivos ao 50.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro. Na sede do Porto da «Mocidade Portuguesa» podia ver-se uma inscrição com a palavra **Viva**, acompanhada da foice e o martelo... Dois dísticos com cerca de 7 metros afirmavam a saudação popular: **Viva a Grande Revolução Socialista de Outubro...** Mãos vigorosas de combatentes revolucionários hastearam duas bandeiras vermelhas...

«Duas Bandeiras Vermelhas...» — «Avante!», VI Série, n.º 386, Dezembro 1967).

Brazzaville

Negociações de paz em fase final

A fase final das conversações quadripartidas sobre a África do Sudoeste, entre Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos iniciou-se ontem na capital da República Popular do Congo e deve terminar amanhã com a assinatura de um acordo.

A assinatura do chamado «protocolo de Brazzaville» sobre a segurança de Angola e a independência da Namíbia, a confirmar posteriormente por um formal acordo de paz, deverá pôr fim a um intenso período de negociações para a implementação da paz naquela conturbada região.

Esta última etapa das quadripartidas foi intensamente preparada em reuniões de peritos em Nova Iorque, tudo apontando para que nada possa impedir o seu desfecho a contento de todas as partes. O optimismo que reina sobre este assunto levou já diversos comentaristas a admitir a presença do secretário de Estado norte-americano, George Shultz, em Brazzaville, o que a confirmar-se traduz a importância dada por Washington à resolução de um conflito regional em que os EUA se destacaram como mediadores, papel que chegou a ser várias ve-

zes posto em causa devido à sua excessiva identificação com as posições sul-africanas.

O facto de os governos de Angola, Cuba e África do Sul terem ratificado o acordo de princípio elaborado em Genebra em meados deste mês, parece ter aberto definitivamente o caminho para a paz e segurança de Angola, por um lado, e por outro lado, para a implementação da resolução 435 das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia.

Recorda-se que o referido acordo faz parte de um conjunto de catorze pontos que

têm vindo a ser debatidos, a partir de uma base de negociação previamente aceite por todas as partes.

Segundo declarações recentes do director do Departamento de Informação e Propaganda de Angola, Pinto João, para o acordo final faltava, no final da semana, resolver a questão do apoio oficial dos Estados Unidos e da África do Sul à Unita. Embora se desconheçam as evoluções entretanto registadas nesta matéria, a confirmação do encontro de Brazzaville e a assinatura do respectivo protocolo permite especular sobre a possibilidade de terem sido ultrapassadas as principais dificuldades e divergências sobre aquela matéria.

É de resto relevante o facto do líder da Unita, Jonas Savimbi, ter sido recebido em Pretória a semana passada, aparentemente apenas para ser informado da decisão do governo sul-africano em ratificar os acordos de Genebra. Por outro lado, é também

elucidativo que o rei de Marrocos, Hassan II, tenha confirmado o facto de estar disposto a dar asilo a Savimbi, uma vez assinados os acordos de paz para o Sudoeste africano. A confirmarem-se todas estas hipóteses, ou seja, o abandono de Savimbi e da Unita pelos até agora seus principais apoios, não se torna difícil prever o fim da resistência armada em Angola, desde sempre fomentada e alimentada do exterior.

De referir, a propósito, que um comunicado da Unita distribuído a semana passada em Lisboa criticava o mediador norte-americano, Chester Crocker e o evoluir das negociações quadripartidas, chamando a «atenção dos países aliados e dos amigos da Unita no mundo sobre as manobras do inimigo no processo das negociações em curso», ao mesmo tempo que reconhecia estar a ser «aniquilada» pelas Forças Populares de Angola.

Um «canto do cisne» que, aparentemente, não comove

já os EUA e os sul-africanos, confrontados com a necessidade imperiosa de pôr fim a um conflito que a experiência demonstrou não ser passível de resolução pela via das armas.

Entretanto, o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, que no sábado terminou a sua XXII reunião ordinária, sob a presidência do chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, divulgou um comunicado onde se afirma esperar que o futuro governo dos Estados Unidos compreenda os profundos anseios de Angola de viver em paz e harmonia com todos os países.

O documento diz ainda esperar que o presidente George Bush se esforce para que «os resultados alcançados no Sudoeste de África possam ser duradouros e se alarguem a toda a África Austral, com a abolição do regime anacrónico do «apartheid», real e principal factor de desestabilização dos países da região».

Em Foco

Quante!

Ano 58 — Série VII
N.º 779

30 de Novembro de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente




**congresso
PCP**

Amanhã, no Palácio de Cristal, no Porto, inicia-se o XII Congresso do Partido Comunista Português.

Dois mil delegados em representação de um combativo colectivo partidário de duas centenas de milhar de militantes definirão as grandes linhas da indispensável intervenção do PCP na vida nacional.

Delegações estrangeiras

A maior participação de sempre

Até ao fecho desta edição estava confirmada a participação no XII Congresso do PCP de representantes de 74 partidos comunistas e operários, movimentos de libertação e outras organizações progressistas de 64 países, o que significa que no Porto vão estar mais delegações estrangeiras que em qualquer dos congressos anteriores.

Aqui deixamos a lista das presenças confirmadas e o nome dos camaradas que chefiam as delegações (quando também essa informação já estava confirmada).

- Partido Comunista Sul-Africano (Essop Pahad);
- Partido Socialista Unificado da Alemanha (RDA) (Kurt Seibt, presidente da Comissão Central de Controlo, presidente do Comité de Solidariedade);
- Partido Comunista Alemão (RFA) (Martha Buschmann, do Presidium da Direcção);
- MPLA-Partido do Trabalho (Mateus Julião Paulo «Dino Matrosse», do Bureau Político);
- Partido Comunista da Áustria (Walter Baier, do Bureau Político do CC);
- Frente de Libertação Nacional do Bahrein;
- Partido Comunista do Bangladesh;
- Partido Comunista da Bélgica (Ludo Loose, presidente do PC, ala flamenga do PCB);
- Partido Revolucionário Popular do Benin (Agossa Bruno, chefe da divisão de cooperação com os partidos no departamento de relações exteriores do CC);
- Partido Comunista de Berlim-Oeste (Ernst Welters, do Bureau Político);
- Partido Comunista Brasileiro;
- Partido Comunista Búlgaro (Pentcho Kubadinski, membro do Bureau Político do CC e presidente da Frente da Pátria);
- PAICV (Cabo-Verde) (Manuel Pereira da Silva, do Conselho Nacional);
- Partido Comunista do Canadá (Gerry Van Houten);
- Partido Comunista da Checoslováquia (Mevald Joseph, secretário do CC, responsável pelas regiões da Boémia e Morávia);
- Partido Comunista do Chile (Volodia Teitelboim, da Comissão Política e do Secretariado do CC);
- Partido Socialista do Chile (Danilo Aravena, da direcção);
- Partido Comunista da China (Zhu Liang, membro do CC e director do departamento de relações exteriores do CC);
- Akel (Chipre) (Loucas Stavrou Aletas, suplente do Bureau Político e secretário do CC);
- Partido do Trabalho da Coreia (Kang Sek Sung, membro do CC e director de departamento do CC);
- Partido Comunista de Cuba (Yolanda Ferrer, suplente do Bureau Político);
- Partido Comunista da Dinamarca (Anker Schjerning, do Bureau Político);
- Partido Comunista Dominicano;
- Partido Comunista de Espanha (Francisco Palero, do Bureau Político e do Secretariado do CC);
- Partido Comunista dos Povos de Espanha (observador);
- Partido Comunista da Catalunha (observador) (Maria Pere Lizandara, secretário-geral);
- Partido dos Trabalhadores da Etiópia (Gezahegn Gebre, suplente do CC, director em chefe do «Serto Ader»);
- Frente Democrática Nacional das Filipinas (observador) (Luis Jalandoni, do Comité Executivo do Conselho Nacional e chefe da representação internacional);
- Partido Comunista da Finlândia (Irina Lindberg, do Secretariado do CC e responsável pelas relações internacionais);
- Partido Comunista Francês (George Marchais, secretário-geral);
- Partido Comunista da Grã-Bretanha (Asquith Gibbes, membro do Comité Executivo e presidente do Comité Distrial de Londres);
- Partido Comunista da Grécia (Loula Logara, do Bureau Político);
- Partido Comunista Guadalupense (Henri Bangou, do Bureau Político);
- Partido Guatemalteco do Trabalho (Elfidio Cano de Cid, do CC);
- Partido Progressista do Povo de Guiana (Kellawan Lall, do Comité Executivo do CC);
- PAIGC (Guiné-Bissau) (Teobaldo Gomes Barbosa, do CC do PAIGC e secretário-geral da Juventude);
- Partido Operário Socialista Húngaro (Gyorgy Fejti, secretário do CC);
- Partido Socialista Iemenita (Abdeljalil Ghaylan, secretário-geral-adjunto do CC);
- Partido Comunista da Índia (Krishna, do Comité Executivo do CC);
- Partido Comunista da Indonésia (Robi Suman, da direcção);
- Partido Tudeh (Irão);
- Partido Comunista Iraquiano
- Partido Comunista de Israel (Sasha Kenin, do Bureau Político e secretário do CC);
- Partido Comunista Italiano (Renzo Trivelli, vice-presidente da Comissão Central de Controlo);
- Partido Comunista Japonês (Hiroshi Tachiki, do Presidium permanente, e responsável da comissão internacional);
- Partido Comunista Jordano;
- Liga dos Comunistas da Jugoslávia (Milan Kucan, da presidência da LCJ e presidente da Liga dos Comunistas da Eslovénia);
- Partido Popular Revolucionário do Kampuchea (Jos Son, do CC, e chefe da secção internacional);
- Partido Popular Revolucionário do Laos (Oudom Khattiya, suplente do Bureau Político);
- Partido Comunista Libanês (Hassouna Abdallah, do CC);
- Partido Socialista Progressista Libanês (Thami Elghyari, do Bureau Político);
- União Nacional das Forças Populares de Marrocos;
- Partido Socialista Mexicano Eduardo Gonzalez Ramirez, do Comité Executivo e director do centro de estudos de economia nacional);
- Partido FRELIMO (José Pascoal Zandamela, do CC, primeiro-secretário e governador de Inhambane);
- Partido Popular Revolucionário Mongol (Balhaa Jav, secretário do CC);
- Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua) (Francisco D'Escoto, embaixador para Portugal);
- Partido Comunista da Noruega (Ola Karlsen, vice-presidente da Liga da Juventude Comunista da Noruega);
- Frente Popular de Libertação de Omã;
- Organização de Libertação da Palestina (Sherief Ali Machaal, vice-presidente do Departamento Nacional e Internacional);
- Partido Comunista Palestino (Mahmoud Abed Flayan Shaker);
- Frente Popular de Libertação da Palestina (Saleh Huseinbagash);
- Partido Operário Unificado Polaco (Marian Orzechowski, secretário do CC e membro do Bureau Político);
- Partido Comunista Romeno (Nicolae Constantin, membro do Comité Político Executivo do CC, presidente do Colégio Central do Partido);
- Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (El Salvador) (Miguel Saenz, da Comissão Política Diplomática);
- Partido Comunista de El Salvador (Miguel Saenz, do CC);
- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (António do Rosário Amado Vaz, do Bureau Político);
- Partido Comunista Sírio (Daniel Daoud, do Bureau Político);
- Partido Baas (Síria) (Fawwas Sayyagh, membro candidato da Direcção Nacional);
- Partido Comunista do Sudão (Mohamed Murad El Hag, do departamento internacional);
- Partido Suíço do Trabalho;
- FRETILIN (Abílio Araújo, da Direcção Superior e chefe da delegação da FRETILIN em serviço no exterior);
- Partido Comunista Unificado da Turquia (Ahmet Kardam);
- Partido Comunista da União Soviética (Vadim Medvedev, membro do Bureau Político e secretário do CC, responsável pela comissão para as questões ideológicas);
- Partido Comunista do Vietname (Tran Xuan Bach, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC);

Também enviarão representantes seus ao XII Congresso do PCP a *Revista Internacional* (António Diaz Ruiz, do CC do PC de Cuba, e Serguei Iastremski, secretário-responsável-adjunto da Revista) e a revista dos partidos comunistas dos países árabes, *Al Nahj*.

Uma grande manifestação da vitalidade da determinação e da unidade do Partido



«O XII Congresso do PCP será uma grande manifestação da vitalidade, da determinação, da unidade do PCP e da sua capacidade para fazer frente e ultrapassar momentâneas dificuldades e encontrar as melhores respostas para o seu fortalecimento e para a solução dos grandes problemas do País» — afirmou Carlos Brito no encontro com a comunicação social realizado dia 25 para dar a conhecer as conclusões da reunião de 22, 23 e 24 de Novembro do CC do PCP.

«O XII Congresso do PCP será também, tudo o indica, uma grande manifestação de amizade e solidariedade internacionalista que honra o nosso Partido» — acrescentou aquele membro da Comissão Política do CC e presidente do Grupo Parlamentar Comunista na AR.

Na declaração que fez para os jornalistas, o camarada Carlos Brito informou que a reunião do Comité Central do PCP foi em grande parte dedicada à aprovação das propostas dos documentos de fundo que serão apresentados ao XII Congresso — as propostas de Programa, de alteração aos Estatutos e de Resolução Política.

Emendas aos documentos

O Comité Central fez — com base no trabalho preparatório das Comissões de Redacção — o apuramento do debate travado no Partido e a apreciação das numerosas propostas de emenda apresentadas, tendo introduzido nos textos substanciais alterações.

A amplitude, a profundidade e a vivacidade da participação dos militantes do Partido na apreciação crítica e no enriquecimento dos projectos dos documentos apresentados pelo CC revela-se como um dos traços dominantes dos trabalhos preparatórios do XII Congresso.

Esta atitude tem perfeita comprovação na apresentação de mais de 7000 propostas de alteração distribuídas pelos três documentos, com principal incidência no Projecto de Estatutos.

De acordo com os princípios que enformam a vida colectiva e a democracia interna do Partido, o Comité Central acolheu — sob recomendação das Comissões de Redacção — uma grande percentagem destas propostas, não apenas quando versavam aspectos secundários ou de detalhe, mas também em aspectos relevantes e de fundo.

«Reservamos naturalmente para o Congresso — disse Carlos Brito — o balanço deste grande processo de intervenção e participação de todo o colectivo partidário na definição da linha política do Partido. Mas não queremos deixar de vos dar, senhores jornalistas, alguns exemplos da importância e alcance das alterações.»

Em relação ao Programa, «como é natural», a maior parte das emendas incidiram no enriquecimento do 2.º Capítulo («Portugal: Uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI»).

Por exemplo, no quarto objectivo da Democracia Avançada, que define «uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do Povo» foram introduzidas, entre outras, várias alterações no sentido de enriquecer o con-

ceito de direito ao trabalho, relacionando-o com as condições de higiene e segurança e a organização do tempo de trabalho visando tanto a integridade física e psicológica dos trabalhadores, como a elevação do nível da sua formação profissional e cultural.

No que se refere ao terceiro ponto, «o desenvolvimento económico assente numa economia mista», foram introduzidas, entre outras, propostas que visam um maior rigor no conjunto de sectores que deverão enformar a estratégia de desenvolvimento que o PCP propõe no quadro de uma democracia avançada no limiar do século XXI, nomeadamente em relação à necessidade de criação de um núcleo de indústrias de bens de equipamento adequado a uma especialização produtiva do País conforme às tendências da procura mundial. Carlos Brito referiu ainda que se colocou como primeiro ponto deste capítulo que o objectivo da política económica que o PCP defende é o homem e o seu bem-estar material e cultural.

No primeiro capítulo («Um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino») foi reorganizado o elenco das liberdades e precisou-se, para que não haja qualquer dúvida, que na política que o PCP defende os direitos fundamentais dos trabalhadores gozam do regime e garantias dos demais direitos fundamentais.

O capítulo sobre a política cultural foi também alterado, enriquecido e melhor sistematizado, incluindo o próprio título que passou a ser: «política cultural como factor de emancipação individual, social e nacional».

Foram também acolhidas as propostas referentes à política ecológica, nomeadamente à necessidade de compatibilizar as políticas sectoriais com uma política de ambiente que garanta uma gestão equilibrada dos recursos naturais.

O 3.º capítulo, intitulado «O socialismo — futuro de Portugal», também foi enriquecido com novas precisões e novas ideias decorrentes das propostas vindas dos militantes.

Assim, logo na introdução, foi aditado ao texto, para desfazer algumas especulações malévolas, que «no Portugal no limiar do século XXI o caminho do socialismo é o do aprofundamento da democracia». Com o mesmo espírito, no ponto que se refere ao sistema político no socialismo, aditou-se ao texto, a seguir à expressão «garantia do exercício das liberdades democráticas», as precisões: «incluindo a liberdade de imprensa e de formação de partidos políticos», que estavam aliás implícitas — como o camarada

Carlos Brito fez questão de referir na conferência de imprensa.

Documentos da maior importância

«Os documentos que o Comité Central do PCP acaba de aprovar para apresentar ao XII Congresso revestem um significado e um alcance políticos da maior importância» — salientou Carlos Brito.

O Programa, constituindo a proposta de sociedade que os comunistas apresentam aos portugueses neste limiar do século XXI, representa a mais séria, completa e coerente proposta de uma política alternativa às políticas de direita que têm sido seguidas pelos sucessivos governos, nos últimos anos. A Democracia Avançada no Limiar do Século XXI, onde são assumidas as realidades e os valores do 25 de Abril, os grandes valores da esquerda portuguesa, torna-se um grande objectivo de luta para os comunistas e outros sectores democráticos e uma perspectiva onde se passa a inserir a luta quotidiana por objectivos concretos e contra a política de direita.

As alterações aos Estatutos, orientadas no sentido da democratização, da descentralização, do respeito pelas opiniões dos militantes, do reforço dos grandes princípios partidários e da sua unidade e coesão, irão aumentar a capacidade de intervenção do PCP na vida política nacional.

A proposta de Resolução Política (tomando por base as Teses do Comité Central enriquecidas com o debate no Partido) procede ao exame crítico e autocrítico dos últimos cinco anos de vida partidária extraindo ensinamentos para o futuro, aponta as grandes respostas do PCP para os problemas nacionais e define objectivos concretos e imediatos de luta, válidos não apenas para os comunistas, mas também para as outras forças democráticas.

O camarada Carlos Brito salientou que numa situação política marcada por múltiplas indicações que confirmam como um dos principais objectivos estratégicos da direita a sua perpetuação no poder, ao mesmo tempo que se intensificam as campanhas sobre «as crises da esquerda» e o «enfraquecimento da oposição», as grandes propostas políticas que o PCP prepara para serem discutidas e aprovadas no seu XII Congresso não podem deixar de ser consideradas como um desmentido frontal da propaganda do Governo e como um grande incentivo à luta que visa impedir a consumação dos objectivos governamentais.

Futuro CC

O Comité Central apreciou o estado de preparação da lista do futuro Comité Central.

O Comité Central foi informado que no

trabalho da Comissão encarregada dessa tarefa estiveram em consideração 150 quadros do Partido que não fazem parte do actual Comité Central e tomou conhecimento da audição, quase concluída, dos organismos a que pertencem ou com que trabalham directamente os candidatos. Está a decorrer ainda a auscultação nos plenários das direcções regionais sobre os quadros apontados para o futuro Comité Central da respectiva região.

O Comité Central discutiu e aprovou os critérios que devem enformar a conclusão da lista, designadamente:

- renovação de cerca de 30% do Comité Central, o que corresponde à saída de cerca de 40 dos membros eleitos no X Congresso;

- manutenção de maioria operária nos membros efectivos e no conjunto;

- aumento do peso relativo dos membros não funcionários do Partido no conjunto da composição do Comité Central.

Foi apreciado positivamente o trabalho desenvolvido pela Comissão e pelos Organismos Executivos e marcada nova reunião para apreciação da lista concluída — informou ainda o camarada Carlos Brito.

Delegações estrangeiras

«Neste momento encontra-se já confirmada a participação no XII Congresso do PCP de 66 delegações de Partidos Comunistas e Operários, Partidos Socialistas e Social-Democratas, organizações e movimentos democráticos, progressistas e anti-imperialistas. Isto significa que teremos a mais numerosa participação de sempre em Congressos do nosso Partido» — revelou o camarada Carlos Brito.

De entre as delegações já confirmadas aquele membro da Comissão Política destacou a delegação do PCUS, dirigida pelo camarada Vadim Medvedev, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC; a delegação do PCF, dirigida pelo seu secretário-geral, camarada George Marchais; a delegação do Partido Comunista da China (que pela primeira vez participa num Congresso do PCP), dirigida por Zhu Liang, membro do Comité Central e Director do Departamento de Relações Externas do CC; a delegação do MPLA — Partido do Trabalho, dirigida por Mateus Julião Paulo («Dino Matross»), membro do Bureau Político; a delegação do Partido Socialista Progressista Libanês, dirigida por Thami Elghyari, membro do Bureau Político; a delegação do PC do Chile, dirigida por Volodia Teitelboim, membro da Comissão Política e do Secretariado.

Aos jornalistas foi distribuída uma lista com as delegações estrangeiras que já confirmaram a sua presença no Porto de 1 a 4 de Dezembro — a qual damos o merecido destaque neste «Em Foco».★

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

Bem-vindos ao Congresso!

• Transportes

Quem tem boca chega ao Porto, já que todos os caminhos vão lá dar. Também são várias as maneiras de o fazer, e — como dissemos no último número — a melhor forma de as aproveitar ao máximo é coordenar nas organizações a sua utilização: meios de transporte disponíveis, lugares vagos, horas de partida...

De Lisboa, recordamos, parte um comboio especial à 1 e 30 do dia 1, com paragens em Vila Franca (2 e 18) e Santarém (2 e 52); há ainda autocarros diários e um autocarro «fim-de-semana», com partida às 5 horas do CT Vitória.

Para o Palácio

Para quem vem do Sul, o acesso à cidade do Porto pela Ponte da Arrábida é o aconselhável, cortando à direita logo depois de atravessada a Ponte da Arrábida e novamente à direita no cruzamento da Rua do Campo Alegre, onde termina a auto-estrada, são 300 metros até à Praça da Galiza. Daí, pela Rua Júlio Dinis, é um pulinho até à entrada do Palácio de Cristal.

Quem vem do Norte ou do interior pode passar pela Baixa, Rua dos Clérigos e Praça dos Leões, rodear o Hospital de Santo António e entrar na Rua D. Manuel II; ou pode seguir pela Rotunda da Boavista e descer depois pela Rua Júlio Dinis.

No Porto

Em qualquer um dos Postos de Acolhimento e Informação existentes no Palácio de Cristal e nos Centros de Trabalho do Partido que fazem o acolhimento, os delegados e convidados terão ao seu dispor um folheto especial com informações sobre transportes e horários, e poderão adquirir as senhas pré-compradas para os transportes colectivos.

Foi pedido e está previsto o reforço das carreiras dos transportes colectivos no final da sessão de cada dia para facilitar o encaminhamento de todos os camaradas para os locais onde estão alojados. *

• Postos de acolhimento

A Organização Regional do Porto assegura dormidas aos delegados e aos camaradas destacados para apoiar os serviços do Congresso.

No dia 30 de Novembro (das 15 às 2 horas da madrugada) e no dia 1 de Dezembro (das 20 às 24 horas) funcionarão, em diversos locais, Postos de Acolhimento e Informação, que além de prestarem informações sobre transportes, vendem senhas pré-crompradas, etc., têm por objectivo fundamental encaminhar os delegados e camaradas de serviço ao Congresso, para as casas onde ficarão alojados.

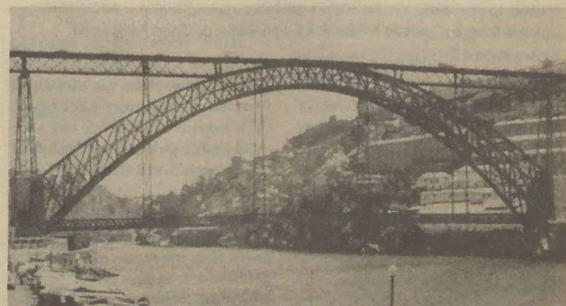
Os Postos são os seguintes:

• **Cidade do Porto** — está montado na Junta de Freguesia do Bonfim, no Campo 24 de Agosto (telef. 57 19 56); destina-se aos delegados dos distritos de Lisboa e de Setúbal e aos camaradas de serviço ao Congresso.

• **Baixa do Porto** — está montado no Centro de Trabalho do PCP na Rua do Almada, 138-1.º, perto da Praça da Liberdade (telef. 31 86 66/31 31 97); encaminha os delegados dos distritos de Aveiro, Coimbra e Viseu.

• **Vila Nova de Gaia** — no Centro de Trabalho do PCP da concelhia de VN Gaia, situado na Avenida da República, 664 (é a avenida que desemboca no tabuleiro superior da Ponte D. Luís, sobre o rio Douro); telef. 39 43 45/39 40 68; destina-se aos delegados do Alentejo.

• **Senhora da Hora** — no Centro de Trabalho do PCP da Freguesia da Senhora



ra da Hora, concelho de Matosinhos, que se situa na Rua Joaquim Pinto, 285-r/c; telef. 951 39 71; destina-se aos delegados da Madeira e dos Açores.

• **Cidade de Matosinhos** — funciona no Centro de Trabalho concelhio de Matosinhos, na Rua Nuno Álvares Pereira, 35; telef. 93 57 73; destina-se aos delegados do Algarve.

• **S. Mamede de Infesta (Matosinhos)** — funciona no Centro de Trabalho do PCP da freguesia de S. Mamede de Infesta, concelho de Matosinhos, situado na Rua da Estação, 22; telef. 90 42 86; destina-se aos delegados do Minho.

• **S. Pedro da Cova (Gondomar)** — funciona no CT do PCP da freguesia de S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar, situado na Rua Rosa Damasceno, 114; telef. 983 47 08; acolhe os delegados do distrito de Santarém.

• **Rio Tinto/Ponte (Gondomar)** — funciona no Centro de Trabalho do PCP da

Ponte, freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar, que se situa na Travessa da Ponte, 132-cave; telef. 989 53 16; acolhe os delegados do distrito de Leiria.

• **Valbom (Gondomar)** — funciona no Centro de Trabalho do PCP da freguesia de Valbom, concelho de Gondomar, que se situa na Rua Umbelino de Brito, 87-1.º; telef. 983 33 29; acolhe os delegados dos distritos da Guarda e de Castelo Branco.

• **Areosa (Maia)** — funciona no Centro de Trabalho concelhio da Maia, que se situa na freguesia de Águas Santas na Rua D. Afonso Henriques, 644; telef. 971 32 56; acolhe os delegados de Trás-os-Montes.

• **Ermesinde (Valongo)** — funciona no Centro de Trabalho do PCP da freguesia de Ermesinde, concelho de Valongo, situado na Rua da Índia, 228; telef. 971 58 85; acolhe os delegados do interior do distrito do Porto. *

• Horários

Nos dias do Congresso os portões que dão acesso aos jardins do Palácio de Cristal abrem às 8 horas e fecham depois de terminados os trabalhos.

As portas de acesso à Nave onde vai decorrer o XII Congresso abrem 45 minutos antes do horário previsto para os trabalhos do Congresso.

O XII Congresso do PCP iniciará os seus trabalhos às 10 horas de 1 de Dezembro. E, para que o horário comece a

ser cumprido logo de início, apela-se a todos os delegados para que ocupem os respectivos lugares meia hora antes.

A 1.ª sessão dos trabalhos ocorrerá na manhã de 1 de Dezembro (quinta-feira, feriado nacional). À tarde o Congresso terá a sua 2.ª sessão, com intervalo às 17 e o fim cerca das 19 horas.

O segundo dia do Congresso, 2 de Dezembro (sexta-feira) compreenderá três sessões de trabalho; a 3.ª (manhã), a

4.ª (tarde) e a 5.ª (à noite, entre as 21 e as 23 horas).

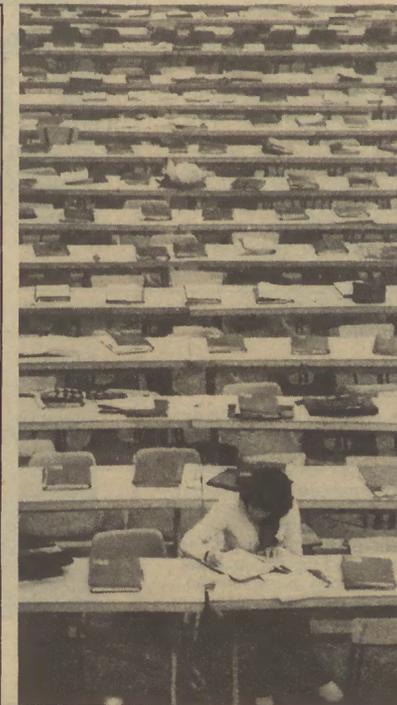
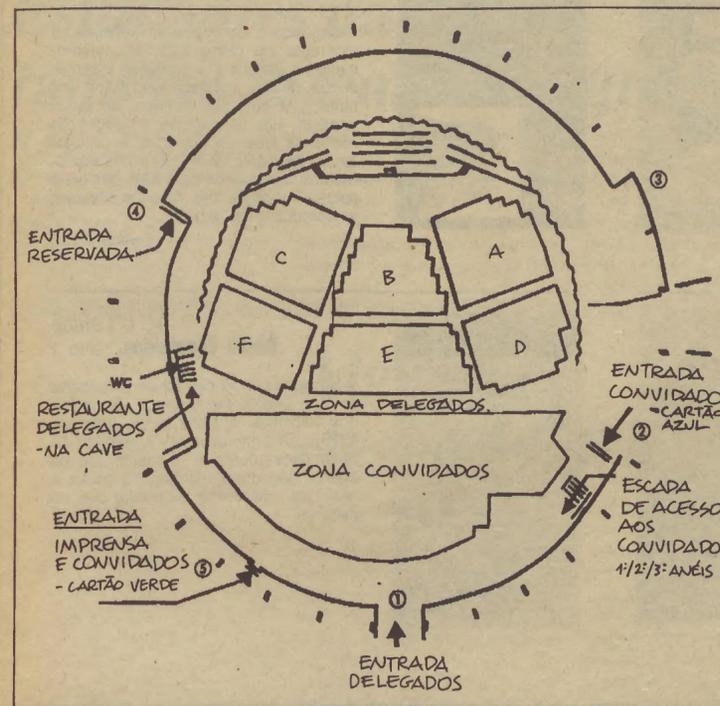
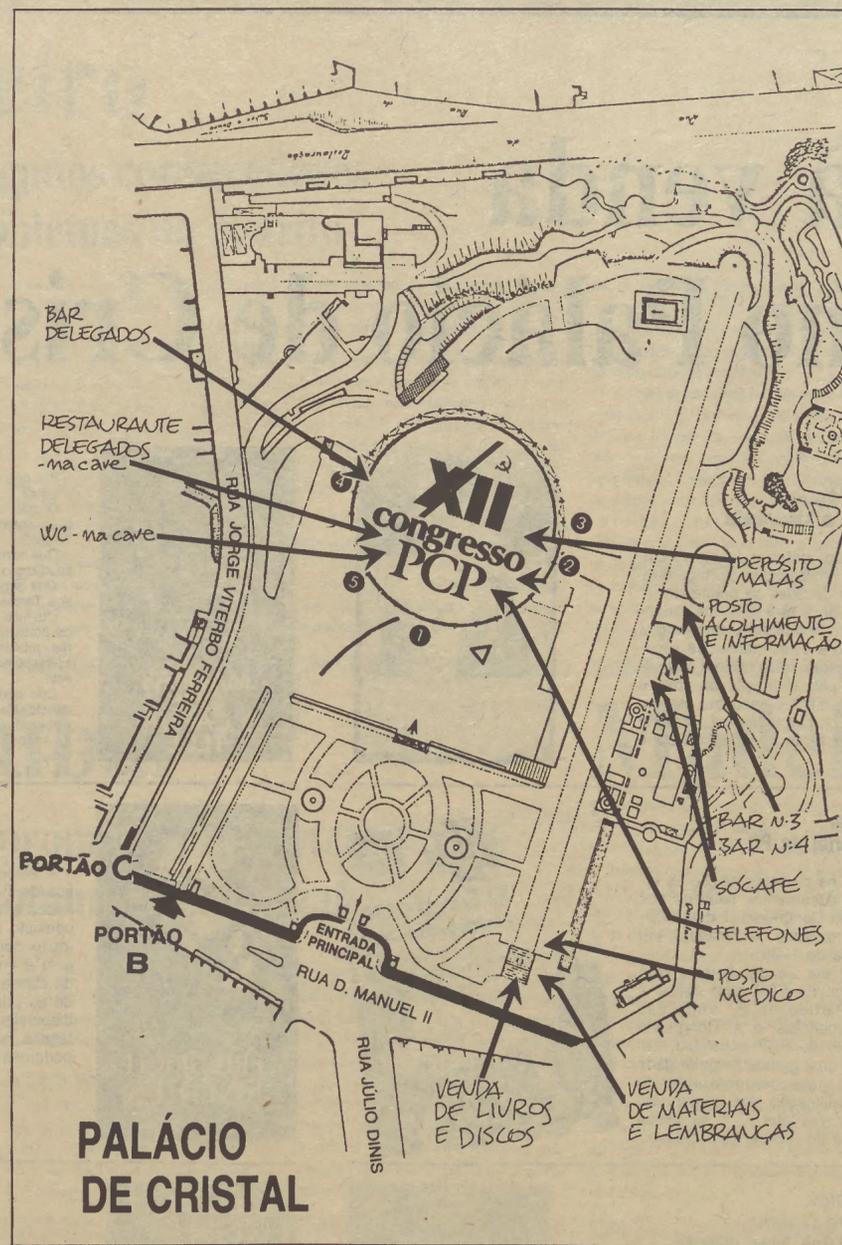
O mesmo sucederá no dia 3. De manhã, teremos a 6.ª sessão; à tarde, a 7.ª e, finalmente, também entre as 21 e as 23 horas, e, reservada a delegados, a 8.ª sessão.

O último dia do Congresso, 4 de Dezembro (domingo) será preenchido com a 9.ª sessão, entre as 10 e 30 e as 12 e 30 horas, ficando a tarde de domingo destinada ao regresso a casa. *

• Para entrar

O acesso dos delegados, convidados, e camaradas de serviço aos jardins do Palácio de Cristal faz-se pelo portão principal mediante a apresentação de qualquer um dos cartões do Congresso. Este portão situa-se na Rua D. Manuel II, no enfiamento da Rua de Júlio Dinis.

O acesso à Nave onde vai decorrer o XII Congresso é feito por diversas portas, consoante se trate de delegados (porta 1), convidados — cartão azul (porta 2), convidados — cartão verde e comunicação social (porta 5). *



XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

à venda no Palácio de Cristal

Francisco Miguel Das Prisões à Liberdade

Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses e que durante décadas se opuseram ac regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mais difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.



XI Congresso (Extraordinário) do PC

Reúnem-se na presente edição as intervenções e documentos relativos aos trabalhos do XI Congresso (Extraordinário) do PCP, realizado na Amadora, em 2 de Fevereiro de 1986.

Convocado em 28 de Janeiro pelo Comité Central do PCP para definir a atitude do Partido na 2.ª volta das eleições presidenciais, o XI Congresso (Extraordinário) do PCP constituiu, em condições de uma grande complexidade política, uma nova demonstração da profunda identificação dos comunistas com os superiores interesses da defesa da liberdade e do regime democrático.



Mikhail Filatov e Alexandre Riabov O Fascismo dos Anos Oitenta

Em 1945, o plano nazi-fascista de dominar o mundo foi derrotado. Mas as raízes do fascismo não foram completamente extirpadas. Hoje existem grupos e partidos fascistas ou de tipo fascista em quase 60 países do mundo capitalista, que actuam como ponta de lança da reacção imperialista.

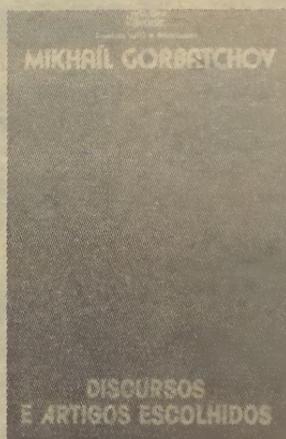
Os autores da presente obra revelam a essência de classe do fascismo dos anos 80, analisam os seus instrumentos psicológico-sociais, as vias e os métodos de penetração da sua propaganda nas massas, mostram a inconsistência da ideologia do fascismo.



Mikhail Gorbatchov Discursos e Artigos Escolhidos

Não existe campo, quer se trate da política, da economia ou da cultura, em que a União Soviética não esteja disposta a desenvolver frutuosas relações com Portugal na base do entendimento, da igualdade de direitos, da tomada em consideração dos interesses mútuos. É vasto o terreno para a cooperação soviético-portuguesa. E importa que ele não seja obstruído pela incompreensão, pelos preconceitos, pela desconfiança.

«Do Prefácio escrito para este livro por Mikhail Gorbatchov.»



Malhas que o capital tece

Por que motivo mandou Reagan bombardear a Líbia?

O que visam as cimeiras do «clube dos ricos», como a que recentemente se realizou em Tóquio?

Que razões levam o imperialismo a jogar na agudização da situação internacional?

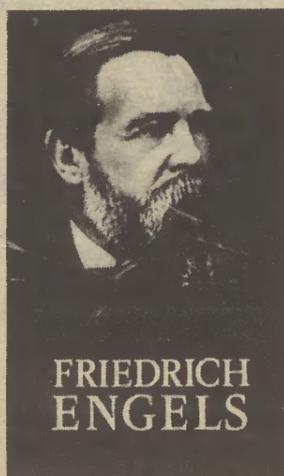
Que sugerem os que afirmam ter começado já a Terceira Guerra Mundial?

Quantas e quantas perguntas não formulam os portugueses, particularmente os trabalhadores, muitas vezes sem conseguirem encontrar as respostas. Daí a importância de livros como este.

Que pode não nos dar a resposta expressa, directa. Mas que nos fornece os elementos indispensáveis para nós próprios, encontrarmos as respostas para as perguntas que formulamos.

Biografia de Friedrich Engels

A elaboração de uma biografia científica de Friedrich Engels — genial pensador e lutador político, revolucionário convicto e destemido — é uma tarefa muito complexa. Contar a vida de Engels é contar a história gloriosa da luta da classe operária contra o capital, desde as primeiras acções do proletariado, dispersas e muitas vezes ainda espontâneas, até à sua transformação numa poderosa força política.



Friedrich Engels A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

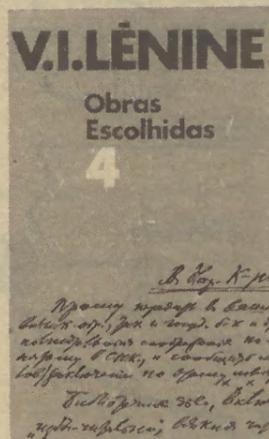
Segundo a concepção materialista, o momento em última instância determinante na história é a produção e reprodução da vida imediata. Esta é, no entanto, por sua vez também, de dupla espécie. Por um lado, a produção de meios de vida, de objectos, de alimentação, vestuário, habitação e dos instrumentos necessários para isso; por outro lado, a produção dos próprios homens, a reprodução da espécie.

Friedrich Engels



V. I. Lênine Obras Escolhidas, tomo 4

No quarto tomo das *Obras Escolhidas* de V. I. Lênine em 6 tomos são incluídos trabalhos escritos entre Julho de 1918 e Dezembro de 1919, período do desencadeamento e intensificação da intervenção militar estrangeira contra a república soviética e da guerra civil no país.



Aveiro

47 delegados conhecedores dos problemas do distrito

A actividade preparatória do XII Congresso do PCP no distrito de Aveiro incluiu a realização de 60 reuniões plenárias, assinalando uma elevação muito significativa da participação e da intervenção dos militantes no quadro da vida partidária nos diferentes concelhos.

Muitas das reuniões aprovaram na generalidade, em clima de consenso, os documentos fundamentais propostos para debate a nível nacional. Noutros casos ocorreram as votações «formais». No caso do projecto de novo Programa registaram-se no conjunto do distrito 12 votações, sendo 10 por unanimidade e 2 com uma abstenção. Para as alterações aos Estatutos, das 12 votações, 9 foram por unanimidade, 2 com uma abstenção e uma com 2 abstenções

e um voto contra. Nas Teses, registaram-se 8 votações por unanimidade.

Para os três documentos centrais do debate preparatório do Congresso o distrito de Aveiro avançou 112 propostas de alteração, assim distribuídas: 80 para as Teses, 19 para os Estatutos e 13 para o novo Programa do Partido.

Tiveram lugar 28 assembleias para eleição dos 47 delegados que cabem ao distrito no Palácio de Cristal. As eleições decorreram sempre de braço no ar.

A apresentação das propostas de listas de delegados partiu exclusivamente da iniciativa dos organismos de direcção em 22 assembleias. Houve unanimidade na aprovação em 15 delas

e, nas outras sete, as coisas ficaram assim: uma abstenção em 5 assembleias, 2 abstenções numa e um voto contra noutra.

Em duas assembleias as propostas de delegados foram construídas na base de um trabalho colectivo com significativa participação. Em 4 assembleias surgiram propostas diferentes das dos organismos de direcção. Em dois casos foram adoptadas, noutros dois não foram.

Dos 47 delegados que a partir de amanhã representarão a organização distrital de Aveiro nos trabalhos do XII Congresso, 39 são homens e 8 mulheres. A média de idades anda na casa dos 37,5. Encontramos 22 operários, 1 agricultor, 7 empregados ou funcionários públi-

cos, 12 intelectuais e quadros técnicos (incluindo 8 professores), e 5 vários. A lista de delegados compreende 5 funcionários do Partido com responsabilidades em organizações de relevo no quadro da acção partidária.

A íntima ligação à realidade regional e aos problemas locais dos delegados eleitos em Aveiro é comprovada, nomeadamente, pelo facto de 14 serem dirigentes de diversas estruturas sindicais, 3 membros de CTs, 9 dirigentes de associações culturais, desportivas e recreativas e 6 eleitos do Poder Local. Entre os comunistas de Aveiro que vão ao Porto na qualidade de delegados encontramos ainda dirigentes de movimentos de mulheres, de deficientes e de agricultores além de membros de Conselhos Directivos de estabelecimentos de ensino.



Setúbal

DORS promoveu encontro com a comunicação social

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP realizou no passado dia 25 um encontro, em que participaram jornalistas de 13 órgãos de comunicação social, e em que foram tratadas várias questões ligadas à preparação do XII Congresso e à actividade do Partido.

Entre outros assuntos, os dirigentes regionais do PCP e os jornalistas abordaram as propostas do Partido, contidas nos documentos preparatórios do Congresso, o trabalho preparatório no distrito de Setúbal, a campanha de

fundos para o centro de trabalho da DORS, a política autárquica e o desenvolvimento regional, a posição do PCP em relação à comunicação social (em especial no que se refere à situação das rádios locais).

Alguns números

Foi na altura revelado que já se tinham realizado no distrito 254 assembleias plenárias e muitas dezenas de outras reuniões para discussão das Teses e dos projectos de Programa e de alterações aos Estatutos do PCP.

Estavam eleitos 265 delegados; 143 são operários, 28 quadros técnicos, 94 empregados; foram eleitas 68 mulheres; dos delegados eleitos 25 têm menos de 30 anos, 175 têm entre os 30 e os 50 anos, 65 mais de 50 anos; 17 são funcionários do Partido.

Foi ainda salientado o trabalho feito no distrito para que o Congresso estivesse na rua; além das formas habituais de propaganda, houve debates públicos e outras iniciativas para contacto directo com a população, nomeadamente entrevistas nalgumas rádios locais. ★

Madeira

Uma reunião da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira alargada aos 13 delegados encerrou no fim-de-semana os trabalhos de preparação do XII Congresso do PCP no arquipélago; a reunião foi realizada com o objectivo de discutir e aprovar o relatório da DORAM ao Congresso.

No fim-de-semana realizou-se também a última assembleia plenária. No total – segundo informou o secretariado da DORAM –, foram 25 as reuniões e assembleias realizadas pelos comunistas da Madeira; em duas foi decidido eleger os delegados por voto secreto.

Da Região Autónoma da Madeira partiram, quer em resultado directo aos debates colectivos, quer por iniciativa individual, cerca de duas dezenas de propostas de alteração às Teses e aos projectos de Programa e de revisão dos Estatutos. ★

Estudantes na URSS também fazem o Congresso

No quadro do trabalho preparatório do XII Congresso, reuniram nos passados dias 12 e 13 de Novembro em Moscovo, nas instalações da escola técnico-profissional n.º 47 (onde funciona o Clube de Amizade Internacional «José Dias Coelho»), os estudantes na URSS membros do PCP.

A reunião teve uma forte participação, ultrapassando o número de presenças até agora atingido nas assembleias anuais da Organização.

Travou-se um debate aceso e intenso dos documentos, sobretudo dos que chegaram primeiro às mãos dos camaradas (Esta-

tutos e Programa). Houve também uma breve intervenção sobre a situação política em Portugal.

Foi eleito um delegado ao Congresso (e um suplente), na base da proposta do executivo da Organização e das propostas surgidas na reunião. ★

Algarve elegeu 59 delegados

Nos 16 concelhos do Algarve realizaram-se 90 reuniões e assembleias para discussão dos documentos do XXI Congresso e para eleição dos delegados.

Segundo um balanço feito na reunião plenária da Direcção Regional (DORAL), no dia 20 de Novembro já estavam eleitos os 59 delegados.

Destes, 19 são empregados, 18 operários industriais, 9 intelectuais, 3 camponeses/agricultores, 1 pescador, 1 é técnico e os

restantes 8 pertencem a outras camadas sociais.

Mais de 60 por cento dos delegados algarvios (39 em 59) têm entre 30 e 50 anos.

O plenário da DORAL discutiu ainda outras questões ligadas à preparação do Congresso, como os camaradas da Organização Regional do Algarve que poderão ser propostos para integrar o Comité Central a eleger sábado à noite no Porto, e o relatório da Direcção Regional ao Congresso. ★

Filmes da

XII festa

Avante!

em écran gigante

Durante o XII Congresso do Partido, no Porto, serão estreados, em écran gigante, o filme da Festa do «Avante!»/1988 e outro com os espectáculos do grande convívio de Loures realizado em Setembro passado.

Duas estreias que prometem!

XII congresso PCP

Depois, não digam...

Não digam nada a ninguém, mas obtivemos uma notícia que terá de ficar aqui só entre nós. Os «cubanos» estão a invadir o Alentejo, preparando um ataque maciço contra a capital, e os «russos» enviaram-nos tanques de guerra disfarçados de ceifeiras debulhadoras. Que sejam um poço sem fundo, é tudo o que vos pedimos, mas até há quem diga que é um perigoso vermelho quem se prepara para comandar esta quinta coluna, no assalto às instituições democráticas. Uma fonte geralmente bem colocada, que vocês compreendem ficará no anonimato, até o viu de botas cardadas e charuto cubano ao canto do olho. Não quer que se saiba, mas como vocês são de confiança, não importa que se diga o seu nome. Cavaco Silva.

O professor Freitas do Amaral, até afirmou que «estamos a assistir não à eliminação do socialismo da Constituição, mas à sua manutenção na prática».

E mais, «como o Governo segue claramente uma orientação de esquerda, é necessária uma alternativa à direita, pois não podemos admitir que, em Portugal, só existam partidos de esquerda».

Depois, quando os vossos filhos apenas falarem «russo» de Boliqeime, não digam que não vos avisámos.

E depois não digam... II

Ainda falando do professor (ou ainda com o professor falando), Freitas do Amaral mostrou-se confiante na existência de uma alternativa a esta onda de esquerdismo que avassala a Gomes Teixeira.

Aos militantes do CDS, apelou para que «abram as sedes que estão fechadas e ponham a funcionar os órgãos que não têm funcionado». E para que não pensassem que aquilo eram balelas, sublinhou: «confio no futuro do partido mesmo que digam que ando a pregar no deserto. São João Baptista também bradou no deserto e foi ouvido». Depois lembrou-se do capítulo seguinte... e calou-se.

Braços

Dias Loureiro, secretário-geral do PSD, anda numa roda-viva a preparar as próximas eleições autárquicas o que, naturalmente, lhe excitou o anticomunismo. Rezam as badanas e até alguns títulos grossos da Comunicação Social que sabe tudo destes senhores, que o dito cujo secretário-geral anda a apelar Câmaras comunistas e a nomear candidatos pêpêdês a presidente-edil com o desembaraço duma padeira de Aljubarrota. Só que, aqui, o forno é de papel e a pá um lápis delirante a inventar cenários municipais. Rezam também os mesmos «fait-divers» que foi por intervenção directa de Dias Loureiro que se desencadeou a operação-ameaça sobre as freguesias PSD, proibindo-as de participar na formalização da novel Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) constituída a semana passada no Porto, porque ele via nisso... o longo braço dos comunistas.

Só que uma boa parte das freguesias PSD, mesmo assim, foi ao Congresso constitutivo da ANAFRE ou enviou mensagens de

solidariedade, mostrando que nesta coisa de agitar espantalhos, incluindo os dos «braços compridos», pode acontecer ficar-se com os braços agitadores... curtos demais.

Inaugurações

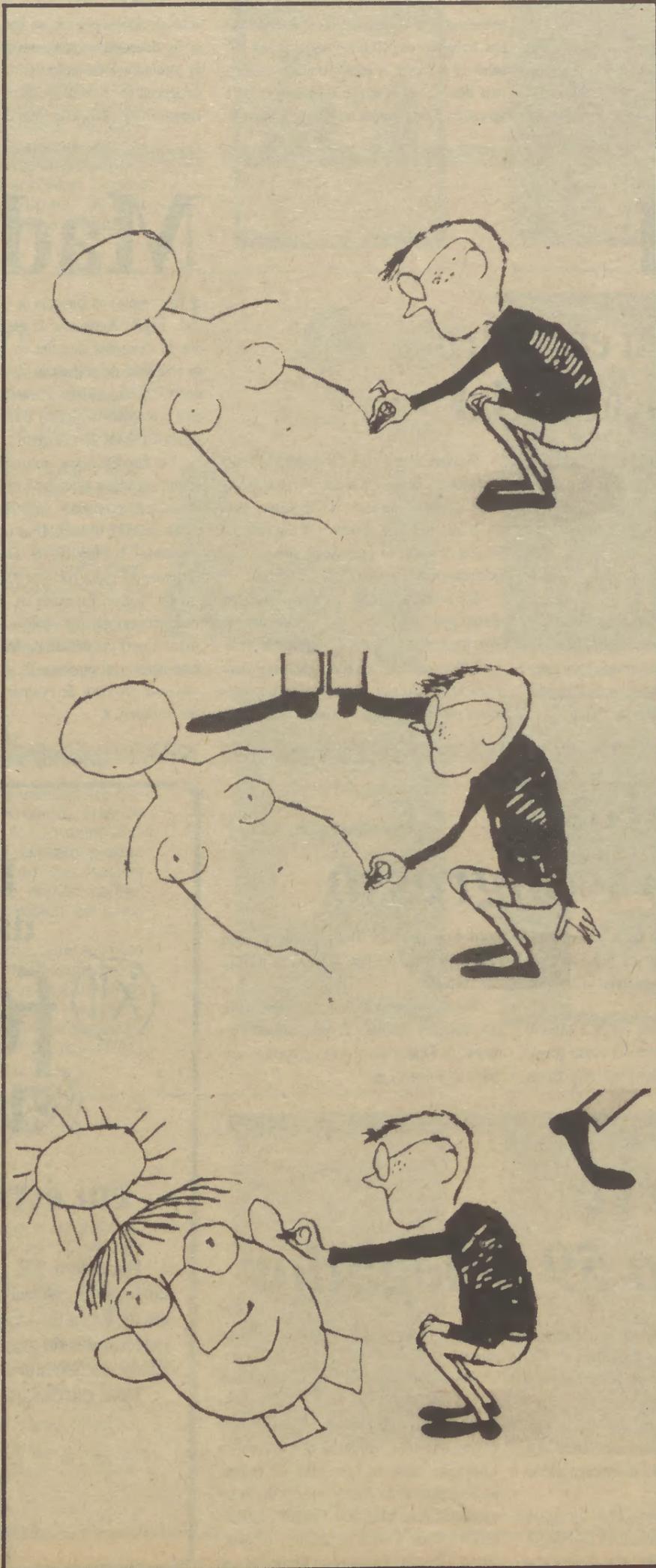
Entretanto o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, com a sua peculiar maneira de se aperceber das realidades nacionais (cujo exemplo quicá mais espectacular esteve na maneira como ele, através do ruído dum eléctrico e dos papo-secos ao pequeno-almoço, extraiu a conclusão de que não havia greve geral), atravessa quase todo o território continental sem ver misérias nem custos de vida, mas pontes e hospitais para

inaugurar.

A ponte é pública, foi construída sobre o rio Cávado, junto de Barcelos e até a televisão britânica «Granada Television» (que anda a fazer um trabalho sobre Portugal e a CEE) lá esteve a registar a solenidade. O Hospital é privado, foi construído no Porto e esteve para ser também público, mas a ministra da Saúde estava lá, com o seu Primeiro-Ministro, para explicar que tal solução (hospital público) foi rejeitada

«porque a posição que assumimos é de ruptura com o modelo de assunção pelo Estado, global ou generalizada, da prestação de cuidados de saúde». Portanto, o que o Governo assume, em nome do Estado que nós pagamos, são as estradas e pontes que facilitam a entrada da CEE no nosso país. Quanto aos cuidados de saúde, ficam eles com os hospitais privados e nós... com as doenças públicas.

Pontos Cardeais



Gazetilha

por Ignotus Sum

Ainda por cima!

Não há dia nenhum que ele não venha a fazer-nos fosquinhas na TV haja motivo ou não haja de quê nem não havendo é uma razão tamanha...

A mesma leria sempre, a mesma sanha, faz na suja cassette fincapé. Se não vai à montanha Maomé quem vai a Maomé - é a montanha...

Não dá gosto nem dá prazer nenhum em nossa casa ouvir este zum-zum e ver esta expressão de vai ou racha.

Convidá-lo a entrar quem é que pensa? E no entanto ele entra sem licença e ainda temos de pagar a taxa...

A favor do especulador

Cadilhe diz, com seus dotes pequenos, com aquele chato, inalterável rosto, diz-nos que há só vantagens no imposto e que o povo comum vai pagar menos.

Mas quem paga conhece os mil venenos que se estão a incubar no ardente mosto. O imposto de aumentos é composto tudo o mais são mentiras e acenos.

Há até o que pagamos a dobrar e há os que, sem dos impostos ter o ar, vamos todos pagando a toda a hora.

Todos é uma maneira de dizer pois quem a especular se entretiver esse, nas calmas, vai ficar de fora...

Torcem a orelha...

Não parece o futuro lisonjeiro. Agora diz-se até, e claramente, que, entrando o Capital de estranho agente, se entrega Portugal ao estrangeiro.

E quem severo no-lo diz à gente e um porta-voz do Capital caseiro que foi outrora impávido guerreiro na europeia integração nascente.

Claro. Ei-los aí, tantos escolhos. Que se esperava? Não é p'los lindos olhos que o dinheiro graúdo leva a palma.

Aforradores, «massas» nacionais já Cavaco a gerir não querem mais não querem mais vender a alma ao diabo...

Soneto à realidade

Quem é que menos ganha? Quem trabalha.
Quem é que mais se aumenta? Os governantes.
Quem de si trata a horas? Os tratantes.
Quem nos escuma os bolsos? A escumalha.

Quem é que vale mais? Quem menos valha.
Quem fala mais ruim? Os bem falantes.
Quem vende a alma a retalho? Os hesitantes.
Quem se enfraquece mais? Quem se esmigalha.

Quem no palco tem honras? Os cretinos.
Quem são mais desprezados? Os meninos.
Quem não tem gosto à vida? Os velhos são.

Quem afinal, quem é feliz? Ninguém.
Se alguém depois diz que vai tudo bem
nervos nem olhos tem, nem coração.

TV Programa



«Hill Street» Sábado, RTP/2

- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.25 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela «Passerelle»
- 21.05 - Série «Queenie»
- 22.10 - Teatro «D. Filipa de Vilhena», de Almeida Garrett
- 23.20 - 24 Horas
- 23.55 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Joana
- 16.30 - Quem Sai aos Seus...
- 16.55 - Telenovela «Helena»
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Malta da Bronx
- 19.55 - O Fugitivo
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Série «Maude»
- 21.55 - Sinais do Tempo
- 23.00 - Hitchcock Apresenta...

Sexta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela «Brega e Chique»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série «A Herança dos Guldenburg» (últ. episódio)
- 14.15 - Imagem e Imagens
- 16.00 - A Última Fronteira

- 16.30 - Ponto Por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.25 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela «Passerelle»
- 21.05 - Telemundo
- 21.35 - Teatro de Revista «Toma Lá Revista» (excertos)
- 23.20 - Remate
- 00.10 - Pela Noite Dentro «Mentiras». Real. de Ken e Jim Wheat (EUA/1983, 95 minutos).

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Telenovela «Helena»
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Equinócio
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - O Fugitivo (120.º e últ. epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Africaníssimo
- 22.50 - Berlim, Praça Alexandre
- 23.55 - Rotações.

Sábado

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.55 - Série «Ballerina»
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Recordes Guinness
- 13.35 - Parlamento
- 14.05 - Sessão da Tarde «O Samaritano - A História de Mitch Snyder». Real. Richard T. Heffron (EUA/1986)
- 15.50 - Vivamúsica
- 16.35 - Miss Marple Investiga
- 17.35 - Série «O Romance da Raposa»
- 17.50 - O Nosso Século
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.35 - A Magia de David Copperfield
- 22.40 - Série «O Medo»
- 23.45 - Cinema da Mela-Noite «Oficial e Cavalheiro». Real. Taylor Hackford (EUA/1982, 119 minutos).

RTP2

- 09.00 - Compacto «Music Box»
- 11.50 - Série «ANossa Turma»
- 13.50 - Compacto «Brega e Chique»
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Magazine Cinema
- 20.00 - Music Box
- 20.50 - Elogio da Leitura
- 21.15 - Série «Hill Street»
- 22.15 - Concorde ou Talvez Não Tema: A psicanálise.

Domingo

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.05 - Missa
- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Amigos do Gaspar
- 13.40 - Estude-o (3.º programa)
- 15.00 - Primeira Matinée «Quem Ventos Semeia...»
- 16.45 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - O Justiciero
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Alf, Uma Colsa do Outro Mundo
- 21.10 - Série «Topaze» (1.º epis.)
- 22.35 - Domingo Desportivo.

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Série «Veterinário de Província»
- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Idelas e Negócios
- 17.50 - A Bela e o Monstro
- 18.40 - Século XX
- 20.00 - Quem Sai aos Seus...
- 20.30 - Artes e Letras Fernando Lanhãs
- 21.30 - Cineclube «Ivan, o Terrível» (1.ª parte). Real. de Serguei Eisenstein (URSS/1944-46) (a 2.ª parte será transmitida no dia 11/12).

Quarta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela «Brega e Chique»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série «Fama»
- 14.15 - A Viagem do Mimi
- 15.00 - Musical
- 16.00 - A Última Fronteira
- 16.30 - Ponto Por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.15 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.35 - Telenovela «Passerelle»
- 21.30 - Lotação Esgotada - «O Padrinho II», real. Francis Ford Coppola (EUA/1974, 186 min.)
- 01.00 - 24 Horas
- 01.30 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Telenovela «Helena»
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Rota da Seda
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - O Fugitivo
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Série «Maude»
- 22.00 - Série «O Primo Basílio»
- 22.50 - Magazine Teatro.

Quinta

RTP1

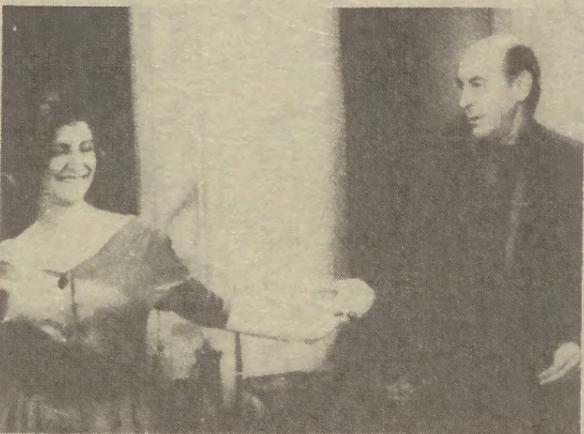
- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela «Brega e Chique»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ilha da Fantasia
- 14.15 - Cinema «Amor de Perdição»
- 16.35 - Fados



O Padrinho II 4.ª feira, RTP/1



Oficial e Cavalheiro Sábado, RTP/1

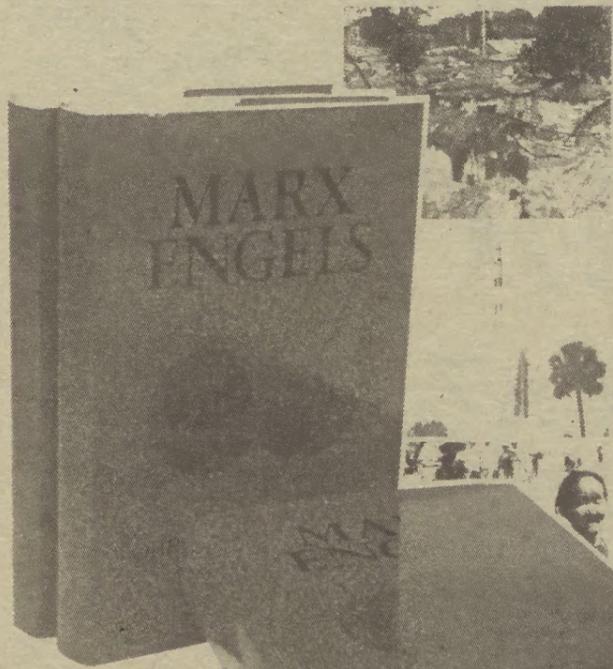


Telenovela «Brega e Chique» 2.ª a 6.ª, RTP/1

Os clássicos do marxismo-leninismo

As obras fundamentais de Marx e Engels que nos facultam a chave da compreensão da sociedade e da natureza para transformar o mundo.

Obras Escolhidas de Marx-Engels em 3 tomos



Cerca de 2.000 páginas
Formato: 14,6 x 22,0
3 volumes encadernados

Uma tradução rigorosa dos principais textos de Marx, Engels e Lênine.

Esta edição das Obras Escolhidas de V. I. Lênine permite ao leitor formar uma ideia do leninismo como teoria integral e harmoniosa da época contemporânea.

Obras Escolhidas de V. I. Lênine em 6 tomos



Mais de 2.800 páginas
Formato: 12,5 x 20,0
6 volumes encadernados





Cinema A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Olhos Negros	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
B	Milho Vermelho	—	—	★★★★	—	★★★★
C	Entrevista	—	—	★★★★	—	—
D	Inferno Vermelho	—	—	★★	—	★★★
E	Bom Dia Vietnam	—	—	★★	—	★★★

Classificação de 1 a 5 estrelas
 A — Real. Nikita Mikhalkov — em Lisboa: Quarteto (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, sáb. também 23.30).
 B — Real. Zhang Yimou — em Lisboa: Quarteto (15.00, 17.00, 19.00, 21.30; sáb. também 23.30).
 C — Real. Frederico Fellini — em Lisboa: Quarteto (14.30, 16.45, 19.00, 21.30; sáb. também 23.30).
 D — Real. Walter Hill — em Lisboa: Amoreiras (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 24.00).
 E — Real. Barry Levinson — em Lisboa: Amoreiras (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00).

• LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes). De 3.ª a sáb., às 21.45, sáb. e dom., às 18.00. **Pequeno Banho Não Desesperes**, de Christian Giudicelli, enc. António Feio.

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. **Edipo Rei**, de Sófocles, enc. João Mota, pelo Teatro da Comuna.

Mãe d'Água das Amoreiras (R. das Amoreiras, 101). 5.ª e 6.ª às 21.00, sáb. e dom. às 17.00. **Um para o Caminho**, de

Harold Pinter, enc. Fernando Corte-Real.

Teatro da Graça (Tv. S. Vicente, 11). De 3.ª a sáb., às 21.00, dom. às 16.00. **Vieux Carré**, de Tennessee Williams, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo de Teatro Hoje.

Teatro Ibérico, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. **Orquídeas à Luz da Lua**, de Carlos Fuentes, enc. José Blanco Gil.

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santa-

na, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

• PORTO

Teatro, R. Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Cerimónia Para um Negro Assassinado**, de Arabal, enc. Moura Pinheiro, pelo TEAR.

Teatro Sá da Bandeira (R. Sá da Bandeira, 10). De 3.ª a 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César Oliveira e Henrique

Santana, enc. Paulo César.

• CASCAIS

Associação Cultural J. Stobbaerts (junto ao Teatro Gil Vicente). De 3.ª a dom., 21.30. **Macbeth**, de Shakespeare, enc. Jorge Listopad, pelo Teatro Experimental de Cascais.

• Para Crianças

TIL (R. Leão de Oliveira, 1 — ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Quer Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

...e ainda

Música, debates, etc.

• CESL

Com uma sessão dedicada a Moçambique termina na próxima sexta-feira à noite a série de manifestações que no Espaço CESL (R. Almirante Barroso, 3, à Estefânia) têm vindo a ser organizadas sobre a época dos Descobrimentos sobre a actualidade social e cultural dos territórios a que então aportaram os portugueses — hoje países soberanos que em comum têm, conosco e entre si, como instrumento primeiro de entendimento e cooperação a própria língua.

• PORTO

Ana Vidigal — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 1/12).

César Machado — Pintura. Gal. EG, Caminho da Fonte de Cima. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 9/12).

Guilherme Camarinha — Pintura. Gal. Quadrado Azul, R. Costa Cabral, 777. De 2.ª a 6.ª das 13.00 às 22.00 (até 7/12).

João Vasconcelos — Pintura. Gal. Zen. R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30, sáb. das 15.00 às 19.30 (até 22/12).

• OUTRAS LOCALIDADES

Cerâmica — Obras do Simpósio Internacional de Cerâmica/Alcobaça 87. (Até 5/12). Museu de ALCOBAÇA.

José Joaquim Ramos — Pintura, desenho e escultura. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30, até 8/1. Galeria de Colares, R. Fria, 2. COLARES.

Colectiva — (Colectção Buchholz). Gal. Arcada, Arcadas do Parque. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.00 e das 14.00 às 20.00 (até 7/12). ESTORIL.

Loures em Imagens do passado — A memória das coisas — (recolha fotográfica e etnográfica) — Museu Municipal/Casa Adro. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 10/12). LOURES.

Paulo Guilherme e Mok — Cerâmica. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 (até 4/12). SINTRA.

Colectiva de Pintura — Gal. Neupargama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 16.00 às 19.00. TORRES VEDRAS.

• Vila Franca

espectáculo «Circumstantial Evidence». Horários: dias 1 e 3 às 21.30, dia 2 às 18.30, dia 4 às 16.00. Para o mesmo espaço estão já anunciados espectáculos de Olga Roriz (de 10 a 13 de Dezembro) e da bailarina e coreógrafa africana Elsa Wollaston, que terá a colaboração do saxofonista Steve Lacy (de 16 a 19).

• Música em V. Franca

Com uma primeira Temporada de Música e Dança bem sucedida no passado ano, a Câmara Muni-

cipal de Vila Franca de Xira lança-se agora na II Temporada, com concertos e espectáculos programados até Março. Para já, neste início de Dezembro, às portas do Natal que é a «época» da música sacra, dois concertos corais em duas igrejas: no domingo, dia 4, às 16.00, na Igreja das Cachoeiras, com o Coro de Câmara do Instituto Gregoriano de Lisboa; quinta-feira, dia 8, à mesma hora, na Igreja da Castanheira, com o Coro Audite de Lisboa.

Entrada livre em ambos os concertos.

Exposições

• LISBOA

Ana Marchand — Pintura. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/11).

António Palolo — Pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 6/12).

António Pimentel — Pintura. Galeria de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19.00 (até 2/12).

António Viana — Instalação. Gal. Santa Justa, R. Santa Justa, 93, 2.ª. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 9/12).

Augusto Canedo — Pintura. Galeria PR, Praça Príncipe Real, 32, r/c. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 6/12).

Clara Menéres — Desenhos sobre argila. Loja de Desenho, R. Academia das Ciências, 2. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 10/12).

Colectiva — Tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Colectiva de fotografia — Assoc. Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17, 2.ª Dt. De 3.ª a 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 30/11).

Colectiva de Pintura — Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 17/12).



«Ao Sol», óleo de José Joaquim Ramos

Colectiva de Pintura (Helena San-Payo, Real Bordalo, Ribeiro Frainha, outros). Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. De 2.ª a sáb. das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 14/12).

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — Museu Nacional do Teatro. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Escultura Portuguesa dos Sécs. XIII a XVIII. Museu de Arte Antiga, Janelas Verdes.

Fátima Cruz Neves — Pintura. Gal. Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 e das 20.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00, (até 2/12).

Jacinto Luís — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30, sáb. só de manhã (até 14/12).

Jaime da Silva e Pedro Fazenda — Pintura e escultura. Centro Com. Libersil, loja 48, Av. Liberdade, 38. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00, sáb. das 12.00 às 22.00 (até 11/12).

João Luís Dória — Fotografia. Fotogaleria 12-A, Costa do Castelo, 12-A. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13.30 e das 15.30 às 19.30 (até 2/12).

Jorge Albuquerque — Fotografia subaquática. Centro Port. Actividades Subaquáticas, R. Alto do Duque, 45. De 2.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00 e das 21.30 às 24.00 (até Fev.).

Pedro Portugal — Pintura. Gal. Módulo, Cç. dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 23/12).

Gunther Nussbaumer — «Passagem das Horas com Pessoa», pintura. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 37. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00 (até 7/12).

Helena Pinto — Pintura. Gal. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15.00 às 20.00 (até 22/12).

Hiroji Kubota/Japão — Fotografia. Gal. Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, Av. Berna (até 11/12).

Imagens do Tempo — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga, R. Janelas Verdes (até Março).

Pires Vieira — Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 3/12).

René Lalique — Joalharia, ourivesaria e objectos de vidro da col. Gulbenkian) Museu Calouste Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 17.00, sáb. e dom. das 14.00 às 17.00 (até 18/12).

Romualdo — Pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 10/12).

Rui Chafes — Escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 3/12).

Serrão de Farla — Aguardelas, desenho e gravura. Gal. Gravura, Tr. do Sequeiro, 4. De

José Esteves — Escultura. Clube Cinquenta, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.ª. De 3.ª a sáb. das 17.00 às 20.00 (até 7/12).

José Loureiro — Pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Néri, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 4/12).

José Manuel Soares — Pintura. Gal. da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade (até 5/12).

Paiva Raposo — Desenho. Espaço Aliança, R. Braamcamp, 13, 1.ª. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 19.30 (até 15/12).

Pedro Maia — Escultura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Néri, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 4/12).

Paulo Raposo — Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 3/12).

René Lalique — Joalharia, ourivesaria e objectos de vidro da col. Gulbenkian) Museu Calouste Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 17.00, sáb. e dom. das 14.00 às 17.00 (até 18/12).

Romualdo — Pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 10/12).

Rui Chafes — Escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 3/12).

Serrão de Farla — Aguardelas, desenho e gravura. Gal. Gravura, Tr. do Sequeiro, 4. De



Tapeçarias de Vieira da Silva no Museu do Traje



CENTRO DE TRABALHO DA BOAVISTA

BRINQUEDOS, LIVROS, DISCOS, FILMES, JOGOS, ARTIGOS DE MERCERIA, CHARCUTA, VINHOS VERDES E MADUROS, ISTO É MUITO MAIS!

ABC

O ABC Cineclube de Lisboa promove este semana uma sessão especial durante a qual será exibida uma raridade: O filme **Tabú**, co-realizado em 1933, nos Estados Unidos, pelo cineasta alemão Friedrich Wilhelm Murnau, autor do célebre «Nosferatu».

A sessão realiza-se como habitualmente na sexta-feira, no cinema Quarteto, e tem início às 18.45.

Entretanto, numa outra sala — a do Instituto Franco-Português — prossegue até 16 de Dezembro, com sessões diárias às 18.00, 20.00 e 22.30, o 1.º Festival Internacional de Filmes Realizados por Mulheres.

Dança

Éxito de público e da crítica aquando da sua estreia no passado mês de Novembro, o espectáculo do Ballet Gulbenkian que inclui duas novas coreografias — de

HORÁRIO

SEMANA 14.30-23h. DOMINGO 14.30-20h. CONGRESSO 21-23.30h.

Tempo Fim de Semana

Períodos de céu muito nublado com aguaceiros pouco frequentes e vento moderado de noroeste (antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica).

a TV

«Um ano assim...»

Rui Machete na televisão: «Estamos a viver melhor que no ano passado...» Daqui, para acrescentar que em 1989 viveremos melhor do que este ano e assim por diante. Se o governo Cavaco por lá se mantiver, quer ele dizer na sua. E aqui temos como certos políticos, em vez de fazerem política, fazem ficção científica...

A tática, levada às últimas consequências pelo chefe do governo, consiste em repetir mil vezes aquilo que mil vezes foi desmentido. O que sucede é que as afirmações se fazem pela TV, e os desmentidos por alguma imprensa.

Rui Machete sabe que não é verdade. Sabe que 1986 e 1987 foram os anos em que, inclusivamente no plano económico, se jogou tudo para ganhar as eleições. O consumo disparou em flecha. Estava-se então na «taluda» de baixa do dólar...

Ainda há dias se ouviu dizer no Telejornal (às vezes foge-lhe a língua para a verdade) e cito textualmente: «1987 foi notável na venda de automóveis. Um ano assim não se repetirá tão cedo».

Talvez. Depende de quando Cavaco Silva se resolver a dar tudo por tudo para ganhar umas eleições.

Mais depressa se apanha um mentiroso...

No mesmo dia em que François Mitterrand se dirigia para Moscovo «em visita de trabalho», publicava o Secretariado da NATO números comparativos das forças convencionais daquela organização e do Pacto de Varsóvia. Escusado será dizer que este possui milhares de tanques contra centenas de carrinhos de bebé da NATO, não sei que brutalidade de aviões contra umas dezenas de monomotores de tela e arame, milhares de soldados ferozes contra um batalhão de soldadinhos de chumbo. Candidamente, o secretariado informava que os números do Pacto eram por simples «estimativas»...

Só que, dias antes, um membro influente da UEO declarava na televisão (eu ouvi, ninguém me contou) que a NATO devia, como até aqui, continuar a negociar com a URSS «uma posição de força», expressão que se julgaria para sempre enterrada nos escombros da guerra-fria.

Pergunto eu a todos os senhores presentes e ausentes: se a NATO, coitadita, está assim tão fraquita, como é que ela quer negociar numa posição de força?

Donde se conclui e se prova que mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo.

A Paz cada vez mais defendida, a NATO cada vez mais perturbada

Isto acontece porquê?

É inegável que a política de paz da «perestroika» abriu novos horizontes à confiança e à esperança na alma dos povos. É inegável que os «falcões» sentem o chão a fugir-lhes debaixo dos pés. Eles e os grandes interesses que lhes orientam os voos.

Um jornalista do «Expresso», especialista em assuntos tão complexos como os da Hungria, Polónia, Jugoslávia e também da NATO, vem a «Jornal das Nove» falar da perturbação que a política soviética causa no seio da NATO. Ele refere mesmo a palavra «alarme»...

Há rupturas na organização. Aquele Gorbachov é mesmo impressionante, a «mania» da paz que se lhe meteu na cabeça e está conquistando dia a dia mais apoios em todo o mundo.

Mas por que está a NATO tão e tão preocupada? O jornalista esclarece: a aproximação avançada por Gorbachov aos países do ocidente (cada vez mais receptivos à Casa Comum Europeia) faz diminuir as tensões bélicas; fazendo diminuir essas tensões, torna-se cada vez mais desnecessária a cobertura militar americana; sem necessidade dessa cobertura, os países ocidentais europeus têm cada vez mais a tendência para mandar passear os Estados Unidos.

Claro, que os «states» não gostam. E patrões da NATO, como são, acordam velhos fantasmas cobertos de teias de aranha...

Esta da aranha não é do jornalista entrevistado. As pessoas educadas não falam assim...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Agora até a quadra natalícia parece apostada em mobilizar protestos e queixas contra a política do Governo, isto pela boca dos comerciantes de brinquedos, enquanto o Inverno que se aproxima destaca mais a miséria e deixa também a nu o real significado da extraordinária melhoria da «assistência social» e da prosperidade dos portugueses sob a regência cavaquista. Para rematar, a Ordem dos Médicos já concorda com os sindicatos do sector e junta a sua voz à advertência de que a assistência hospitalar está em perigo de rotura, «respondendo» a ministra da Saúde com o anúncio do encerramento do Hospital Júlio de Matos, que «cobre» um nebuloso e faraónico projecto urbanístico no local.

Brinquedos: cada vez menos

«A venda de brinquedos neste Natal afigura-se francamente negativa», afirmou ao «CM» o presidente da Associação de Comerciantes de Brinquedos, Pedro Feist, que acumula com o cargo de vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

As mesmas opiniões pessimistas teceram outros comerciantes por nós contactados, não obstante alguns dos preços de brinquedos terem baixado na ordem dos 10 por cento, conforme nos referiram. As causas deste «quadro negro» encontra-as Pedro Feist na anunciada política fiscal do Governo para o próximo ano, assim como nos preços praticados pelos hipermercados, que batem os do pequeno comércio.

Para o Continente o quadro é diferente: um responsável da loja da Amadora, adiantou-nos uma previsão de aumento de 50 por cento no volume do negócio de brinquedos naquela loja, relativamente ao ano passado.

De acordo com a mesma fonte, aquele hipermercado apresenta preços cuja média é inferior a mil escudos. Estes produtos são em cerca de 60 por cento oriundos dos países do Extremo Oriente, situação aliás extensiva a todo o mercado nacional do ramo. Dali vêm os artigos mais baratos, segundo nos foi referido.

Quanto aos tipos de artigos mais vendíveis, o consumidor parece continuar a desprezar o brinquedo didático. As preferências vão para os brinquedos movidos a pilhas. A base disto está quer em razões culturais quer financeiras.»

(«Correio da Manhã», 28/11/88)

Miséria: cada vez mais

«Uma em cada 10 famílias lisboetas vive em habitações

degradadas numa situação de pobreza, que começa a alastrar às camadas médias atingidas pela crise económica.

Dados de um estudo a publicar brevemente pela Caritas mostram ainda que mais de 90 por cento dos que vivem em bairros de lata, realojamentos provisórios e definitivos e casas velhas de Lisboa se encontram abaixo da linha de pobreza absoluta.

Em termos mais gerais, e apesar da falta de números oficiais, estudos sociológicos centrados nas grandes cidades têm confirmado que nos últimos anos o fenómeno da pobreza persiste e em alguns casos alastra.

Além dos mendigos — expressão pública e mais visível da pobreza — constata-se um aumento de outras formas de miséria envergonhada e contínua, através dos peditários, o recurso à solidariedade social para resolver problemas básicos.

O levantamento feito nos bairros degradados de Lisboa, Porto e Setúbal, coordenado pelos economistas Manuela Silva e Bruto da Costa, revela que a maior parte das crianças que habitam nestas zonas têm fome, carências alimentares e provavelmente vão continuar a ser pobres toda a vida.

Quanto aos pais, são, muitos deles, migrantes vindos há muitos anos dos campos à procura de melhores condições de vida, que acabaram por nunca encontrar nas cidades onde continuam desintegrados.

Eles são parte integrante de famílias portuguesas com escassíssimos recursos que há sete anos atingiam os 35 por cento do total.

Nas zonas rurais de onde provêm, a pobreza assumia a face do subdesenvolvimento e traduzia-se entre outros aspectos na falta de acesso aos bens da cultura e na carência de assistência médica causadora das altas taxas de mortalidade infantil.

Na cidade, sofrem uma po-

breza de exclusão ou marginalização. Predominam as situações de emprego precário que não lhes permitem pagar a renda de uma casa com condições. A falta de equipamentos sociais leva as mulheres a não trabalhar fora de casa.

Muitos, são filhos de pobres. Outros, porém, são antigos membros das classes médias empobrecidos devido a situações particulares ligadas a factores como desemprego (que no início deste ano atingia 400 mil pessoas), a erosão do poder de compra causada pela inflação, os baixos salários, a exiguidade ou inexistência das pensões.

Indícios do empobrecimento de camadas da classe média começam já a surgir em serviços de solidariedade social como, por exemplo, o acolhimento da Misericórdia de Lisboa (...).

(«O Dia», 28/11/88)

Ponto de rotura...

«A assistência médico-hospitalar em Portugal «está a atingir o ponto de rotura» e começa a não conseguir prestar «os cuidados de saúde que a população exige e a que tem direito», considerou ontem o bastonário da Ordem dos Médicos.

Machado Macedo falava no final da «primeira reunião nacional sobre recomendações, competências e consensos em cardiologia», que se realizou em Lisboa.

Machado Macedo considerou que os equipamentos actualmente em funcionamento nos hospitais portugueses precisam de «ser substituídos», além de que o número de exames realizados, principalmente na área da cardiologia, «são totalmente insuficientes».

Machado Macedo, também presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, disse que os portugueses «começam a estar cientes dos seus direitos em matéria de saúde».

Recordou que os médicos e os hospitais têm o dever de «estar preparados para atender a essas solicitações» e defendeu que é necessário «realizar e intervir para que os recursos humanos e materiais possam ser utilizados para benefício da população».

(«O Dia», 28/11/88)

... e Hospital fechado!

«O Hospital Júlio de Matos vai desaparecer e o Hospital Miguel Bombarda será reestruturado para servir de apoio aos 12 Centros de Saúde Mental a criar na região de Lisboa, medidas estas inseridas na futura rede nacional de Centros de Saúde Mental que substituirá progressivamente os cuidados prestados nos seis grandes hospitais psiquiátricos existentes actualmente em todo o País.

Quem o anunciou foi a ministra da Saúde, Leonor Beza, numa conferência de imprensa esta manhã, em que divulgou as linhas gerais do plano de reorganização dos Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental que, segundo afirmou, entrou «numa fase decisiva».

Em 1988/89, entrarão em funcionamento os dois primeiros Centros de Saúde Mental da área de Lisboa e quatro novos Centros de Reabilitação de Deficientes em Montachique, nos arredores de Lisboa, e criadas novas estruturas de internamento em Santarém, Abrantes, Évora, Braga, Setúbal, Aveiro e Guimarães, a maioria delas em hospitais gerais.

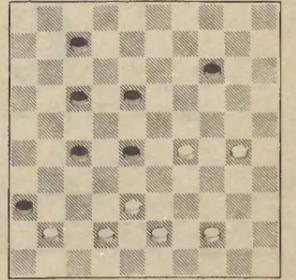
Outras medidas previstas para o próximo ano são a criação das primeiras residências protegidas para doentes crónicos (...).

(«Diário de Lisboa», 28/11/88)

Damas

CLXXXII
— 30 de Novembro de 1988

Proposição N.º 182
Por: M. Leblanc — Canadá, 1984
Pr.: [7]: 7-14-17-18-27-28-36

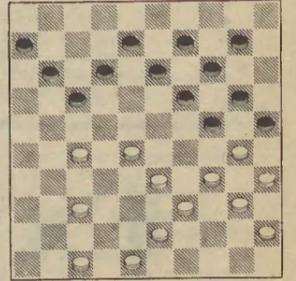


Br.: [7]: 29-30-38-41-42-43-44
Jogam as Brancas e ganham

Golpe N.º 182

Por: F. Duto
Marseille (F.), 1920
(jogo amigável)

Pr.: [13]: 6-8-9-10-11-12-13-14-17-19-20-24-25



Br.: [13]: 27-28-30-33-34-35-37-39-40-43-45-47-48
Jogam as Brancas e ganham

Soluções do CLXXXII

Minimatura N.º 182 (M.L.): 42-37 (36x47=D); 29-231 (47x49); 23x1=D (49x46) [Se (49x41); 1x46+]; 1x5+
Golpe N.º 182 (F.D.): 28-23 (19x28); 33x22 (17x28); 30x19 (13x24); 34-30 (25x34); 39x19 (14x23); 37-32 (28x37); 48-42 (37x39); 40-34 (39-30); 35x2=D+

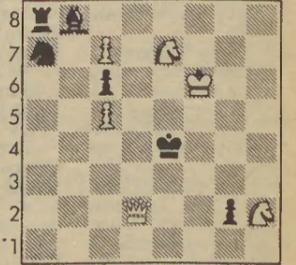
A. de M.M.

Xadrez

CLXXXII — 30 de Novembro de 1988

Proposição N.º 182
Por: Thomas Rayner Dawson
«British Chess Magazine», 1947
Pr.: [6]: Ps.c6,g2-Ca7-Bb8-Ta8-R64

Br.: [6]: Ps.c5,c7-Cs.e7,h2-Dd2-Rf6



A B C D E F G H
Mate em dois lances

Jogo n.º 182
Mar del Plata, 1959
Br.: Fischer
Pr.: Rossetto (Arg.)

1. e4,c5; 2. Cf3,e6; 3. d4,c4; 4. C:d4,a6; 5. c4,Dc7; 6. Cc3,Cf6; 7. Bd3,Cc6; 8. Bc3,C:d4; 9. B:d4,Bc5; 10. Bc2,d6; 11. 0-0,Bd7; 12. Ca4,B:d4; 13. D:d4,Td8; 14. Tfd1,0-0; 15. Taçl,Da5; 16. Db6,D:b6; 17. C:b6,Bc6; 18. f3,Cd7; 19. Cd5,B:d5; 20. e:d5, e 5; 21. b4,g6; 22. Ba4,b6; 23. Td3,f5; 24. Ta3,Cb8; 25. c5,b:c5; 26. b:c5,d:c5; 27. T:c5,Rg7; 28. Tb3,Tf7; 29. d6,Cd7; 30. Tc7,Cf8; 31. Tbb7,T:c7; 32. d:c7,Tc8; 33. Bb3,a5; 34. a4,h6; 35. h3,g5; 36. g4,f4; 37. h:g4 e 0-1.

Solução do n.º 182

Chave: 1. Cf5! [Tripla ameaça: Cd6/Dd4/Cg3.]

1. ... g1=C; 2. Os 3 mates sub-sistem
1. ... g1=T; 2. Cd6 e Dd4
1. ... g1=F; 2. Cd6 e Cg3
1. ... Cc8; 2. Dd4 e Cg3
1. ... g1=D; 2. Cd6++
1. ... B:c7; 2. Dd4++
1. ... Cb5; 2. Cg3++

A. de M.M.

edições
Avante!

a noite seguinte...

Consequências biológicas e climáticas de uma guerra nuclear.

Um alerta dos cientistas

Direcção de Evgueni Velikhov,
vice-presidente da Academia das Ciências da URSS

■ **Ulisses**